

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**Júlia Rodrigues de Lima**

**IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA  
COMPLEXIDADE**

**MARÍLIA**

**2021**

L732i      Lima, Júlia Rodrigues de  
              Identidade pessoal e identidade de gênero na perspectiva da  
              complexidade / Júlia Rodrigues de Lima. -- Marília, 2021  
              154 p.

              Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
              Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
              Orientadora: Mariana Claudia Broens

              1. Identidade. 2. Pessoa. 3. Gênero. 4. Complexidade. 5.  
              Auto-organização. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**Júlia Rodrigues de Lima**

**IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA  
COMPLEXIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

**Área:** Filosofia

**Linha de pesquisa:** Filosofia da Informação, da Cognição e da Consciência

**Orientadora:** Profa. Dr<sup>a</sup> Mariana Claudia Broens

**Agência financiadora:** CAPES

**MARÍLIA**

**2021**

JÚLIA RODRIGUES DE LIMA

**IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA  
COMPLEXIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Claudia Broens.

**Área:** Filosofia

**Linha de pesquisa:** Filosofia da Informação, da Cognição e da Consciência

**Data de Exame da Defesa:** 09 de junho de 2021

**Membros da Banca Examinadora:**

**Titular 1 (Orientadora):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Claudia Broens

**Titular 2:** Dr.<sup>a</sup> Marília Pisani

**Titular 3:** Dr.<sup>a</sup> Edna Alves de Souza

**Suplente interno 1:** Dr. Ricardo Monteagudo

**Suplente externo 2:** Dr.<sup>a</sup> Juliana Aggio

Ao Pedro, o meu benquerer.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à professora Mariana Broens, por todas as orientações sobre a filosofia e sobre a vida.

Às professoras Edna Alves, Maria Eunice e Marília Pisani, por terem contribuído qualitativamente em diversas partes de minha pesquisa.

Aos meus pais, à minha irmã e à minha avó Irene, por me darem suporte em vários níveis.

À Emanuely, pelos diversos apoios, ideias e ajudas na construção do presente trabalho.

Aos meus companheiros da filosofia e do GAEC, especialmente à Valdirene e ao Jefferson, que discutiram comigo diversos temas de minha pesquisa.

Aos meus amigos Igor, Maithê e Pedro, que usualmente debatem comigo assuntos da temática da diversidade de gênero.

*Eu não queria ser diferente. Eu ansiava ser tudo o que os adultos desejavam, então eles me amariam. Eu segui todas as suas regras, tentei fazer o meu melhor para agradar. Mas sempre existiu algo sobre mim que os fazia franzir as sobrancelhas e a testa. Ninguém nunca ofereceu um nome para aquilo que estava errado comigo. Isso fez com que eu sentisse medo de que fosse algo muito ruim. Eu apenas consegui reconhecer a sua melodia através deste constante refrão: “Isso é um menino ou uma menina?”*

*(Leslie Feinberg)*

## RESUMO

No presente trabalho investigamos o problema filosófico da identidade pessoal e problemas de identidade de gênero relacionados às questões da persistência identitária e da pessoalidade. Em um primeiro momento, analisamos o problema da identidade pessoal e as principais visões propostas para sua solução, que derivam de abordagens consideradas simples, ou não-reducionistas e abordagens complexas, ou reducionistas. Somada a essa análise, investigamos o conceito de pessoa em três etapas: por sua etimologia, seus critérios de identificação e, por fim, a partir de suas principais abordagens filosóficas, quais sejam, internalistas e externalistas. Ademais, também apresentamos dois temas que consideramos relevantes para serem acrescentados nas análises sobre identidade pessoal contemporâneas, que são os temas: (1) a emergência das identidades plurais no contexto da pós-modernidade e (2) o papel identitário da corporeidade, tendo em vista as teses da abordagem da Cognição Incorporada. Em seguida, na esteira da noção externalista de pessoa traçada por André Leclerc, propomos, ainda, uma abordagem externalista sistêmica de identidade pessoal a partir da hipótese (H1): a identidade da pessoa é uma rede complexa, dinâmica e relacional de fatores identitários biológicos/culturais, composta por traços socioculturais que são mantidos e/ou atualizados por meio *parâmetros de ordem* e *parâmetros de controle*, que envolvem processos auto-organizativos e hetero-organizativos. A partir da compreensão do gênero enquanto aspecto complexo da identidade da pessoa, investigamos problemas de identidade de gênero. Primeiramente, investigamos a *visão tradicional de gênero*, cuja estrutura é baseada em normas supostamente “inteligíveis” estritamente binárias, fundamentadas por teses dualistas ontológicas. Em seguida, analisamos algumas abordagens de estudos de gênero, de acordo com a história das três ondas do feminismo ocidental. A partir das teses de Anne Fausto-Sterling, Donna Haraway e Paul Preciado, especialmente com enfoque na tese do ciborgue de Donna Haraway, investigamos o corpo enquanto um sistema complexo e relacional, que interage com diversas tecnologias e que é marcado discursivamente dentro dos contextos científicos. Finalmente, considerando a tese da *performatividade*, analisamos os traços socioculturais da identidade de gênero, somada aos conceitos de *parâmetros de ordem*, *parâmetros de controle* e hetero-organização. Em especial, ressaltamos a capacidade auto-organizativa da pessoa para atualizar traços identitários de gênero, na contramão das normas do binarismo estrito.

**Palavras-chave:** Identidade; Pessoa; Gênero; Complexidade; Auto-organização



## ABSTRACT

In this work we investigate the philosophical problem of personal identity and problems of gender identity related to questions of identity persistence and person-ness. In a first moment, we analyze the problem of personal identity and the main views proposed for its solution, which stem from approaches considered simple or non-reductionist and complex or reductionist approaches. In addition to that analysis, we investigate the concept of person in three stages: from its etymology, its criteria of identification and, finally, from its main philosophical approaches, namely, the internalist and the externalist ones. Furthermore, we also present two subjects we consider relevant to be added to the contemporary analyses on personal identity, which are: (1) the emergence of plural identities in the context of post-modernity and (2) the indentitary role of bodiliness, bearing in mind the theses of the approach of Embodied Cognition. Following, in the wake of the externalist notion of person outlined by André Leclerc, we propose a systemic externalist approach of personal identity from the hypothesis (H1): the identity of a person is a complex, dynamic and relational network of biological/cultural factors, composed by sociocultural traits that are maintained and/or updated by means of *order parameters* and *control parameters*, which involve self-organizative and hetero-organizative processes. From the understanding of gender as complex aspect of a person's identity, we investigate problems of gender identity. First, we investigate the *traditional view of gender*, whose structure is based on supposedly "intelligible" and strictly binary norms, grounded on dualist ontological theses. Following, we analyse some approaches of gender studies, according to the history of the three waves of western feminism. From the theses of Anne Fausto-Sterling, Donna Haraway and Paul Preciado, especially focused on the thesis of the cyborg by Donna Haraway, we investigate the body as a complex and relational system, which interacts with various technologies and which is discursively characterized in scientific contexts. Finally, considering the thesis of *performativity*, we analyse the sociocultural traits of gender identity, added to the concepts of *order parameters*, *control parameters*, and *hetero-organization*. Notably, we highlight the person's self-organizative capacity to update indentitary gender traits, contrarily to the norms of strict binarism.

**Keywords:** Identity; Person; Gender; Complexity; Self-organization

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE PESSOAL: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROBLEMA.....	15
1.1. O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA IDENTITÁRIA.....	15
1.1.1 Visão simples, ou não-reducionista, de identidade pessoal.....	19
1.1.2 Visão complexa, ou reducionista, de identidade pessoal.....	23
1.1.3 Objeções às abordagens simples da identidade pessoal.....	30
1.1.4 Objeções às abordagens complexas da identidade pessoal do tipo psicológica.....	30
1.1.5 Objeções às abordagens complexas da identidade pessoal do tipo fisiológica.....	33
1.1.6 Objeções à tese da continuidade linear das abordagens de identidade pessoal.....	33
1.2 O CONCEITO DE PESSOA.....	35
1.2.1 Os sentidos do conceito “pessoa”.....	36
1.2.2 Os principais critérios de pessoalidade.....	39
1.2.3 As concepções internalista e externalista em abordagens filosóficas de pessoalidade.....	45
1.2.3.1 Visão internalista de pessoa proposta por Chisholm.....	46
1.2.3.2 Abordagem de pessoalidade proposta por Strawson.....	50
1.2.3.3 Abordagem de pessoalidade proposta por Lynne R. Baker.....	51
1.2.3.4 A abordagem de pessoalidade proposta por Leclerc e comentários.....	56
1.3 REPENSANDO O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADES CULTURAIS E O PAPEL DO CORPO.....	58
1.3.1 Pluralidades identitárias na pós-modernidade.....	60
1.3.2 A identidade pessoal e o corpo: reflexões a partir de uma abordagem incorporada e situada.....	67
CAPÍTULO 2 - IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES A PARTIR DE UMA ANÁLISE SISTÊMICA.....	74
2.1 IDENTIDADE PESSOAL A PARTIR DA VISÃO SISTÊMICA: A IDENTIDADE ENQUANTO REDE COMPLEXA DE ATRIBUTOS.....	74
2.1.1 Teoria sistêmica: análise de seus conceitos centrais.....	76
2.1.2 Identidade pessoal a partir da teoria sistêmica.....	85
2.2 A VISÃO TRADICIONAL DE GÊNERO.....	92
2.3 A IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DAS TEORIAS DE GÊNERO.....	98
2.3.1 Teorias da primeira onda feminista: feminismo liberal e feminismo marxista.....	100
2.3.2 Teorias da segunda onda feminista: feminismo existencialista, feminismo radical e feminismo psicanalítico.....	105
2.3.3 Teorias da terceira onda feminista: pós-estruturalismo e <i>Teoria Queer</i> .....	112
2.4 IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DA TEORIA SISTÊMICA.....	122
2.4.1 Corpo e gênero enquanto redes complexas.....	123
2.4.2 Padrões de gênero e os parâmetros socioculturais de ordem e de controle.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

## INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é investigar o problema filosófico da identidade pessoal e o problema de identidade de gênero a partir da questão da persistência identitária ao longo do tempo. De maneira geral, o problema da identidade pessoal pode ser formulado da seguinte maneira: a pessoa possui uma identidade que permaneça ao longo do tempo, mesmo considerando as diversas mudanças - fisiológicas, cognitivas, culturais, sociais - pelas quais passa durante sua vida? Dado o nosso interesse nessa questão, na presente dissertação pretendemos realizar um estudo filosófico-interdisciplinar a respeito do problema da identidade da pessoa, com especial enfoque em questões relacionadas à identidade de gênero, aspecto da personalidade que consideramos complexo.

Tendo em vista tal objetivo, pretendemos analisar algumas teorias da identidade pessoal e do próprio conceito de pessoa/personalidade, e como as várias teorias propõem soluções para o problema. Investigaremos a hipótese (H1) de que uma concepção de pessoa externalista e sistêmica, não-linear, complexa (no sentido contemporâneo do conceito de complexidade) permite um melhor entendimento do conceito de pessoa e de sua dinâmica identitária, a cujo favor iremos argumentar.

Para alcançar nosso objetivo, o trabalho será dividido em dois capítulos, quais sejam, (1) *Identidade pessoal: apresentação e discussão do problema* e (2) *Identidade pessoal e identidade de gênero: possíveis aproximações a partir de uma análise sistêmica*.

No **Capítulo 1**, seção 1.1, analisaremos criticamente as principais abordagens do problema da identidade pessoal (KORFMACHER, 2020; OLSON, 2019; PARFIT, 1982; 1984; SHOEMAKER, 2017). Tais abordagens, como apontado por Parfit (1982), podem ser categorizadas como simples ou não-reducionistas e complexas ou reducionistas. Em abordagens simples ou não-reducionistas, a identidade da pessoa é compreendida como um fator adicional, uma mente ou uma consciência. Em abordagens complexas ou reducionistas, a identidade da pessoa se reduziria a aspectos psicológicos e/ou fisiológicos. De modo a compreender criticamente as abordagens referidas, apresentaremos suas principais teses e as objeções que lhes são dirigidas. Sobretudo serão ressaltados os problemas decorrentes da adoção de um conceito puramente linear de continuidade (ou de ruptura) da personalidade nas abordagens a serem analisadas.

Na seção 1.2 investigaremos o conceito de pessoa, primeiro a partir da apresentação de sua etimologia (ALMEIDA, 2017) e, em seguida, pela explanação das principais condições de personalidade existentes na literatura filosófica de tradição anglo-saxã, conforme o clássico

texto de Dennett (1976; 2006) indica. Apresentaremos o conceito de pessoa a partir das principais abordagens de personalidade na referida tradição, dentre as quais destacamos os trabalhos de Lynn R. Baker (1944; 2002), Roderick Chisholm (1979); Peter F. Strawson (1990); André Leclerc (2003). Conforme explicitaremos, essas abordagens dividem-se entre visões internalistas e externalistas de pessoa. As abordagens internalistas consideram a personalidade como derivada de propriedades psicológicas intrínsecas, internas, ao passo que abordagens externalistas consideram a pessoa a partir de propriedades extrínsecas que envolvem a relação do agente com seu meio externo. Ao final desta seção, argumentaremos a favor da de uma visão externalista de pessoa, conforme proposta por Leclerc (2003), que compreende a pessoa enquanto um agente instanciador de propriedades psicológicas extrínsecas e relacionais.

Por fim, na seção 1.3 apresentamos novos aspectos que consideramos relevantes para uma análise sobre identidade pessoal contemporânea. O primeiro aspecto se refere ao surgimento dos movimentos identitários na chamada pós-modernidade (HALL, 2006; SANTOS; CARRIERI; 2016), no qual iremos destacar os movimentos de identidade de gênero. Especialmente, será apontado que no atual contexto as identidades socioculturais de uma mesma pessoa são vistas como parciais, contraditórias e politizadas, recaindo no chamado “jogo das identidades”. O segundo aspecto se refere ao papel do corpo, tendo em vista o destaque dada propriocepção corporal (HASELAGER; GONZALEZ, 2003) e, especialmente, da abordagem da Cognição Incorporada (RICHARDSON; CHEMERO; 2014, SHAPIRO, 2007; WILSON; FOGLIA, 2017), que ressaltam a importância de que pessoas, enquanto agentes, participam de uma rede interligada e interdependente de agentes incorporados e situados.

Dados os problemas das principais abordagens de identidade pessoal, sobretudo no que tange às dificuldades sobre a continuidade linear da identidade da pessoa ao longo do tempo e à ênfase atribuída à transitividade na permanência da identidade pessoal, iniciaremos o **Capítulo 2**, com a seção 2.1, apresentando, a partir da consideração de teorias externalistas da personalidade, uma abordagem de identidade pessoal em uma perspectiva complexa e não-linear. Para isso, investigaremos, inicialmente, teses centrais da perspectiva da complexidade (BATESON, 1979; BRESCIANI; D'OTTAVIANO, 2000; 2004; MITCHELL, 2009; MITCHELL; NEWMAN, 2002; MORIN, 2003; 2007). A partir dessa investigação, exporemos nossa hipótese (H1) de que, na medida em que a pessoa pode ser concebida como sistema biológico/cultural complexo, a identidade pessoal se atualiza dinamicamente, sobretudo por processos auto-organizativos, a partir de sua relação com o entorno sócio-

ecológico. Assim, a identidade da pessoa enquanto sistema complexo, ecológica e socialmente situado, será considerada resultado emergente de seus vários atributos, interdependentes, presentes nas várias camadas constituintes da personalidade (nos âmbitos genético, sociocultural e ecológico, por exemplo).

Dada nossa hipótese de trabalho, qual seja, a de que a identidade pessoal é uma propriedade emergente, dinâmica, do ser humano enquanto organismo complexo, na segunda seção do **Capítulo 2**, investigaremos, na perspectiva da complexidade, um aspecto da identidade da pessoa que frequentemente têm sido alvo de equívocos e tensões conceituais que buscaremos clarificar: a identidade de gênero. Dessa maneira, na seção 2.2, apresentaremos a visão tradicional de gênero das sociedades ocidentais, que considera haver uma “normalização”, supostamente inteligível, da identidade de gênero enquanto binária (BUTLER, 2017, 2018). Explicaremos também que a ampla aceitação tácita da binaridade de gênero carrega consigo problemas filosóficos decorrentes de concepções ontológicas essencialistas e dualistas (GROSZ, 2000; KELLER, 2006), além de usualmente trazer à tona a (pseudo) dicotomia sexo/gênero (BUTLER, 2017). Assim, serão problematizados (1) a compreensão de gênero tradicional a partir das críticas dirigidas por Butler (1993; 2002, 2017, 2018) a tal compreensão, e (2) os padrões de gênero redutivos cuja própria postulação permite perceber a necessidade de repensarmos os conceitos tradicionais binários de gênero.

Na seção 2.3, apresentaremos as principais teorias de gênero, de maneira a nos situarmos no debate contemporâneo de identidade de gênero. Assim, apresentaremos as abordagens de gênero de acordo com a história das ondas feministas (NYE, 1995). Na primeira onda analisaremos as teses do feminismo liberal e do feminismo socialista. Na segunda onda analisaremos o feminismo existencialista proposto por Simone de Beauvoir (1970a; 1970b), o feminismo radical e o feminismo psicanalítico. Já na terceira onda, analisaremos as teses pós-estruturalistas de Foucault (2001) e as teses da Teoria Queer, com especial enfoque na tese da *performatividade* de gênero de Judith Butler. Conforme analisaremos, ocorreria um movimento histórico de essencialização da noção de gênero, na busca pela preservação de certos direitos e afirmação social para, em seguida, ocorrer um movimento de desconstrução da noção de identidade a partir das abordagens contemporâneas pós-estruturalistas e de Teoria *Queer*. Dentro desse contexto, são questionados, dentre outras coisas, a posse de uma identidade pessoal e de gênero, as estruturas de poder que conduzem traços de gênero e o que seria um corpo humano.

Ao chegar nos movimentos contemporâneos de identidade de gênero, destacaremos, como alternativa à concepção tradicional, a abordagem de gênero enquanto *performatividade*

(BUTLER, 1993; 2002, 2017, 2018). Proposta por Butler, a perspectiva performativa de gênero problematiza a perspectiva tradicional, binária, segundo a qual haveria uma essência ou substância instanciadora do gênero da pessoa. Butler ressalta que essa perspectiva tradicional não passaria de uma teatralização culturalmente gestada, mas amplamente aceita. Procuraremos mostrar que a teoria performativa de gênero, enquanto uma derivação de uma teoria de atos de fala (como admite Judith Butler), focaliza os processos simbólicos de expressão identitária, seja ela binária ou transgressora. Para Butler (2018) a identidade de gênero seria resultado de uma repetição habitual de atos de comunicação carregados de sentido com efeitos identitários. No caso da teatralização dos gêneros binários “inteligíveis”, essa teatralização cria e reforça a noção de “gêneros originários”. Já a teatralização performativa dos gêneros transgressores, contra-hegemônicos, na perspectiva da normalidade binária, é reduzida à caricatura, expressão burlesca e risível dos gêneros “normais”. Procuraremos destacar, ainda, que Butler (1993; 2002, 2017, 2018), por ter o objetivo de analisar criticamente quais vidas humanas estariam sendo consideradas relevantes nas sociedades humanas contemporâneas e quais vidas humanas estavam sendo sujeitas a diversos tipos de violências de gênero, acaba por deixar de lado a dimensão corpórea da pessoa enquanto organismo integrado e complexo. Dado isso, argumentaremos em nosso trabalho a favor da tese da performatividade de gênero no âmbito simbólico, no entanto, sem reduzir a identidade de gênero à performatividade.

Nesse sentido, na seção 2.4, apresentaremos a compreensão da identidade de gênero a partir da abordagem sistêmica, respaldada em estudos de gênero contemporâneos (BUTLER, 1993; 2002; 2017; 2018; HARAWAY, 1992; 1995; 1997; 2009a; 2009b; 2018; PRECIADO, 2018). À vista disso, consideraremos a identidade de gênero enquanto propriedade emergente de múltiplos atributos (ecológicos e sociais) da pessoa em sua complexa dinâmica auto e hetero-organizada (DEBRUN, 2009). Assim, em seguida analisaremos as teses de Anne Fausto-Sterling (1993; 2002), Donna Haraway (1992; 1995; 1997; 2009a; 2009b; 2018) e Paul Preciado (2018) sobre o corpo humano, de maneira a ressaltar as relações do corpo com as tecnologias e a discursividade em torno da intersexualidade. Por fim, elencaremos também alguns *parâmetros de ordem* socioculturais contemporâneos que consideramos influenciar na visão tradicional de gênero, tais como: sistema familiar, sistema médico/farmacêutico, sistema religioso, sistema político, dentre outros.

## **CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE PESSOAL: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROBLEMA**

### **Apresentação**

Neste capítulo investigamos o problema filosófico da identidade pessoal. Para isso, na seção 1.1 apresentamos as abordagens usuais de identidade pessoal na tradição filosófico-interdisciplinar, de maneira crítica, pela explanação de suas principais teses e objeções. Na seção 1.2 examinamos o conceito de pessoa, primeiro, com a exposição do histórico etimológico de tal conceito, segundo, com a análise dos principais critérios de pessoalidade existentes e, terceiro, pela apresentação das principais abordagens filosóficas de pessoa na perspectiva anglo-saxã, quais sejam, internalistas e externalistas. Argumentamos a favor de uma abordagem externalista e relacional, conforme proposta por Leclerc (2003). Por fim, na seção 1.3 apontamos dois novos elementos que consideramos relevantes para uma análise contemporânea de identidade pessoal. São eles: a visão das pluralidades identitárias da pós-modernidade e a visão do agente como incorporado e situado.

### **1.1 O PROBLEMA DA PERSISTÊNCIA IDENTITÁRIA**

O problema filosófico da identidade pessoal pode ser formulado da seguinte maneira: será que a pessoa possui uma identidade que se conserva ao longo do tempo, considerando que ela passa constantemente por diversas mudanças de traços identitários, tais como fisiológicas, culturais, cognitivos, sociais, psicológicos, entre outros? A partir desse problema, diversos pensadores buscaram investigar questões correlatas como: Existe mesmo uma identidade pessoal? Se sim, quais são seus critérios de identificação? O que é que caracteriza uma pessoa? Há um começo para a pessoalidade? Em caso afirmativo, em que momento se passaria a ser uma pessoa? Haveria um fim para a pessoalidade? Em caso afirmativo, quando se deixaria de ser uma pessoa? Considerando estas interrogações, buscaremos refletir de maneira filosófico-interdisciplinar o problema da identidade pessoal, de maneira a percorrer primeiro os principais modos de se compreender tal problema para, em seguida, apresentar algumas das dificuldades que ele envolve.

Conforme aponta Viana (2011), raramente pessoas confrontam a questão da identidade pessoal na vida cotidiana, com exceções de casos extremos que debilitam a pessoa em

aspectos fisiológicos e/ou psicológicos. E mesmo que uma pessoa eventualmente tenha a sensação de perda de sua identidade como, por exemplo, após sofrer a perda de um membro, Viana (2011, p. 15) argumenta que socialmente a pessoa ainda seria identificada como a mesma, dada a continuidade de outros elementos identitários que a caracterizam e/ou devido à existência de instrumentos jurídico-sociais de identificação que atestam a identidade da pessoa ao longo do tempo (como é o caso das certidões de nascimento, casamento e, eventualmente, de óbito nas sociedades contemporâneas). Em outros termos, mesmo que uma pessoa passe por mudanças identitárias extremas, sua identidade permanecerá enquanto ela for socialmente reconhecida como a mesma.

Ademais, Cristina A. Viana expõe um problema da identidade pessoal muitas vezes despercebido no cotidiano: “[...] mas o que significa ser o *mesmo* ou a *mesma* pessoa?” (VIANA, 2011, p. 15). Para investigar a mesmidade da identidade de uma pessoa ao longo do tempo, Viana argumenta que é preciso buscar critérios de identidade pessoal que ofereçam garantias de uma unidade identitária da pessoa ao longo do tempo. Viana (2011) argumenta que esses critérios identitários podem ser do tipo *substanciais* ou de *continuidade*.

Além disso, o problema da identidade pessoal suscita a investigação sobre quais seriam as garantias dessa permanência identitária da pessoa, dado que, como ressaltamos, pessoas mudam constantemente ao longo de suas vidas. Estudiosos do tema da identidade pessoal consideram frágil a garantia de permanência da identidade da pessoa a partir de convenções jurídico-formais apenas, uma vez que parece claro que tais convenções não dizem respeito aos critérios que, supostamente, garantiriam a permanência da identidade e da pessoalidade ao longo do tempo de uma perspectiva substantiva. Investigar se continuamos, ou não, os mesmos, como argumenta Cristina A. Viana (2011), é tarefa mais profunda e complexa do que pode parecer, pois pessoas constantemente mudam traços identitários, dificultando o processo de reconhecimento e re-identificação. As pessoas mudam ao longo de suas vidas, especialmente em traços que em determinados períodos foram considerados relevantes e/ou centrais para a identificação e reidentificação pessoal.

Em uma tentativa de investigar a identidade da pessoa de maneira aprofundada, investigamos a questão da identidade pessoal dentro de um cenário filosófico-interdisciplinar. Embora pareça um único enigma, Olson (2019, l. 1-2<sup>1</sup>) argumenta que o problema da

---

<sup>1</sup> Por se tratar de fonte bibliográfica disponível na rede internet, indicamos, no lugar do número de página, a seção do texto de que a citação foi retirada. Adotamos a mesma sistemática de referência para as demais fontes *online*.



identidade pessoal possui diversas ramificações, dentre as quais ressalta: Quem somos nós ? O que é ser uma pessoa? O que é uma população de pessoas? Quais critérios justificam a persistência da identidade da pessoa ao longo do tempo? E, por fim, cabe a busca por critérios identitários ao longo do tempo ou essa busca é apenas ilusória, pois não haveria uma persistência, em um sentido forte, da identidade pessoal?

Por se tratar de um estudo epistemológico e ontológico da identidade pessoal, pretendemos evitar questões de caráter psicológico particular, decorrentes de situações em que pessoas têm “crises de identidade”, por exemplo. Ao contrário, temos como objetivo investigar o problema da identidade pessoal a partir de interrogações sobre a *persistência* da identidade da pessoa (OLSON, 2019, l. 2), que visam a identificar critérios identitários que, conforme apresentamos, são do tipo *substanciais* ou de *continuidade* (VIANA, 2011). Conforme apresenta Olson (2019, l. 2), a questão da *persistência* considera a dificuldade da busca por critérios de identificação e reidentificação identitária, uma vez que a pessoa é um organismo transformativo que necessariamente se modifica com o passar do tempo.

Em síntese, o problema da persistência pode ser postulado da seguinte forma: “[...] O que é preciso para uma pessoa persistir de um momento a outro - continuando a existir ao invés de cessar sua existência?” (OLSON, 2019, l. 1, tradução nossa)<sup>2</sup>. Assim, na presente seção refletimos sobre a questão da persistência da identidade e buscamos investigar os argumentos que defendem uma concepção de persistência da identidade da pessoal no decorrer do tempo. De modo mais específico, buscaremos investigar se se justifica defender que existem elementos que asseguram a identidade de uma pessoa no passar dos anos, dado que ela regularmente altera e ressignifica múltiplos traços identitários.

Para elucidar o conceito de identidade suposto no debate sobre a persistência identitária, explicitamos a distinção entre identidade qualitativa e identidade numérica (COSTA, 2005; GARRETT, 2006; OLSON, 2019; KORFMACHER, 2020; VIANA, 2011). A identidade qualitativa se configuraria enquanto um tipo de similaridade ampla e detalhada entre duas (ou mais) entidades. A identidade qualitativa pode ser notada, por exemplo, através da similaridade entre irmãos gêmeos ou entre determinados objetos. Já a identidade numérica, por sua vez, não se trata de uma relação de similaridade entre entidades, mas sim da relação de igualdade que um elemento e/ou conjunto de elementos teriam em relação a si mesmos ao longo do tempo, isto é, se trata da identidade que um ser pode, ou não, manter ao longo de um

---

<sup>2</sup> “[...] What does it take for a person to persist from one time to another—to continue existing rather than cease to exist?” (OLSON, 2019, l. 1).

determinado espaço-tempo. Tal relação numérica de identidade pode ser representada formalmente da seguinte maneira:

“ $A = A'$  se, e somente se,  $A$  e  $A'$  se referirem ao mesmo objeto”

Para compreender com mais clareza a distinção entre identidade qualitativa e identidade numérica, Parfit (1984, p. 201) sugere que pensemos em duas bolas brancas de bilhar. Ambas podem ser consideradas qualitativamente idênticas, pois possuem uma ampla e detalhada similaridade. No entanto, elas não são numericamente idênticas, pois trata-se de dois objetos distintos. Caso uma dessas bolas fosse pintada de vermelho, a identidade qualitativa entre as bolas deixaria de existir. Ademais, a bola que antes era branca e agora é vermelha possui uma mesma identidade numérica, mesmo ao passar por mudanças qualitativas. Isto é, ainda com a mudança de cor, essa bola mantém sua identidade ao longo do tempo.

Além disso, vale notar também que Parfit (1984) argumenta que a identidade pessoal supõe transitividade, o que significa que ela deve ser expressa pela fórmula lógica “se  $A=B$  e  $B=C$ , então  $A=C$ ”. Por exemplo, se a identidade da pessoa é considerada como resultante da permanência da memória ao longo do tempo, essa memória teria que ser transitiva, isto é, ela deve ter uma continuidade linear ao longo do tempo. Dessa maneira, a defesa da relação de transitividade da identidade pessoal implicaria que a identidade da pessoa deve ser contínua, sem rupturas que eventualmente impossibilitem a transitividade. Parfit argumenta que “[...] porque a identidade é uma relação transitiva, o critério de identidade também deve ser uma relação transitiva” (PARFIT, 1984, p. 206, tradução nossa)<sup>3</sup>. Nesse sentido, Galvão esclarece:

É apenas o conceito de identidade numérica, designado pelo símbolo ‘=’, que devemos ter em mente na discussão da identidade pessoal. Há muito de interessante a dizer acerca da identidade, assim entendida, mas aqui basta apontar duas das suas propriedades: é uma relação transitiva e não admite graus. (GALVÃO, 2013, p. 2).

Partindo da noção de que a identidade da pessoa é constituída por relações transitivas, apresentaremos nas próximas seções uma investigação das principais teses do problema da identidade pessoal existentes na literatura.

Conforme expõem Parfit (1982) e Korfmacher (2020), tradicionalmente as abordagens filosóficas de identidade pessoal dividem-se entre dois tipos, quais sejam, visões não-reducionistas, ou simples, e visões reducionistas, ou complexas. De modo a investigar o

<sup>3</sup> “[...] Because identity is a transitive relation, the criterion of identity must also be a transitive relation.” (PARFIT, 1984, p. 206).

panorama geral da temática da identidade pessoal, exploraremos as principais teses dessas visões e as principais objeções que lhes são dirigidas. Ademais, iremos ressaltar algumas das teses propostas por Descartes e por Locke, consideradas fundamentais nos estudos de identidade pessoal do tipo simples, ou não-reducionista, e do tipo complexa, ou reducionista, respectivamente.

### 1.1.1 Visão simples, ou não-reducionista, de identidade pessoal

Abordagens não-reducionistas recebem esse nome devido a que defendem que a identidade da pessoa não é redutível a elementos identitários físico-químico- biológico- socioculturais. Para considerar a identidade pessoal ao longo do tempo, elas recorrem a elementos identitários adicionais, como é o caso da mente ou da consciência (PARFIT, 1982, KORFMACHER, 2020, l. 2-a). São também nomeadas de simples por considerarem a identidade de pessoas como distinta de outros elementos físicos: somente pessoas teriam o fator adicional, uma vez que possuem, supostamente de maneira exclusiva, uma vida cognitiva de alto nível (PARFIT, 1982). Conforme ressalta Parfit (1982), visões simples ou não-reducionistas são do tipo “tudo-ou-nada”: ou há a posse de um fator-adicional mental ou consciente e, conseqüentemente, a identidade pessoal, ou não há e, dessa forma, não haveria uma identidade pessoal.

Além disso, Carsten Korfmacher (2020, l. 2-a.) argumenta que as visões simples ou não-reducionistas de identidade pessoal dividem-se entre abordagens *místicas* e abordagens *fracamente redutíveis*. Conforme Korfmacher (2020), as abordagens místicas possuem poucos adeptos na contemporaneidade, porque, a partir dessa concepção, a identidade pessoal é inteiramente reduzida ao fator adicional mental, o que ignora inteiramente os elementos e funções do corpo físico-químico-biológico do ser humano. Já as abordagens fracamente redutíveis admitem que a personalidade envolve um corpo, sem, no entanto, considerá-lo componente identitário ativo. Neste segundo caso, o corpo seria apenas um elemento passivo, isto é, ligado ao fator adicional mental e animado por ele.

Distintas por sutilezas, as abordagens místicas e fracamente redutíveis possuem um elemento primordial em comum, qual seja, a consideração do fator adicional mental enquanto gerador de identidade pessoal. De maneira ampla, é possível inferir, conforme ressalta Korfmacher (2020, l. 2-a), que, nessas abordagens, o corpo é descartado como elemento

primário e fundamental de identidade pessoal, uma vez que a identidade repousa em elementos imateriais. Esta perspectiva é fundamentada por convicções ontológicas dualistas substanciais. No caso de dualismos substanciais, mente e corpo são considerados enquanto elementos essencialmente distintos (HOWARD, 2017, l. 2.3). No caso de dualismos de propriedade, a mente não seria distinta do corpo por natureza, mas por suas propriedades. Assim, por mais que o corpo e mente sejam considerados fruto de elementos físicos, as propriedades mentais seriam consideradas não analisáveis por meio apenas dos instrumentos físicos (HOWARD, 2017, l. 2.2). Dado a desconsideração do corpo para a consideração da identidade pessoal, Korfmacher (2020) argumenta que as abordagens simples ou não-reducionistas de identidade pessoal possuem uma consequência: “[...] pessoas possuem corpos apenas contingentemente, não necessariamente; então elas conseguem viver após a morte do corpo.” (KORFMACHER, l. introdução, 2020, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Um defensor influente, (talvez o mais influente), da visão simples ou não-reducionista de identidade pessoal é René Descartes, dada sua tese do *eu pensante*, distinto do corpo e não redutível a ele enquanto substância mental imaterial. Em seu projeto filosófico, Descartes não tinha como um de seus objetivos desenvolver uma abordagem sobre a identidade pessoal, apesar disso, o impacto de suas obras nos estudos sobre o tema foi amplo e sua aceitação foi significativa (possivelmente devido a sua postulação de princípios metafísicos que não entravam em conflito com os dogmas religiosos do cristianismo). Assim, principalmente devido às teses cartesianas, até hoje a visão simples, ou não-reducionista, da identidade pessoal influencia a cultura ocidental, como procuraremos ressaltar a seguir.

No prefácio da obra *Meditações Metafísicas* Descartes explicita seus objetivos, quais sejam, abandonar opiniões pré-concebidas e alcançar certezas indubitáveis. Tendo em vista esses objetivos, na *Meditação Primeira* Descartes utiliza o método da dúvida hiperbólica.

No início das *Meditação Primeira*, Descartes problematiza os conhecimentos advindos dos sentidos que até então eram considerados seguros, pois percebe que muitos deles usualmente o conduziram a erros. Assim, Descartes defende que as fontes de conhecimento duvidoso deveriam ser suprimidas para dar espaço a certezas estruturadas pela razão. Descartes desenvolve sua argumentação por meio do método da dúvida hiperbólica, que consiste em considerar o duvidoso equivalente ao falso, por menor que seja o motivo da dúvida. Descartes argumenta que somente ao eliminar conhecimentos duvidosos e incertos poderia posteriormente chegar a fontes seguras de conhecimento certo e indubitável, razão

---

<sup>4</sup> “[...] On this view, persons have bodies only contingently, not necessarily; so they can live after bodily death.” (KORFMACHER, l. introduction, 2020).

pela qual considera falso tudo aquilo que conhece por meio dos sentidos, inclusive a respeito da existência dos objetos sensíveis em geral, e de seu próprio corpo em particular.

Na sequência, na *Meditação Segunda*, ao afirmar que os conhecimentos advindos dos sentidos seriam incertos, Descartes reconhece, no entanto, que ele não poderia duvidar de sua própria existência enquanto algo capaz de pensar, pois em nenhum momento deixou de duvidar dos dados da experiência e, ao fazer isso, assegurou sua própria existência como substância pensante. Em síntese, considera que enquanto estiver pensando estaria existindo, sendo assim um *ser pensante* cujo pensamento é seu atributo central (DESCARTES, 1983, p. 93-94). Desse modo, Descartes constata: “mas o que sou eu, portanto? uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e que sente [por intermédio dos órgãos do corpo].” (DESCARTES, 1983, p. 95). Assim, Descartes deduz que o seu pensamento o caracteriza como um *eu pensante* e que enquanto possuir a faculdade do pensar, continuará existindo (DESCARTES, 1983, p. 94). Consequentemente, Descartes ignora a corporeidade em geral no processo de conquista da primeira certeza, inclusive de seu próprio corpo, na caracterização do *eu* cuja existência é indubitável, conforme fica evidente no seguinte trecho:

[...] Eu não sou essa reunião de membros que se chama o corpo humano; não sou um ar tênue e penetrante, disseminado por todos esses membros; não sou um vento, um sopro, um vapor, nem algo que posso fingir e imaginar, posto que supus que tudo isso não era nada e que, sem mudar essa suposição, verifico que não deixo de estar seguro de que sou alguma coisa. (DESCARTES, 1983, p. 94).

Essa exclusão explícita do corpo em reflexões sobre o *eu* tem uma consequência, conforme expõe Grosz (2000, p. 55): “[...] No limite, tudo de que a consciência pode ter certeza é de sua [própria] existência auto-confirmada”, mas excluindo a corporeidade. Para tentar superar o solipsismo do *eu pensante*, Descartes (1983) procura mostrar na *Meditação Sexta* que mente e corpo estariam unidos e amalgamados ao ponto de constituírem uma unidade: embora Descartes argumente a favor de uma união entre as substâncias extensa (corpórea) e pensante (incorpórea) de que a dor seria uma indicação clara: a mente não estaria no corpo como um capitão em seu navio, pois, ao contrário do capitão, a mente “sente” o corpo ao qual está unida por intermédio dos seus órgãos. Descartes esclarece, no entanto, que, embora essas duas substâncias estejam unidas, não devem ser confundidas:

[...] embora talvez [...] eu tenha um corpo ao qual estou muito estreitamente conjugado, todavia, já que, de um lado, tenho uma ideia clara e distinta de mim mesmo, na medida em que sou apenas uma coisa pensante e inextensa, e que, de outro, tenho uma ideia distinta do corpo, na medida em que é apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que este eu, isto é, minha alma, pela qual eu sou o que sou, é inteiramente verdadeiramente distinta de meu corpo e que ela pode ser ou existir sem ele. (DESCARTES, 1983, p. 134).

Desse modo, é possível notar que a tese cartesiana do *eu pensante* distinto do corpo constitui um *dualismo substancial*: existem duas substâncias de naturezas distintas, quais sejam, a *res cogitans* e *res extensa*, isto é, a substância mental e a substância corporal. Sua argumentação indica que o corpo é material e finito, ou seja, ocupa um lugar no espaço, é perceptível pelos sentidos, divisível, ao passo que a mente seria imaterial e sem extensão, e, por consequência, indivisível e não ocuparia (ou não deveria ocupar!) um lugar no espaço (nem mesmo na glândula pineal como Descartes sugere na *Meditação Sexta* e nas *Paixões da alma* (DESCARTES, p. 139-140 e 241-244, 1983). Nesse sentido, um *eu* seria uma substância mental que, por contingência, “possui” um corpo “animado” (dotado de uma alma, literalmente) sobre o qual, não se sabe de que modo, esse *eu* teria poder causal. (DESCARTES, 1983, p. 140).

A teoria dualista substancial de Descartes ainda reverbera na contemporaneidade, inclusive no âmbito do senso comum, pois a distinção substancial entre mente e corpo é tese amplamente aceita (ao ponto de Gilbert Ryle denominá-la “doutrina oficial”, 2009). Dado o impacto dessa tese, filósofos contemporâneos costumam apontar sua vasta influência em abordagens simples, ou não-reducionistas, de identidade pessoal. Por meio dela, a identidade pode ser compreendida enquanto simples, pois o *eu*, no vocabulário contemporâneo, constituiria um fator adicional mental, com capacidades cognitivas de alto nível, que animariam o corpo físico-químico-biológico. Essa visão pode ser considerada também fracamente-redutível, uma vez que não atribui à corporeidade papel relevante para a identidade pessoal.

Em síntese, a partir da visão de identidade pessoal simples, ou não-reducionista, a identidade pessoal pode ser compreendida enquanto um componente adicional ao corpo, tal como uma mente ou uma consciência distinta dele. Por pressupor dualismo ontológico substancial (conforme ressaltamos nesta seção), seus críticos desenvolveram uma segunda visão de identidade pessoal que se popularizou na filosofia ocidental contemporânea: a visão complexa, ou reducionista. A partir das reflexões propostas por Parfit (1982) e Korfmacher

(2020), explicitaremos a seguir as principais características dessa segunda visão usual de identidade pessoal.

### 1.1.2 Visão complexa, ou reducionista, de identidade pessoal

Conforme expusemos anteriormente, além da visão simples, ou não-reducionista, há uma outra visão recorrente de identidade pessoal, qual seja, a reducionista, ou complexa (KORFMACHER, 2020; PARFIT, 1982). Essa visão é considerada reducionista porque seus defensores argumentam que a identidade pessoal é resultante da combinação de um conjunto de elementos psicológicos e/ou corporais. Parfit (1982) argumenta que esse tipo de visão é considerada complexa porque a identidade da pessoa, por resultar de um conjunto de elementos, se assemelha à identidade de quaisquer outros sistemas físicos, tais como barcos ou árvores. Isso significa que, diferentemente da visão simples, ou não-reducionista, pessoas não possuiriam um fator adicional (repositório de sua identidade) que as distinguisse substancialmente de seus corpos. Vale notar que a compreensão desta visão enquanto complexa não se confunde com o sentido técnico contemporâneo do termo *complexo* nas abordagens interdisciplinares da teoria dos sistemas complexos, conforme indicaremos posteriormente na presente dissertação.

A visão reducionista, ou complexa, divide-se entre duas abordagens principais, quais sejam, reducionistas a fatores psicológicos e reducionistas a fatores fisiológicos (KORFMACHER, 2020, l. 2-c/e). No que concerne à visão reducionista a fatores psicológicos, seus defensores argumentam que considerar apenas elementos psicológicos - tais como memórias, intenções, desejos, emoções, entre outros - permite a compreensão da identidade pessoal. Atualmente é comum que adeptos desta perspectiva reduzam a identidade psicológica inteiramente a fatores cerebrais, dada a crença de que o cérebro é o órgão corpóreo responsável pelas atividades psicológicas da pessoa. Conforme ressalta Korfmacher (2020, l. c), uma abordagem psicológica de identidade pessoal que supervaloriza os processos cerebrais pode ser também considerada uma abordagem fisiológica, pois considera determinados processos do corpo como essenciais para a persistência identitária da pessoa. Korfmacher (2020) expõe que as abordagens que focalizam os processos cerebrais de continuidade psicológica podem ser sustentadas por dois tipos de critérios: (1) Critério Cerebral, segundo o qual a persistência identitária seria resultante da continuidade do cérebro

da pessoa ao longo do tempo e (2) Critério Físico, segundo o qual a persistência identitária é resultante da continuidade de partes e/ou de funções essenciais do cérebro da pessoa.

Em especial, as abordagens psicológicas evidenciam o papel da memória para a constituição da identidade pessoal, sustentada por processos psicobiológicos. Parfit (1984, p. 205) expõe que o critério da memória é frequentemente sustentado em abordagens psicológicas porque é através da memória que a pessoa consegue atestar a persistência de uma auto-referência ao longo do tempo.

Caso os defensores de abordagens psicológicas de identidade pessoal não partam do Critério Cerebral ou do Critério Físico, um outro critério é sustentado, qual seja, o Critério Psicológico (PARFIT, 1984). O Critério Psicológico pode ser definido da seguinte forma:

[...] (1) Existe continuidade psicológica se, e somente se, houver elos superpostos de forte conectividade. *X* hoje é uma e a mesma pessoa que *Y* em algum tempo passado se, e somente se, (2) *X* é psicologicamente contínua a *Y*, (3) esta continuidade tem o tipo correto de causa e (4) não assumiu uma forma “ramificada”. (5) A identidade pessoal ao longo do tempo consiste na manutenção de fatos como (2) a (4). (PARFIT, 1984, p. 207, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Parfit (1984, p. 207) defende haver três diferentes versões do Critério Psicológico de identidade pessoal. Na primeira, denominada versão “estreita” (*narrow*), a causalidade dos acontecimentos psicológicos é considerada normal. Na segunda, nomeada de versão “ampla” (*wide*), um evento psicológico não precisa ter uma causalidade normal, mas sim uma fonte confiável que ateste sua causa. Já na terceira, nomeada de versão “mais ampla” (*widest*), a causa de um evento mental pode ser qualquer uma. Para exemplificar estas três versões do Critério Psicológico, pensemos uma abordagem de identidade pessoal que sustente que a memória é fator principal da persistência identitária. Caso essa abordagem esteja apoiada em uma versão “estreita” do Critério Psicológico, a pessoa deve se lembrar de fatos de sua vida ao longo do tempo. Caso essa abordagem esteja apoiada em uma versão “ampla” ou “mais ampla” do Critério Psicológico, a memória da pessoa pode ser atestada não somente pelo encadeamento causal de suas lembranças, mas também por eventos narrados por terceiros ou por lembranças despertadas por outros eventos. Assim, por exemplo, Parfit (1984) sugere que pensemos no caso em que uma pessoa sofre um acidente de escalada junto com um amigo. No momento do acidente, seu amigo grita assustado: de acordo com o Critério Psicológico

<sup>5</sup> “[...] (1) There is psychological continuity if and only if there are overlapping chains of strong connectedness. *X* today is one and the same person as *Y* at some past time if and only if (2) *X* is psychologically continuous with *Y*, (3) this continuity has the right kind of cause, and (4) it has not taken a ‘branching’ form. (5) Personal identity over time just consists in the holding of facts like (2) to (4).” (PARFIT, 1984, p. 207).



“estreito”, essa pessoa saberá que seu amigo gritou na hora do acidente somente se for capaz de se lembrar desse fato. No entanto, por ter ficado inconsciente no momento do acidente, a pessoa pode não se lembrar de seu amigo gritando. Essa pessoa poderá saber posteriormente desse fato caso seu amigo lhe conte em algum momento o que ocorreu (sendo assim uma causa confiável para sua memória, como sustenta a versão “ampla” do Critério Psicológico) ou se alguma outra pessoa que estava perto na hora do acidente, por exemplo, puder atestar esse acontecimento (sendo assim uma causa qualquer, como sustenta a versão “mais ampla” do Critério Psicológico).

Conforme aponta Shoemaker (2017, 1. *The psychological view*) e Parfit (1984, p. 206-207), um célebre defensor de uma abordagem complexa, ou reducionista, do tipo psicológica, é o filósofo John Locke. Locke argumenta a favor do Critério Psicológico para a persistência identitária ao longo do tempo, que, conforme veremos, se baseia na relação transitiva de atos conscientes que envolvem a memória. Segundo Parfit (1984), a tese de Locke envolve o Critério Psicológico em sua versão “estrita”, isto é, a memória será considerada em sua causalidade normal. Para desenvolver sua abordagem de persistência identitária do tipo psicológica, Locke expõe a distinção entre os conceitos de *ser humano*, de *pessoa* e de *substância*.

A identidade humana seria resultante da continuidade do corpo humano organizado e em transformação. Locke (2015) argumenta que esse tipo de identidade é puramente biológica, isto é, é a continuidade ao longo do tempo do corpo vivo. Ademais, outros seres vivos também teriam sua identidade atestada a partir da continuidade corpórea. Um carvalho, como ele mesmo argumenta (LOCKE, 2015, p. 171-172), pode ser considerado o mesmo ao longo de sua vida, dada a persistência de sua composição e organização. Isto é, a identidade do carvalho é reduzida a sua organização material. O mesmo ocorreria com os animais não humanos: “Um animal é um corpo vivo organizado e, conseqüentemente, o mesmo animal, como observamos, é a mesma vida contínua transmitida a diferentes partículas de matéria, quando estão sucessivamente unidas a esse corpo vivo organizado.” (LOCKE, 2015, p. 173). Nesse sentido, a continuidade do corpo humano, segundo Locke (2015), diz respeito à identidade biológica humana.

Para Locke (2015), a identidade da pessoa deriva de suas capacidades cognitivas complexas conscientes, isto é, a identidade decorreria dos processos conscientes que a pessoa instancia, o que faz emergir na pessoa uma forte consciência de si mesma. Dessa maneira, a distinção entre a identidade de seres vivos em geral e a de pessoas humanas reside no fato de

que, segundo Locke (2015), somente pessoas seriam capazes de instanciar uma noção forte e consciente de si mesmas. Isso fica evidente na argumentação de Locke, conforme segue:

Pessoa, penso eu, é um ser pensante inteligente que tem razão e reflexão e pode considerar a si mesmo como si mesmo [*it self as it self*], a mesma coisa pensante em diferentes tempos e lugares, o que é feito somente pela consciência, que é inseparável do pensamento e, como me parece, lhe é essencial: é impossível para qualquer um perceber sem perceber que percebe. (LOCKE, 2015, p. 176).

Assim, Locke (2015) considera que a identidade da pessoa está na persistência de uma autoconsciência ao longo do tempo. A continuidade espaço-temporal de um corpo humano apenas daria sustentação à identidade humana, não necessariamente à pessoalidade. Conforme ressalta Ridolfi (2012), devido à noção de identidade pessoal não ser necessariamente ligada ao corpo humano, poderíamos atribuir pessoalidade a outros seres, tais como robôs ou a outros animais, desde que estes tenham a capacidade de autoconsciência reflexiva.

Ademais, conforme o trecho citado anteriormente, Locke (2015) também propõe que uma pessoa é uma “coisa pensante”. Mas o que diferencia essa “coisa pensante” lockeana da tese do *eu pensante* proposta por Descartes (1983)? Para diferenciar sua tese da tese cartesiana, Locke apresenta sua compreensão do conceito de *substância*. Segundo Locke (2015), haveria três tipos de substâncias: (1) Deus, (2) inteligências finitas e (3) corpos. A partir da consideração de que (1) Deus é onipresente, eterno, inalterável, Locke supõe que Deus possui uma identidade. As (2) inteligências finitas, por outro lado, seriam as substâncias imateriais, também denominadas “almas”. Isso configura a “coisa pensante” que estaria na pessoa, que são substâncias imateriais que permitem o pensamento, que “pensam na pessoa”. E, por fim, os (3) corpos seriam as partículas de matéria ou, em outros termos, as substâncias materiais. Com essa proposta, Locke (2015) defende, assim como Descartes (1983), uma cisão entre matéria e pensamento. Nesse sentido, Ridolfi ressalta: “[...] A peculiaridade do pensamento de Locke é que ele desvincula a identidade de pessoas da identidade de corpos, e ao mesmo tempo, ignorando o resultado usual dessa desvinculação, desvincula a identidade de pessoas da identidade de almas ou substâncias pensantes.” (2012, p. 28). Assim, Locke compreende que, da mesma forma que o corpo de uma pessoa transforma-se ao longo do tempo, dado que suas partículas materiais se alteram e se reorganizam constantemente, a substância pensante, que permitiria que a pessoa pense, também poderia se alterar, sem, no entanto, alterar a identidade da pessoa. Em síntese, a pessoa não é a substância pensante que

lhe permite o pensamento, mas uma pessoa pensa mediante a substância imaterial. Ridolfi exemplifica:

[...] Por exemplo, o agente de um soco não é o punho e as partículas materiais que o compõem; da mesma forma, o agente de um pensamento não é a substância pensante por meio da qual ele ocorre. Em ambos os casos o agente é a pessoa, que é essencialmente distinta de ambas as substâncias, mas age e pensa através delas. (RIDOLFI, 2012, p. 28).

Assim, nessa perspectiva, uma pessoa que sofre de amnésia, por exemplo, pode perder sua identidade pessoal, dada a falta da memória (isto é, ela passa a agir sem a posse de uma consciência unificadora prévia), mas continua sendo uma mesma substância pensante. Identidade pessoal e identidade das substâncias imateriais não se resumem a uma mesma coisa.

Assim, podemos dizer que Locke defende uma abordagem reducionista psicológica de identidade pessoal, porque sua definição de identidade é ancorada na ideia de uma continuidade da pessoa com consciência de si mesma, e para a qual a memória desempenha papel fundamental. Mais especificamente, Locke aponta:

[...] Dado que a consciência sempre acompanha o pensamento e que é ela que faz cada um ser o que chama de eu [self] e, desse modo, distinguir a si mesmo [himself] de todas as outras coisas pensantes, apenas nisso consiste a identidade pessoal, isto é, na mesmidade do ser racional. (2015, p. 176).

Mesmo inter-relacionados, os conceitos de identidade humana, de identidade pessoal e de substância têm suas particularidades dentro da perspectiva lockeana. Parfit (1984, p. 205) esclarece que essa relação entre consciência e memória é ressaltada na personalidade devido às capacidades morais que os indivíduos conscientes podem instanciar. Segundo a visão proposta por Locke, uma pessoa deve ser responsável (e responsabilizável) por todos seus atos conscientes e, conseqüentemente, não lhe pode ser atribuída responsabilidade por atos cometidos sem consciência. Isto é, caso a pessoa não se lembre de ter realizado determinada ação, e essa falta de memória for real, não lhe deve ser atribuída responsabilidade pelas suas conseqüências.

Conforme apresentamos, os defensores da visão psicológica de identidade pessoal, sobretudo os que valorizam fortemente os processos instanciados pelo cérebro, enaltecem os aspectos da vida mental da pessoa. Como conseqüência, diversos defensores de abordagens psicológicas de identidade pessoal levantam a hipótese de pessoas artificiais, isto é, uma pessoa poderia ter sua identidade transferida para uma máquina, desde que essa máquina seja

capaz de reproduzir a vida mental do cérebro humano. Assim, organismos, biológicos ou artificiais, poderiam ser detentores de identidade pessoal, bastando que neles existam mecanismos complexos do sistema nervoso humano ou a reprodução funcional desse sistema em máquinas, o que permitiria a instanciação de intenções psicológicas e a capacidade de auto-referência. Para sustentar essa hipótese, é usual que seus defensores utilizem experimentos mentais filosóficos que argumentam a favor da permanência da identidade da pessoa sem o corpo.

Um experimento mental bastante utilizado na literatura filosófica para tratar do problema da identidade pessoal é o do teletransporte, proposto por Derek Parfit (1984, p. 199-200). Parfit (1984) sugere que imaginemos a existência de uma máquina de teletransporte, cuja função seria a de teletransportar pessoas do planeta Terra até o planeta Marte. Para que tal coisa aconteça, Parfit (1984) apresenta dois possíveis cenários. No primeiro cenário, a máquina destrói a pessoa no ponto 1, instante inicial na máquina, e a reconstrói em um ponto 2, isto é, em Marte, com a mesma estrutura material (mas que não derivaria de seu corpo original) e com o manutenção da mesma vida psicológica da pessoa na terra. De acordo com as abordagens reducionistas psicológicas, nesse primeiro cenário a pessoa teletransportada poderia ser considerada a mesma, dado que ela teria a mesma estrutura física e o mesmo perfil e características psicológicas da pessoa original. No segundo cenário, Parfit (1984) sugere que a pessoa, ao invés de ter seu corpo destruído e reconstruído pela máquina de teletransporte, seja clonada no ponto 2, isto é, em Marte. No fim deste processo, haveria duas pessoas com a mesma estrutura física e presumivelmente com a mesma vida psicológica, pelo menos no instante mesmo da clonagem. Parfit (1984) sugere, ainda, a possibilidade de que a máquina que clonou a pessoa esteja com um defeito e, assim, tenha danificado o sistema cardiovascular da pessoa original (o que permitirá a sobrevivência somente do clone). Neste caso, emerge a dúvida: caso o clone em Marte resolva vir para a Terra viver a vida da pessoa que irá morrer, poderíamos atestar uma mesma persistência identitária?

Segundo as visões reducionistas psicológicas que consideram a versão “estreita” do Critério Psicológico, após o experimento do teletransporte ou da clonagem, haveria a perda da identidade pessoal, pois a causalidade psicológica normal é interrompida. Já segundo as visões reducionistas psicológicas que consideram a versão “ampla” ou a “mais ampla” do Critério Psicológico, a pessoa teletransportada teria elementos confiáveis que asseguram uma permanência identitária (ou algo semelhante) pós-teletransporte ou pós-clonagem, mesmo que não derivados de uma causalidade normal.

Aqueles que optam pela defesa do Critério Físico ou do Critério Cerebral para a continuidade psicológica, argumentam que o experimento do teletransporte ocasiona a destruição da identidade pessoal. Isso ocorre porque o fator fisiológico principal para a identidade, isto é, o cérebro da pessoa, é destruído. Isso configura a morte da pessoa, não algum tipo de transporte ou clonagem (PARFIT, 1984, p. 204).

Por fim, conforme expõe Korfmacher (2020), o segundo tipo usual de visão complexa, ou reducionista, é o fisiológico, que se ramifica em abordagens físicas e somáticas. A identidade pessoal em abordagens físicas é considerada a partir da permanência do corpo da pessoa ao longo do tempo. Já em abordagens somáticas, a identidade pessoal é compreendida ao considerar os órgãos/sistemas corporais da pessoa como um todo integrado. Tanto em abordagens físicas como somáticas, os elementos psicológicos da pessoa são considerados secundários, uma vez que o que é considerado determinante para a identidade pessoal é a persistência ao longo do tempo do corpo físico-químico-biológico.

Como esclarece Korfmacher (2020, l. e), os defensores das abordagens fisiológicas da identidade pessoal argumentam que é improdutivo recorrer a experimentos mentais, como o do teletransporte, para investigar a persistência identitária da pessoa. Eles defendem que, se a identidade pessoal é especialmente resultante da permanência identitária do corpo físico-químico-biológico, a análise das transformações fisiológicas pelas quais uma pessoa eventualmente passa ao longo de sua vida se mostra mais eficaz para investigar a questão da permanência ou não da identidade. Assim, os defensores de abordagens fisiológicas questionam, por exemplo, se pessoas em estado vegetativo perdem sua identidade ou se fetos já possuem uma identidade pessoal. Segundo as abordagens fisiológicas, em ambos os casos citados, a continuidade de uma mesma identidade pessoal poderia ser atestada, dada a permanência de uma organização corporal ao longo do tempo.

Em síntese, discutimos as principais visões de abordagem do problema da identidade pessoal existentes na literatura filosófico-interdisciplinar. De maneira geral, são mais comuns as visões simples, ou não-reducionistas, e as visões complexas, ou reducionistas, as quais, por sua vez, dão origem a novas concepções, mesmo que as diferenças entre elas sejam sutis. Por exemplo, visões simples, ou não-reducionistas, dividem-se entre abordagens metafísicas (com viés místico) e fracamente redutíveis, as quais, em geral, consideram que o fator adicional ocupa um lugar mais “elevado” que os aspectos da identidade da pessoa relacionados a sua corporeidade. As visões complexas, ou reducionistas, por sua vez, dividem-se entre abordagens psicológicas e fisiológicas. Ambas as visões costumam ser alvos de objeções de seus críticos, conforme exporemos a seguir.

### 1.1.3 Objeções às abordagens simples da identidade pessoal

As objeções dirigidas às abordagens simples, ou não-reducionistas, de identidade pessoal, apontam para os problemas que, em geral, decorrem da adoção de teses dualistas, tanto do tipo substancial, como do tipo de propriedades. No caso do dualismo substancial, a substância mental imaterial, que constituiria o fator adicional ao corpo físico-químico-biológico da pessoa, seria de natureza tal que as explicações científicas não se aplicam a ela. No caso do dualismo de propriedades, tem-se a compreensão de que propriedades psicológicas seriam qualitativamente distintas das propriedades físicas: “[...] Elas são consideradas não físicas no sentido de que jamais poderiam ser reduzidas a objetos [físicos] ou explicadas pelas leis das ciências físicas.” (MASSMANN, 2012, p. 29). Isso acarreta a dificuldade de conhecer as propriedades psicológicas das pessoas, o problema dos *qualia*, o que pode resultar, em última análise, em uma visão substancialista dos processos mentais.

Especialmente em relação à abordagem cartesiana do *eu pensante* destacada anteriormente nesta seção, Ryle (2009) aponta a existência de um erro categorial. Segundo Ryle (2009), um erro categorial seria aquele em que algo é considerado como pertencente a uma categoria quando efetivamente pertence a outra. Conforme argumenta Ryle (2009), a partir da tese do dualismo substancial cartesiano do *eu pensante*, entende-se que existem, por um lado, corpos materiais, públicos, submetidos às leis físicas e, por outro, mentes imateriais, privadas, presentes no tempo, mas que não ocupam um lugar no espaço e nem seguem as mesmas leis que os corpos. Dessa maneira, segundo Ryle (2009), os defensores do dualismo substancial cartesiano acabam por cometer um erro categorial ao considerar corpos e mentes como pertencentes à categoria *substância* no mesmo sentido. Isso porque ao categorizar algo, o critério de categorização é que os elementos da categoria possuam alguma propriedade comum que justifique seu agrupamento, o que não ocorre quando se trata da mente e do corpo, segundo a própria caracterização de cada um deles proposta por Descartes (1983).

### 1.1.4 Objeções às abordagens complexas da identidade pessoal do tipo psicológica

Quanto às objeções dirigidas às abordagens reducionistas, ou complexas, em especial no que se refere às abordagens do tipo psicológicas, é levantada a crítica de um exacerbado enfoque nos processos cerebrais. Tais abordagens presumem que a identidade pessoal é centralizada nos aspectos psicológicos emergentes do cérebro, em detrimento de outros aspectos corporais e até mesmo da relação do indivíduo com seu meio sociocultural e ecológico. Cristina A. Viana argumenta que, dessa maneira, na questão da persistência identitária, “[...] substitui-se a questão *que garantia temos de que se trata da mesma pessoa?* pela questão *que garantia temos de que se trata do mesmo cérebro?*” (VIANA, 2011, p. 28), questão esta que revela a fragilidade da redução proposta. Além disso, conforme veremos na próxima seção, estudos da Cognição Incorporada argumentam a favor da influência do corpo integrado e situado na emergência de estados e processos identitários da pessoa.

Conforme também vimos, diversos defensores da visão complexa, ou reducionista, do tipo psicológica, sobretudo aqueles que consideram o critério Psicológico “estrito”, focalizam a identidade pessoal enquanto a permanência da memória ao longo do tempo. Quanto a essa posição, a primeira crítica a ser levantada diz respeito à exatidão da memória humana: em geral, pessoas não são capazes de se lembrar de todas as suas vivências ou o fazem de modo incompleto e a partir de sua própria perspectiva. Mais do que recordar, por questões de saúde e de sobrevivência, a memória humana precisa também se esquecer de diversos acontecimentos vivenciados. Em uma crítica à abordagem de identidade pessoal proposta por Locke, Parfit (1984, p. 205) argumenta que, se a pessoa apenas possuísse uma identidade pessoal enquanto estivesse consciente, ela não deveria, em princípio, se esquecer de algum dos momentos de sua vida. No entanto, as pessoas constantemente têm sua consciência alterada e suas memórias perdidas ou modificadas, sem, no entanto, deixarem de ser as mesmas pessoas. Essa dificuldade foi exposta até mesmo por Locke (2015), filósofo defensor de uma concepção da identidade pessoal que, como indicamos, podemos enquadrar como reducionista psicológica. Locke aponta:

[...] Até as melhores memórias perdem de vista uma parte enquanto veem outra; nós, às vezes, e isso na maior parte de nossas vidas, não refletimos sobre nossos eus passados [past selves], estando voltados para nossos pensamentos presentes, e, no sono profundo, não temos pensamento algum ou, ao menos, nenhum com a consciência que caracteriza nossos pensamentos quando estamos despertos. (2015, p. 176-177).

A saída de Locke para esse problema é inferir que nesses momentos de perda de memória e de alterações usuais da consciência, como no estado de sono, não haveria a perda

da identidade, pois a substância pensante da pessoa pode se alterar, sem afetar, no entanto, a identidade pessoal, dado que a pessoa possui uma consciência que unifica todos os momentos de sua vida. Assim sendo, alterações temporárias desse tipo não alterariam a identidade em sua totalidade, da mesma forma que dormir todos os dias, em estado de inconsciência, não faz com que alguém durma com uma identidade e acorde com outra<sup>6</sup> (LOCKE, 2015, p. 177). Ou seja, temos, em síntese, que: “[...] a mesma consciência une essas ações distantes na mesma pessoa, quaisquer que tenham sido as substâncias que contribuíram para produzi-las.” (LOCKE, 2015, p. 177).

Os críticos dessas abordagens psicológicas, não satisfeitos com a argumentação proposta por Locke, tal como ressalta Olson (2019), defendem que a consideração da memória enquanto fator gerador da identidade pessoal recai no *problema da transitividade*. Em termos simples, o problema da transitividade pode ser posto da seguinte maneira: uma pessoa vive um momento  $M^1$  e, posteriormente, lembra-se dele em um momento  $M^2$ . Esta deve, portanto, lembrar-se em um momento  $M^3$  dos momentos  $M^1$  e  $M^2$ , respectivamente e assim sucessivamente (OLSON, 2019; KORFMACHER, 2020). Esse problema pode ser compreendido a partir do seguinte exemplo: uma determinada pessoa colhia laranjas diretamente do pomar com seus avôs em sua infância. Quando adulta, essa pessoa começa a trabalhar como enfermeira, contando eventualmente a seus pacientes sobre tal evento, quando adentra no assunto sobre a necessidade de comer alimentos saudáveis, como frutas. Na velhice, essa pessoa pode lembrar-se de seu trabalho e de que conversava com seus pacientes sobre alimentação saudável, sem, no entanto, lembrar-se de alguns fatos de sua infância, como o caso de que pegava laranjas do pomar com seus avôs. Assim, se a identidade é compreendida enquanto derivada da memória, seria preciso uma recordação transitiva dos fatos vivenciados através de uma consciência unificadora. Dados os problemas da transitividade da memória, diversas vezes a pessoa poderia ter a continuidade de sua identidade comprometida, a partir dessa perspectiva. No entanto, nos parece problemático considerar que a perda de elementos transitivos de memória implicaria a perda da identidade pessoal, uma vez que a pessoa, ainda assim, seria capaz de lembrar-se de diversos outros momentos e acontecimentos de sua vida.

---

<sup>6</sup> A dramaticidade de uma mudança identitária radical é ilustrada na obra *Metamorfose*, de Franz Kafka. A personagem Gregor, mesmo, aparentemente, mantendo suas características psicológicas, ao sofrer uma transformação corpórea extrema, e considerada repulsiva, acaba morrendo por causa do tratamento abusivo de sua própria família.



### 1.1.5 Objeções às abordagens complexas da identidade pessoal do tipo fisiológica

No que concerne às objeções feitas às teses reducionistas fisiológicas, seus críticos apontam ser insustentável a identidade residir apenas na persistência da corporeidade, ignorando a ampla vida psicológica da pessoa. Para argumentar contra as teses das abordagens fisiológicas, seus críticos recorrem a experimentos mentais como o da troca de cérebro entre duas pessoas. Conforme expõe Korfmacher (2020) utilizando uma experiência de pensamento, se uma *pessoa X* fosse capaz de transplantar seu cérebro em um corpo de uma *pessoa Y* (supondo que, assim fazendo, ocorreria a transferência da vida psicológica de uma pessoa para outra), o resultado dessa cirurgia geraria uma *pessoa Z*. Para os defensores das abordagens fisiológicas de identidade pessoal, mesmo que essa *pessoa Z* possua o cérebro da *pessoa X*, a identidade da *pessoa Z* não seria a mesma que a da *pessoa X*. Para os críticos, isso parece um absurdo, pois a *pessoa X* e a *pessoa Z* possuiriam as mesmas memórias, intenções, desejos, sentimentos, entre outras propriedades psicológicas. Mas, esclarece Korfmacher (2020) que:

Defensores dos critérios corporal e somático enfrentam a crítica e argumentam que não é o caso de X e Y terem trocado de corpos, mas que Y acredita falsamente ser X e, em consequência, Z é idêntico a Y. (KORFMACHER, 2020, l. e, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Consideramos que a problematidade da tese de que, ocorrendo o transplante do cérebro de *X* para *Y*, a pessoa *Z* resultante do transplante passaria a ser idêntica à pessoa *X* por transitividade, fica mais evidente quando a experiência de pensamento inclui a variável gênero: se *X* for do gênero masculino e seu cérebro for transplantado em *Y*, do gênero feminino, parece contraintuitivo defender que *Y* mantém a mesma identidade de *X*, se as propriedades psicológicas de *X* não incluem aspectos identitários relacionados ao gênero feminino.

### 1.1.6 Objeções à tese da continuidade linear das abordagens de identidade pessoal

Ambas perspectivas da identidade pessoal, simples, ou reducionistas, e complexas, ou não-reducionistas, acabam tendo problemas decorrentes de sua suposição de continuidade linear da identidade pessoal, uma vez que determinados aspectos são considerados relevantes para a identidade em detrimento de outros aspectos (por exemplo, quanto ao papel identitário

<sup>7</sup> “Defenders of bodily criterion and somatic criterion typically bite the bullet and argue that it is not the case that X and Y have swapped bodies, but that Y falsely believes to be X, and therefore that Z is identical with Y.” (KORFMACHER, 2020, l. e).

das funções cerebrais no caso da abordagem complexa psicológica em detrimento do papel dos demais órgãos corporais). Assim, em casos de ruptura ou perda de fatores considerados relevantes para a identidade pessoal, conseqüentemente, haveria, segundo ambas visões, a perda da identidade da pessoa, mesmo com a existência de diversos outros elementos constituintes da personalidade.

Um exemplo que ressalta a dificuldade de se considerar a identidade pessoal a partir da redução de fatores continuamente lineares é o caso da perda de memória ocasionada por doenças ou disfunções como o Mal de Alzheimer. Uma pessoa com esse mal perde grande parte de sua memória, mas ainda assim é capaz de se lembrar de diversas vivências de seu passado. Se considerarmos que a persistência da identidade pessoal necessita fundamentalmente da memória, uma pessoa que perdeu grande parte de sua capacidade de lembrar de suas experiências deixaria de ser a mesma pessoa, o que parece problemático se não absurdo. Além disso, mesmo se uma pessoa viesse a perder todas suas memórias, diversas outras características identitárias psicobiológicas ainda iriam permanecer (manteria, por exemplo, sua identidade imunológica, metabólica, endócrina, as quais mudam ao longo da vida, mas continuam sendo instanciadas pelo corpo da pessoa, também em estado de “permanência sob mudança” (GIBSON, 1986). Este exemplo evidencia a necessidade de se repensar a temática da identidade pessoal através de uma análise de continuidade não-linear, que seja capaz de admitir as mudanças do estados identitários em graus, em continuidades paralelas, em desdobramentos e bifurcações, múltiplos traços identitários que compõem uma pessoa.

A compreensão de que a identidade deve possuir uma continuidade linear parece estar relacionada à utilização do conceito de *transitividade* nos estudos de identidade pessoal, inclusive considerada por algumas das abordagens como característica necessária para a continuidade da personalidade. Conforme apontamos, entre os pensadores e as pensadoras da temática, parece ser consensual a consideração de que a transitividade é um recurso teórico necessário para a investigação da identidade pessoal.

Entende-se que a transitividade, a rigor, conceito cunhado nas ciências formais e na linguística, se caracterizaria como uma das principais propriedades da identidade da pessoa. No entanto, nas ciências biológicas, a noção de transitividade é utilizada especialmente para investigar relações de parentesco. Diante disso, questionamos: até que ponto uma propriedade que é principalmente aplicável a relações entre entidades formais pode ser legitimamente atribuída à continuidade de entidades biológicas? Não seria abusivo e impróprio atribuir como condição de permanência identitária de entidades naturais relações que são aplicáveis a

entidades formais? Além disso, se há estados identitários “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, entre muitos outros, o que seria essa identidade divisível em estados? Isto é, o que realmente significa atribuir transitividade à identidade da pessoa? A identidade pessoal pode, legitimamente, ser dividida em múltiplos estados discretos contínuos?

Diante dessas interrogações resultantes de nossa análise sobre a transitividade identitária, na presente dissertação argumentaremos a favor de uma abordagem naturalista e sistêmica, (BRESCIANI; D’OTTAVIANO, 2000; 2004; MITCHELL; NEWMAN, 2002; MITCHELL, 2009; MORIN, 2003; 2007; DEBRUN, 2009) de identidade pessoal. Tal abordagem considera os diversos elementos que compõem a pessoa em sua complexidade orgânica e contextual. Uma abordagem da identidade pessoal na perspectiva da complexidade não apenas permite, mas também supõe, ocorrerem frequentes ressignificações e atualizações identitárias. Nesse sentido, a análise identitária sistêmica não-linear permitirá destacar que a pessoa é uma entidade biológico-social e cultural complexa, dinâmica, que instancia propriedades emergentes, situada em diferentes contextos, sendo a identidade da pessoa não redutível a seus vários elementos componentes. Assim, será possível ressaltar também as relações de interdependência de traços identitários da personalidade e o papel do acaso e dos contextos para a constante construção e atualização identitária da pessoa.

Antes de desenvolver a análise da identidade pessoal na perspectiva sistêmica da complexidade, no entanto, buscaremos clarificar o conceito de pessoa, a partir de sua etimologia, dos principais critérios de personalidade segundo Daniel Dennett (1976/2006) e também a partir das principais abordagens do conceito de pessoa existentes no campo filosófico-interdisciplinar da filosofia anglo-saxã. Em especial, ressaltamos a abordagem externalista (LECLERC, 2003), que será relevante posteriormente para nossa proposta de considerar a identidade pessoal sob uma perspectiva sistêmica e relacional.

## 1.2 O CONCEITO DE PESSOA

Até o momento havíamos explorado o problema da identidade pessoal e seus desdobramentos ressaltando a questão da *persistência identitária*. Para avançar em nossa análise, vamos tratar nesta seção do conceito de *pessoa*. Afinal, o que é ser uma pessoa? “[...] Que tipo de entidade é uma pessoa? É idêntica ao corpo, a uma parte própria do corpo ou a nada que seja corporal?” (LECLERC, 2003, p. 140). Quais os critérios necessários para a atribuição de personalidade? O conceito de *pessoa* é indispensável ou poderia ser substituído

pelo conceito de sujeito ou de agente? Ao longo desta seção discutiremos algumas das questões sobre personalidade.

Embora parecidos, o problema da identidade pessoal e da personalidade diferenciam-se: o problema da identidade pessoal contém uma ampla gama de questões, conforme vimos na seção anterior, sendo uma delas o problema da personalidade, que investiga o que é ser pessoa.

Como objetivo de tratar do problema da personalidade, na próxima seção apresentaremos a etimologia do conceito de pessoa (ALMEIDA, 2017), os principais critérios de personalidade (DENNETT, 1976/2006) e duas concepções de personalidade: a internalista e a externalista. Por fim, argumentamos a favor de uma abordagem externalista e relacional, conforme proposto por Leclerc (2003).

### 1.2.1 Os sentidos do conceito “pessoa”

No que concerne ao conceito de pessoa, Almeida (2017) desenvolve uma minuciosa análise histórica-etimológica sobre ele. A partir de uma investigação documental, Almeida (2017) sumariza cinco momentos históricos principais nos quais a noção de pessoa adquire diferentes significados. Em um primeiro momento, o termo grego *prosopon* e, posteriormente, o termo latino *persona* designa as máscaras utilizadas pelos atores para interpretar diferentes personagens teatrais. Nesse primeiro momento tal conceito não é atribuído aos seres humanos de maneira geral (ALMEIDA, 2017, p. 223). Mais especificamente:

Nesse contexto, o conceito etimológico mais difundido da palavra *pessoa* é aquele originário em Boécio, filósofo cristão de formação grega, que aponta sua origem no vocábulo latino ‘*persona*’, cujo sentido geral é de máscara de teatro equipada com uma abertura no entorno da boca, o que permitia ao ator impostar e representar pelo som de sua voz, uma personagem. (ALMEIDA, 2017, p. 223).

Como aponta Almeida (2017), com o passar do tempo, essa primeira acepção do termo se amplia para o contexto jurídico, o que permitiu sua utilização para além do contexto teatral. Dada a consideração de que indivíduos em sociedades seriam seres atuantes desempenhando funções sociais específicas, gradativamente o conceito de pessoa passa a ser relacionado ao desempenho de diferentes papéis sociais (ALMEIDA, 2017, p. 224-225).

Conforme Almeida (2017), o segundo momento histórico do conceito de pessoa surge dentro do contexto do cristianismo no período medieval, com influência de autores como

Tertuliano, São Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Nesta ressignificação do conceito de pessoa, foi considerada a narrativa cristã imperante da época, representada pela Santíssima Trindade, que expressava que Deus Pai, Deus Filho e o Espírito Santo eram três *personas*, mas constituintes de um único deus (isto é, seriam três pessoas mas formando uma mesma substância, ao mesmo tempo em que expressam individualidades distintas) (ALMEIDA, 2017, p. 226).

Ademais, destaca Almeida (2017), somada aos papéis interpretativos derivados da noção greco-romana, a noção de *pessoa* passa a designar a criatura (o ser humano) no contexto da dogmática cristã, alegadamente criada à imagem e semelhança de deus, contando, então, com uma tripla composição, o corpo, a alma e a intencionalidade, cada parte correspondendo a uma das pessoas da Trindade, mas permanecendo uma única pessoa. Sendo metafísica, essa segunda noção considera que a pessoa possui um fator adicional, qual seja, uma alma, de acordo com a mitologia cristã (ALMEIDA, 2017, p. 225). Em síntese, Almeida argumenta que “[...] se a influência cristã colocou-a, [a noção de pessoa], na qualidade de sujeito dotado de valores intrínsecos a sua própria humanidade, o fez por ser ela imagem e semelhança de Deus.” (ALMEIDA, 2017, p. 229).

O terceiro momento histórico do termo *pessoa* apontado por Almeida (2017) surge na modernidade a partir da influência de diversos filósofos, dentre os quais se destacam Descartes e Kant. Nesse contexto, a pessoa passou a ser compreendida como um ser racional, que possui subjetividade. Conforme apresentamos na seção 1.1.2, a abordagem proposta por Descartes do *eu pensante* compreende o *eu* a partir de uma mente imaterial que anima o corpo material. Segundo Almeida (2017, p. 230), a proposta cartesiana do *eu pensante* foi notável para a compreensão da noção moderna de pessoa e teve grande influência para sua acepção contemporânea, uma vez que passou a considerar os aspectos racionais e subjetivos da pessoalidade. Mais especificamente, Almeida ressalta que: “[...] o “eu” do *cogito* de Descartes rompe com o modelo tradicional de pensar a unidade do homem mediante forma ou matéria: a filosofia passa de uma reflexão metafísica sobre os objetos para uma reflexão sobre os sujeitos e, portanto, sobre as pessoas.” (2017, p. 229).

Marcado também pelos ideais iluministas, que consideram a racionalidade como meio de emancipação humana e também ressaltam os direitos dos indivíduos, o conceito de *pessoa* na modernidade não abarca somente a vida psíquica dos seres humanos, mas também os seus direitos e deveres (ALMEIDA, 2017, p. 230). Em especial com influência das teses de Kant, sobretudo a partir de sua ética do dever, o ser humano é compreendido dentro de uma complexa teia ética e moral, passando a pessoa a ser concebida como detentora de direitos e

deveres. Dessa maneira, a pessoa passa a ser considerada como um ser racional e autônomo e, assim, que guia sua conduta pelo uso da razão inferencial e da razão prática (ALMEIDA, 2017, p. 231).

O quarto momento histórico do conceito de pessoa surge no século XIX, com influência das teses do liberalismo, segundo Almeida (2017). Para ele, esta quarta concepção de pessoa “[...] consistiu no reconhecimento de que o homem é o único ser vivo capaz de dirigir a sua vida em função de suas preferências valorativas, por ser racional e possuir vontade e autonomia.” (ALMEIDA, 2017, p. 232).

Por fim, Almeida (2017) expõe que o quinto momento histórico do desenvolvimento do conceito de pessoa é nomeado de *personalismo contemporâneo*. Sob grande influência da corrente filosófica do existencialismo, a noção contemporânea de pessoa considera, segundo Almeida (2017) a relevância de compreender pessoas enquanto seres singulares e livres, não redutíveis a seus papéis sociais. Ao mesmo tempo, a pessoa passa a ser considerada a partir de suas relações com diferentes meios socioculturais e ecológicos. Nesse sentido:

Em aparente contraste com a afirmação da unicidade da pessoa humana (pregada pelo existencialismo), o pensamento filosófico do século XX colocou em foco a realidade essencialmente relacional da vida, implicada, de certa forma, no inter-relacionamento sujeito/objeto. (ALMEIDA, 2017, p. 233).

Assim, a quinta concepção de pessoa passa a considerar, não só os direitos e deveres do indivíduo, mas também suas singularidades e, ao mesmo tempo, suas relações constitutivas em diferentes contextos. Além disso, a capacidade de agir com autonomia e suas constantes transformações ao longo do tempo são ressaltadas. Nesse sentido, a pessoa passa a ser compreendida enquanto um agente transformativo, dado os seus constantes processos de mudança e de aprendizagem, o que ressalta a continuidade não-linear dos traços identitários da pessoa humana (ALMEIDA, 2017, p. 234-235). Essa quinta concepção de pessoa produzida na contemporaneidade é compatível com a que pretendemos defender ao longo deste trabalho, sobretudo na seção 1.2, na qual argumentamos que a personalidade é dinâmica, transformativa e relacional.

Em síntese, apresentamos as cinco concepções do conceito de pessoa diferentemente utilizadas ao longo da história, de acordo com Almeida (2017). Acreditamos que isso nos fornece material conceitual relevante para o estudo da personalidade, questão inserida dentro do problema filosófico da identidade pessoal. Conforme veremos nas seções posteriores, abordagens filosóficas de personalidade perpassam essas concepções históricas de pessoa.

Na filosofia da mente e da ação, o estudo sobre o conceito de pessoa gerou os chamados problemas sobre a pessoalidade, tais como “o que é ser uma pessoa?” “apenas seres humanos são detentores de pessoalidade?”, “animais não humanos ou sistemas artificiais podem ser pessoas?” entre outros. A partir deles, diversos filósofos investigaram e propuseram critérios para a consideração do que é ser uma pessoa. Um estudioso do tema que merece o destaque é Daniel Dennett (1976/2006), por conta de seu trabalho *Condições de pessoalidade*. Nele, Dennett investiga quais seriam os critérios necessários para a atribuição de pessoalidade. Analisaremos a seguir as principais teses e reflexões sobre os critérios de pessoalidade apresentados por Daniel Dennett.

### 1.2.2 Os principais critérios de pessoalidade

Como assinalamos, Dennett, no artigo *Condições de pessoalidade*, investiga quais seriam os principais critérios para a atribuição de pessoalidade, levando em conta a literatura filosófico-interdisciplinar até então publicada. De início, Dennett (1976/2006) expõe que os seres humanos, de maneira geral, são considerados pessoas, com exceções de alguns casos, por exemplo, em que ocorre algum tipo de restrição cognitiva, como ele mesmo cita: “[...] os seres humanos ainda bebês, os seres humanos com transtornos mentais e aqueles declarados insanos por psiquiatras licenciados têm sua pessoalidade, ou algum de seus elementos cruciais, negados.” (DENNETT, 1976, p. 175, tradução nossa)<sup>8</sup>. Dada essa tese, Dennett (1976/2006) está comprometido com a investigação dos critérios da pessoalidade, por compreender que a atribuição do estatuto de pessoa ao ser humano lhe garante, inclusive, direitos e deveres sociais únicos, estabelecidos pelas legislações dos Estados nacionais. Além disso, essa investigação é relevante porque, como aponta Sofia Miguens: “Saber quando há pessoalidade plena é importante mesmo legalmente para a consideração de alguém como imputável ou inimputável.” (2001, p. 256).

Ao considerar a relevância da pessoalidade para a vida social do ser humano, Dennett (1976/2006) se propõe a investigar duas perspectivas do conceito de pessoa, quais sejam, a metafísica e a moral. A partir da perspectiva metafísica de pessoa considera-se que alguém é uma pessoa caso disponha de características cognitivas, que envolvam inteligência, emoções e

---

<sup>8</sup> “[...] infant human beings, mentally defective human beings, and human beings declared insane by licensed psychiatrists are denied personhood, or at any rate crucial elements of personhood.” (DENNETT, 1976, p. 175).

outros elementos intencionais. Da perspectiva moral, por sua vez, considera-se que um indivíduo é uma pessoa caso detenha uma vida moral que envolva direitos, deveres e responsabilidades. Dennett (1976/2006) almeja investigar a relação entre essas duas perspectivas, por constatar que nem sempre a personalidade é estudada dentro desses dois âmbitos conjuntamente. Isso é importante, para ele, porque, por exemplo, existem casos em que uma pessoa tem sua personalidade desconsiderada no sentido metafísico, como em casos de insanidade psicológica, sem, no entanto, ter sua personalidade moral desprezada (isto é, ela ainda possui direitos e deveres, além de dever responder legalmente por atos ilícitos cometidos). Dessa maneira, Dennett (1976/2006) argumenta que considerar a personalidade da perspectiva metafísica influencia diretamente a consideração da personalidade moral.

A análise de personalidade proposta por Dennett (1976/2006) parte da teoria dos Sistemas Intencionais. Conforme ele define:

[...] Um sistema intencional é um sistema cujo comportamento pode ser (pelo menos às vezes) explicado e predito com base na atribuição ao sistema de *crenças e desejos* (e outros aspectos caracterizados intencionalmente - o que vou chamar de *intenções* aqui, querendo incluir esperanças, medos, intenções, percepções, expectativas etc.). (DENNETT, 2006, p. 356).

Em outras palavras, os Sistemas Intencionais são sistemas com comportamentos que exibem, em graus, previsibilidades e que podem ser explicados por meio de intenções de diversos tipos, tais como crenças e desejos. Dennett (1976/2006) defende que a personalidade depende da consideração de sistemas intencionais, uma vez que pessoas enquadram-se na definição exposta. Isto é, pessoas possuem intenções e seus comportamentos podem, em graus, seres previstos. No entanto, animais não-humanos e outros seres vivos também se enquadram como seres intencionais, sem serem considerados pessoas. Dennett argumenta: “É óbvio então que ser um sistema intencional não é uma condição suficiente para ser uma pessoa, mas é certamente uma condição necessária.” (DENNETT, 2006, p. 358). Assim sendo, a análise de Dennett (1976/2006) apresenta seis critérios de personalidade que, segundo ele, evidenciam tanto seu lado metafísico como moral (indo na contramão da cisão de personalidade metafísica e personalidade moral): (1) racionalidade, (2) predicados intencionais, (3) postura intencional, (4) reciprocidade, (5) comunicação verbal e (6) consciência.

(1) Racionalidade: seres humanos são agentes racionais, isto é, dotados da capacidade de produzir raciocínios, isto é, de “[...] formular teorias e justificá-las, considerar objeções e



tentar refutá-las, construir argumentos em oposição a outras perspectivas.” (NOZICK, 1993, p. XI, tradução nossa)<sup>9</sup>.

(2) Predicados intencionais. Dennett (1976/2006) considera que pessoas são suscetíveis a predicação intencional. Dennett (1976/2006) recorre à argumentação de Strawson (1990) segundo a qual haveria dois tipos de predicados atribuíveis, quais sejam, predicados-M e predicados-P. Os predicados-M são atribuídos aos objetos materiais e pessoas. Estes podem ser, por exemplo, “ser azul”, “ser pequeno”, entre outros. Já os predicados-P são atribuídos somente a pessoas, pois elas possuem uma vida mental consciente e complexa de alto nível. Estes predicados podem ser, por exemplo, “estar feliz”, “estar cansado”, “saber que a justiça distributiva é desejável”, “estar ciente de que há diferentes valores morais dependendo de contextos sociais”, entre muitos outros. Estes predicados-P são intencionais, porque nunca são tratados de maneira isolada. Young (1979) aponta que, segundo Dennett, “[...] uma emoção, como o medo, nunca é simplesmente medo. É sempre medo de algo. E esperança pode ser constante, mas é sempre esperança de que algo venha a acontecer.” (YOUNG, 1979, p. 163, tradução nossa)<sup>10</sup>. Assim, conforme defende Dennett (1976/2006), na esteira de Strawson (1990), pessoas recaem sob ambos os predicados, sendo os predicados-P os que referem a intencionalidade humana.

(3) Postura intencional. Dennett expõe esse critério da seguinte forma: “[...] algo ser considerado como uma pessoa depende, de algum modo, da atitude tomada, a postura adotada, em relação a esse algo.” (DENNETT, 1976, p. 177, tradução nossa)<sup>11</sup>. Com isso, Dennett (1976/2006) tem o objetivo de argumentar que a consideração prévia de que alguém é uma pessoa não basta para a atribuição de pessoalidade. É somente pela constante postura de atribuição de pessoalidade a um indivíduo que este será considerado uma pessoa. Assim, não bastam apenas a racionalidade e a intencionalidade para ser considerado uma pessoa, é preciso também o constante reconhecimento da pessoalidade, como uma contínua reafirmação.

Esses três primeiros critérios, quais sejam, de racionalidade, predicação e postura intencional estão interligados: “[...] ser racional é ser intencional e é ser o objeto de certa postura.” (DENNETT, 2006, p. 356). Mais especificamente, isso significa que: “[...] As condições 1-3 são os conceitos com que Dennett define e trata os Sistemas Intencionais, i.e.,

9 “[...] They formulate theories and marshal reasons to support them, they consider objections and try to meet these, they construct arguments against other views.” (NOZICK, 1993, p. XI).

10 “[...] That is to say, an emotion, like fear, is never simply fear. It is always fear of something. And hope may spring eternal, but it is hope that something will happen” (YOUNG, 1979, p. 163).

11 “[...] whether something counts as a person depends in some way on an attitude taken toward it, a stance adopted with respect to it.” (DENNETT, 1976, p. 177).

todos os sistemas físicos cujo comportamento pode ser explicado e previsto através da atribuição de crenças e desejos.” (MIGUENS, 2001, p. 257).

Em seguida, Dennett (1976/2006) argumenta que apenas os três primeiros critérios de pessoalidade são insuficientes para a caracterização do que é ser uma pessoa, dado que outros animais também mostram intencionalidade. Há aqueles que, como Donald Davidson (1975) e Peter Caruthers (2004; 2008), defendem a tese de que a intencionalidade que animais não-humanos instanciam é, na melhor das hipóteses, rudimentar, de primeira ordem - ou seja, eles possuem intenções, mas não intenções a respeito de outras intenções, isto é, intencionalidade de segunda ordem, dada a ausência de uma linguagem do tipo humana. Contrariamente a esses filósofos, Dennett (1976/2006) aponta a existência de diversos estudos que demonstram a capacidade de animais não-humanos de apresentarem intenções, não apenas de primeira ordem, mas também de segunda ordem. Um sistema de segunda ordem pode ser definido “[...] como aquele ao qual atribuímos não apenas simples crenças, desejos e outras intenções, mas crenças, desejos e outras intenções *sobre* crenças, desejos e outras intenções.” (DENNETT, 2006, p. 358). Segundo Dennett (2006, p. 362), isso é possível porque intenções de segunda ordem não necessitam de linguagem e de inteligência do tipo humana. Assim, Dennett aponta ser necessário a consideração de mais critérios de pessoalidade para a definição do que é ser uma pessoa.

(4) Reciprocidade. Dennett define a reciprocidade como: “[...] ser uma pessoa é tratar os outros como pessoas [...]” (DENNETT, 1976, p. 178, tradução nossa)<sup>12</sup>.

(5) Comunicação verbal. “[...] Pessoas devem ser capazes de comunicação verbal. Esta condição retira facilmente animais não humanos do âmbito da pessoalidade plena e da responsabilidade moral correspondente, o que parece estar implícito em todas as teorias contratualistas da ética.” (DENNETT, 1976, 178, tradução nossa)<sup>13</sup>. Sofia Miguens (2001) aponta que o papel atribuído por Dennett à comunicação verbal para a pessoalidade tem base na Teoria do Significado de Grice. Nesse sentido, Sofia Miguens explica:

Nomeadamente, a ideia griceana de *non natural meaning*, que Grice define pela existência de uma situação em que um enunciador quer dizer alguma coisa enunciando alguma (outra) coisa, devendo este querer-dizer ser analisado em termos das intenções do enunciador, é esclarecedora. O *non natural meaning* faz a diferença do modo humano de significar na medida em que no sucesso da situação em que alguém faz uma asserção que significa alguma coisa querendo com essa enunciação significar alguma

12 “[...] to be a person is to treat others as persons [...]” (DENNETT, 1976, p. 178).

13 “[...] persons must be capable of verbal communication. This condition handily excuses nonhuman animals from full personhood and the attendant moral responsibility, and seems at least implicit in all social contract theories of ethics” (DENNETT, 1976, p. 178).

coisa diferente está necessariamente envolvida a existência de uma 3.<sup>a</sup> ordem no funcionamento de Sistemas Intencionais. (2001, p. 258-259).

A partir deste critério, Dennett considera a tese de que a linguagem humana comporta um grau distinto de intencionalidade, uma terceira ordem. Intenções de terceira ordem envolvem três graus de intenções, como Dennett exemplifica: “[...] *U* [Úrsula] deve pretender/desejar (*must intend*) que *A* [Ana] reconheça que *U* pretende/deseja (*intends*) que *A* produza *r* (*resposta*).” (DENNETT, 1976, p. 186, tradução nossa)<sup>14</sup>. Assim, podemos pensar que Úrsula diz a Ana que o almoço precisa ser feito, dada a aproximação do horário usual de tal refeição. A partir de intenções de terceira ordem, essa fala pode implicar que Úrsula pretende que Ana reconheça que Úrsula deseja que Ana faça o almoço. A partir dessa relação entre intenções de terceira ordem, Dennett argumenta a favor da existência de uma reciprocidade de alto nível nos seres humanos, nomeada *reciprocidade genuína*, dada sua complexidade de graus de intenções. Ademais, a argumentação de Dennett parte da ideia de que as intenções de terceira ordem seriam *inconscientes*, isto é: “[...] elas são intenções que exibem ‘uma ordem que está lá’ quando as pessoas se comunicam, intenções das quais não estamos normalmente cientes, e intenções que são uma pré-condição para a comunicação verbal.” (DENNETT, 2006, p. 367).

Segundo Dennett (1976/2006), os cinco primeiros critérios de personalidade já evidenciam a perspectiva metafísica e a perspectiva moral do conceito de *pessoa*. Para elucidar este ponto, Dennett se apoia na teoria da justiça como equidade proposta por Rawls (1971), sem entrar, no entanto, em uma análise de suas teses centrais. Isto é, Dennett considera relevantes os argumentos desenvolvido por John Rawls em torno à igualdade intrínseca de todas as pessoas ao propor quais leis seriam mais justas para a sociedade, pois isso consequentemente exige a consideração dos critérios de personalidade, dado que leis são feitas para *pessoas*. Assim, Dennett argumenta que qualquer proposta de uma ética depende inteiramente da consideração de critérios de personalidade que sustentam as distintas perspectivas sobre “o que é ser uma pessoa”. Segundo Dennett, em sintonia com boa parte das teorias éticas ocidentais, para se pensar a ética não basta considerar os seres humanos, mas as pessoas que possuem direitos e deveres e que são responsáveis por suas ações. Isso tornaria o conceito de pessoa um conceito normativo, uma vez que este conceito não teria um significado natural. Assim, Dennett aponta: “[...] o próprio conceito de pessoa é inevitavelmente normativo ou idealizado: na medida em que a justiça não se revela nas tarefas

---

14 “[...] *U* must intend that *A* recognize that *U* intends that *A* produce *r*.” (DENNETT, 1976, p. 186).

e interações dos animais [não humanos], esses animais não são pessoas.” (DENNETT, 1976, p. 160, tradução nossa)<sup>15</sup>.

(6) Consciência. Conceber que pessoas são responsáveis por suas ações exige a pressuposição de que elas sejam seres conscientes. Para analisar o critério da consciência, Dennett (2006, p. 370) expõe a tese de Harry Frankfurt sobre *volições de segunda-ordem*, a qual Young sintetiza: “Uma volição de segunda-ordem é uma Intenção sobre nossos desejos.” (1979, p. 166, tradução nossa)<sup>16</sup>. Para explicar o conceito de volição de segunda-ordem, Dennett argumenta: “[...] poderíamos, por exemplo, querer desejar heroína apenas para saber como se sente alguém que deseja heroína, sem desejar de forma alguma que esse desejo se torne um desejo efetivo.” (2006, p. 370-371). Assim, o conceito de *volição de segunda-ordem* é utilizado para explicar a ampla gama de nossas intenções e de nossos desejos. Dennett argumenta que apenas seres humanos instanciam *volições de segunda-ordem*. Segundo ele, uma volição de segunda-ordem configura um tipo de reflexão que evidencia a posse de uma auto-consciência genuína.

Ao final de sua análise, Dennett (1976/2006) apresenta duas considerações que cabe aqui ressaltar. A primeira é a de que a perspectiva metafísica e a perspectiva moral do conceito de pessoa estão necessariamente imbricadas, sendo ambas “[...] dois pontos remanescentes, diferentes e instáveis, do mesmo contínuo” (DENNETT, 2006, p. 372-373). Deste modo, tratar do aspecto metafísico do conceito de pessoa implica considerar a pessoalidade moral. Já a segunda consideração é a de que os critérios levantados por ele são necessários, mas não suficientes, para a atribuição de pessoalidade. Dennett (1976/2006) argumenta que, caso fôssemos considerar que uma pessoa é apenas uma pessoa caso atendesse à risca todos os critérios de pessoalidade ressaltados, praticamente nenhum indivíduo poderia receber tal designação. Essa dificuldade emerge porque os critérios de pessoalidade indicados por Dennett (1976/2006) são ideais, isto é, são modelos reguladores, sobretudo para a atribuição de pessoalidade moral. A idealidade dos critérios de pessoalidade destaca o caráter normativo do conceito de pessoa, uma vez que toda atribuição de pessoalidade deriva de uma consideração coletiva de quem merece ou não ser reconhecido como tal. Em especial, questões da pessoalidade moral, sobretudo derivadas da necessidade de atribuição de responsabilidade, evidenciam a dificuldade da atribuição de pessoalidade a indivíduos.

---

15 “[...] The concept of a person is itself inescapably normative or idealized: to the extent that justice does not reveal itself in the dealings and interactions of creatures, to that extent they are not persons.” (DENNETT, 1976, p. 160).

16 “A second-order volition is an Intention about one of our desires” (YOUNG, 1979, p. 166).

Além da análise desenvolvida por Dennett (1976/2006), ressaltando o caráter normativo do conceito de pessoa, diversos filósofos desenvolveram análises sobre o tema. Leclerc (2003, p. 141), em seu artigo *A concepção externalista de pessoa*, analisa e sintetiza as principais visões de personalidade presentes na filosofia contemporânea, conforme apresentaremos a seguir.

### 1.2.3 As concepções internalista e externalista em abordagens filosóficas de personalidade

André Leclerc (2003), ao desenvolver uma minuciosa análise sobre quais seriam as principais abordagens de personalidade presentes na filosofia contemporânea, constata duas maneiras de se investigar tal tema: a partir de uma visão internalista ou de uma visão externalista. Abordagens internalistas e abordagens externalistas se diferenciam por considerarem a personalidade a partir de propriedades intrínsecas, no caso de abordagens internalistas, ou a partir de propriedades extrínsecas, no caso de abordagens externalistas.

As propriedades intrínsecas seriam propriedades internas de uma entidade que independem de quaisquer relações com elementos externos a ela e contextuais. No caso de abordagens internalistas do conceito de pessoa, a personalidade seria resultado de um conjunto de propriedades intrínsecas de uma mente ou de uma consciência, inerentes e auto-suficientes. Segundo Leclerc, seus defensores sustentam a seguinte ideia: “[...] nenhum estado ou evento mental, nenhuma ‘operação da mente’, pressupõe a existência de algo (objeto, substância, evento, instituição, etc.) presente no ambiente natural e social da pessoa.” (LECLERC, 2003, p. 142). A visão internalista de personalidade é adotada por defensores da visão de identidade pessoal simples, ou não-reducionista, uma vez que o “fator adicional” da pessoa, sua mente ou consciência, existiria por si mesmo e seria particular e inacessível a outras pessoas.

Já no caso das propriedades extrínsecas nas abordagens externalistas do conceito de pessoa, Leclerc expõe a seguinte definição:

Uma propriedade é extrínseca se a sua posse ou sua atribuição a uma entidade pressupõe ou a existência de outra coisa completamente distinta desta entidade, ou a existência da mesma entidade em momentos anteriores ou posteriores ao momento da instanciação da propriedade em questão. (2003, p. 140).

Assim, defensores de uma abordagem externalista da personalidade argumentam que a pessoa é uma entidade cujos elementos se relacionam constantemente com outros elementos e com seus meios socioculturais e ecológicos. Seus defensores também argumentam a favor de abordagens de identidade pessoal do tipo complexas, ou reducionistas, uma vez que, nelas, a identidade pessoal é considerada de maneira não-solipsista.

Por fim, conforme enfatiza Leclerc (2003), defensores de abordagens internalistas e de abordagens externalistas concordam que a pessoa possui uma vida psicológica, composta por intenções, desejos, hábitos, sentimentos, entre muitas outras propriedades psicológicas. No entanto, os defensores do internalismo e os do externalismo divergem, como vimos, ao responderem a seguinte questão: a vida psicológica da pessoa é composta por propriedades intrínsecas ou por propriedades extrínsecas? Quanto a isso, Leclerc salienta: “O debate opondo internalistas e externalistas diz respeito à questão de saber se *todas* as propriedades psicológicas são intrínsecas, ou se pelo menos algumas são extrínsecas.” (LECLERC, 2003, p. 141).

Segundo a análise desenvolvida por André Leclerc (2003), a filosofia contemporânea possui três principais abordagens de personalidade, sendo uma delas do tipo internalista e duas delas do tipo externalista. A abordagem internalista é proposta por Roderick Chisholm e as abordagens externalistas são propostas por Peter F. Strawson e por Lynne R. Baker. De maneira a compreender melhor os problemas da personalidade e sua relevância para o estudo da identidade pessoal, apresentaremos a seguir as principais teses dessas abordagens. Ao final, argumentamos a favor de uma visão externalista e relacional, conforme proposta por André Leclerc (2003).

### 1.2.3.1 Visão internalista de pessoa proposta por Chisholm

Ao analisar as teses da visão internalista de personalidade, Leclerc (2003) aponta sua baixa adesão na contemporaneidade (pelo menos entre os filósofos de tradição analítica). Muitas vezes quando a visão internalista é referida, a tese ontológica do *eu pensante* proposta por Descartes costuma ser destacada. A tese do *eu pensante* é internalista porque o *eu*, de maneira isolada, possuiria propriedades intrínsecas suficientes para ser um sujeito. Isto é, o *eu pensante* do cartesianismo não precisa se relacionar com o meio sociocultural e ecológico

para existir, pois, de maneira solipsista, através do puro pensamento, o *eu* pode constatar a existência de si mesmo, conforme já ressaltamos.

No entanto, conforme evidencia Leclerc (2003), existe uma notável abordagem internalista contemporânea de pessoalidade proposta por Roderick Chisholm (1979). Para analisar a pessoalidade, Chisholm utiliza uma distinção clássica entre entidades do tipo *ens per alio* e *ens per se*. Uma *entia per alio* é definida como uma entidade cuja existência decorre de outras entidades, isto é, é uma entidade que não possui uma existência própria, incluindo-se nesta categoria todos os corpos materiais, pois estes não possuiriam algum tipo de unidade de consciência que os caracterizariam como entidades com existência própria e autônoma. Chisholm sustenta que *ens per alio* seriam “[...] parasitas ontológicos que derivam todas as suas propriedades de outras coisas [...]” (CHISHOLM, 1979, p. 104, tradução nossa)<sup>17</sup>. Dentro dessa argumentação, *ens per alio* são também compreendidas como possuidoras de uma subdivisão nomeada de *ens sucessivum*, entidades transformativas ao longo do tempo. Por serem entidades transformativas, Chisholm argumenta que as *ens sucessivum* podem ter uma identidade apenas em um sentido “vago e popular”, mas não em um sentido “estrito e filosófico”. Dentro desse contexto, a identidade “vaga e popular” das *entia per alio* apenas indica a identidade de uma entidade através da constatação de suas similaridades ao longo do tempo, mesmo sob efeito de eventuais mudanças qualitativas. O sentido “estrito e filosófico” da identidade seria restringido às *ens per se*. Por definição, uma *entia per se* é uma entidade que existe por si mesma.

Dentro desse contexto, Chisholm (1979) considera que uma pessoa tem um corpo material passível de transformações. Assim, o corpo é compreendido como uma *entia per alio* (por ser material) e como uma *entia sucessiva* (por ser transformativo). À indagação: apenas a partir do corpo seria possível afirmar a existência de pessoalidade?, Chisholm responde que não. Sua argumentação é a seguinte: caso uma pessoa fosse apenas uma *entia per alio* e uma *entia sucessiva*, se ela estivesse feliz, por exemplo, teria que ter a felicidade como uma das fases de seu *continuum* identitário transformativo. Nas palavras de Chisholm:

Se sou um constituinte de uma *ens sucessivum*, então deve ter havido outras coisas que outrora constituíram a mesma pessoa que eu sou agora e, supostamente, ainda haverá outras no futuro. Mas, se é assim, as coisas que acho que sei sobre minha história passada podem ser todas falsas (mesmo que sejam verdadeiras para a pessoa que agora eu constituo) e talvez eu não

---

<sup>17</sup> “They are ontological parasites that derive all their properties from other things from the various things that do duty for them.” (CHISHOLM, 1979, p. 104).

tenha base para fazer alguma previsão sobre meu futuro. Será esse o tipo de coisa que eu sou? (CHISHOLM, 1979, p. 104, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Assim, Chisholm defende que, quem está sentindo, por exemplo, felicidade, deve manter algum tipo de “unidade identitária” em um sentido lógico, estrito, do tipo não instanciável por uma *entia per alio* e por uma *entia sucessiva*. Isto é, segundo ele, não teria como afirmar a unidade da pessoa, de maneira lógica, a partir da argumentação de que a pessoa seria composta por fases transformativas. A unidade da personalidade, segundo Chisholm, apenas seria possível a partir de um indivíduo com consciência, mas uma consciência que não seja composta por fases. Chisholm considera a personalidade enquanto uma “unidade de consciência” a partir de uma *ens per se*, conforme F. Feldman e R. Feldman ressaltam (2019, l. 5, tradução nossa)<sup>19</sup>: “[...] Chisholm enfatizou um tipo de tese de ‘unidade de consciência’, segundo a qual os fatos psicológicos concomitantes pertencem a uma e mesma coisa”.

Assim, em síntese, Chisholm (1979) defende que a pessoa deve ser considerada como uma *ens per se*, constituída por uma unidade identitária que existe por si mesma (a consciência) e não é fruto de uma sucessão de eventos. Essa abordagem é internalista porque a personalidade é derivada de propriedades intrínsecas da pessoa que é uma entidade que existe por si mesma e que não deriva suas propriedades de seu corpo ou de suas relações com outras entidades, isto é, seus contexto.

Para elucidar a distinção entre *ens per alio*, *ens sucessivum* e *ens per se*, defendida por Chisholm (1979), André Leclerc esclarece:

[...] O exemplo clássico de uma *ens sucessivum* é uma orquestra, cujos membros podem mudar com o tempo, um aqui um outro ali. No sentido “vago e popular” da identidade, se pode dizer que a orquestra é a mesma através do tempo, mas não no sentido “estrito e filosófico”. Uma orquestra pode gravar um disco com um certo regente, e outro disco 10 anos depois com outro regente e alguns músicos novos, e nós diríamos que a mesma orquestra gravou os dois discos. No sentido estrito e filosófico, o que existe de verdade e permanece o mesmo não é a orquestra, mas os músicos, que são *entia per se*. Não pode haver *entia per alio* (*entia sucessiva*) sem *entia per se*. (LECLERC, 2003, p. 146).

18 “If I am a constituent of an *ens successivum*, then there have been other things that once constituted the same person that I do now and presumably there will be still others in the future. But if this is so, then the things I think I know about my past history may all be false (even though they may be true of the person I happen now to constitute) and I may have no grounds for making any prediction at all about my future. Is this the sort of thing I am?” (CHISHOLM, 1979, p. 104).

19 “[...] Chisholm emphasized a kind of “unity of consciousness” thesis according to which the contemporaneous psychological facts pertain to one and the same thing.” (F. FELDMAN; R. FELDMAN, 2019, l. 5).



Em outros termos, uma orquestra é considerada uma *entia per alio*, por não possuir uma existência que derive de si mesma: ela precisaria, assim sendo, apenas dos músicos e do regente (parece contraintuitivo, mas uma orquestra, no sentido de Chisholm, sequer precisaria de instrumentos para existir). Uma orquestra seria também uma *entia successiva*, pois seus membros se alteram ao longo do tempo. Por fim, a orquestra tem sua existência derivada de seus membros, que são pessoas, pois estas são consideradas *ens per se*, dado que possuem uma existência própria e uma “unidade identitária” exclusiva.

Leclerc (2003, p. 148) argumenta que essa concepção de pessoa proposta por Chisholm possui pelo menos dois problemas. O primeiro problema é que essa abordagem acaba sendo vaga e de pouca utilidade. Além disso, Chisholm desconsidera a importância do corpo físico-químico-biológico para a personalidade, o que acarreta um segundo problema: ao distinguir pessoas de corpos enquanto entidades de natureza distintas, a tese de personalidade proposta por Chisholm acaba por recair, embora o autor se recuse a admitir, em um dualismo pessoa/corpo. Conforme aponta Leclerc (2003), a saída de Chisholm para a defesa de um não dualismo ontológico foi argumentar que a *personalidade* derivaria do cérebro. No entanto, essa ideia culmina em um dualismo de propriedades, que categoriza os processos cerebrais como não explicáveis por e redutíveis a processos naturais.

Além disso, Leclerc (2003) e Baker (2002) argumentam que muitas vezes buscamos conhecer o mundo, sobretudo o que é uma pessoa, mediante a busca de propriedades intrínsecas. No entanto, segundo eles, muitas entidades só são compreendidas a partir de suas relações com outros elementos e com outros conceitos. Um exemplo é um planeta: caso existisse uma cópia qualitativamente idêntica do planeta Marte, mas que, diferentemente de Marte, não orbitasse em torno de uma estrela, poderia ser considerada como um planeta? Ser um planeta não depende (pelo menos não totalmente) de se possuir uma determinada constituição, mas sim de suas relações no espaço em torno de uma estrela (BAKER, 2002; LECLERC, 2003).

Além disso, a baixa adesão atual a teses internalistas da personalidade decorre também dos problemas postos por teses dualistas, sobretudo substanciais. Conforme já discutimos, se a mente e o corpo são consideradas entidades distintas por natureza, os processos mentais seriam acessíveis apenas aos seus instanciadores. No entanto, pensadores contemporâneos argumentam que muitas vezes podemos ter acesso aos estados mentais de uma pessoa por meio de suas expressões faciais, gestos, postura corporal, dentre outros, que são reveladores de estados psicológicos (choro de tristeza, náusea de desgosto, risos de alegria, dentre inúmeros outros).

Assim, dadas as dificuldades decorrentes da visão internalista de pessoa, diversos filósofos e filósofas adotaram uma visão externalista para investigar a pessoalidade. De acordo com Leclerc (2003), as abordagens de pessoalidade externalistas mais conhecidas na filosofia contemporânea foram propostas por Peter F. Strawson (1990) e por Lynne R. Baker (1944; 2002). A seguir, apresentaremos as principais teses que propuseram.

### 1.2.3.2 Abordagem de pessoalidade proposta por Strawson

A abordagem de pessoalidade proposta por Peter F. Strawson é nomeada de *teoria do duplo aspecto*. Conforme sintetizado por Snowdon e Gomes, essa teoria possui tal nome porque sustenta que: “[...] nós nos auto-referenciamos a alguma entidade que possui dois lados ou aspectos, o físico e o mental, e não a algo que possui apenas o tipo de característica mental, outra coisa tendo as características físicas.” (SNOWDON; GOMES, 2019, l. 5, tradução nossa)<sup>20</sup>. Assim, a abordagem de Strawson é anti-solipsista, sobretudo do tipo cartesiano, por argumentar que os indivíduos humanos não seriam duas entidades distintas, mas sim uma pessoa, à qual são aplicáveis predicados de consciência e de materialidade. Strawson (1990, p. 87) parte sua proposta de pessoalidade a partir da tese de que corpos seriam particulares, o que significa que:

[...] os corpos materiais podem ser identificados e reidentificados sem referência a detalhes de outros tipos ou categorias além da sua, enquanto a identificação e reidentificação de elementos de outras categorias repousam, em última análise, na identificação dos corpos materiais. (STRAWSON, 1990, p. 87, tradução nossa)<sup>21</sup>.

A partir disso, Strawson (1990, p. 104) argumenta a favor da existência de dois tipos de predicados atribuíveis, quais sejam, predicados-M e predicados-P. Os Predicados-M são atribuíveis a todas as coisas materiais. Predicados-M podem ser exemplificados como: “ser leve”, “é alto”, “é macio”, “está gelado”, entre diversos outros. Já os predicados-P seriam restritos a pessoas, pois estas expressam intenções. Em outros termos:

<sup>20</sup> “[...] when we self-refer we refer to an entity which has two sides or aspects, the physical and the mental, and not to a thing which possesses only the mental sort of feature, something else having the physical features.” (SNOWDON; GOMES, 2019, l. 5).

<sup>21</sup> “[...] material bodies could be identified and reidentified without reference to particulars of other types or categories than their own, whereas the identification and reidentification of particulars of other categories rested ultimately on the identification of material bodies.” (STRAWSON, 1990, p. 87).

O segundo tipo consiste em todos os outros predicados que aplicamos às pessoas. A estes chamarei predicados-P. Os predicados P, é claro, serão muito variados. Incluirão coisas como 'está sorrindo', 'vai dar um passeio', bem como coisas como 'está sofrendo', 'está pensando muito', 'acredita em Deus' e assim por diante. (STRAWSON, 1990, p. 104, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Strawson (1990, p. 99) argumenta que a possibilidade de auto-atribuição de Predicados-P ocorre somente porque pessoas são indivíduos capazes de atribuí-los a outras pessoas. Isto é, a auto-atribuição de predicados que expressam intencionalidade é possível apenas a partir da inter-relação pessoa/contexto. Ademais, a atribuição dos Predicados-P a outras pessoas é possível, segundo Strawson (1990, p. 100), porque as reconhecemos como *sujeitos da experiência*, agentes que demonstram ações conscientes.

Essa teoria proposta por Strawson acarreta uma implicação: o conceito de pessoa é considerado como *primitivo*. Isto é:

[...] ‘o conceito de pessoa é logicamente anterior ao de uma consciência individual’. Dito de outro modo: apresenta-se como um conceito primitivo; um conceito anterior a todo e qualquer esquema-conceitual a partir do qual possam ser pensados fenômenos físicos e psicológicos. (FALLER, 2011, p. 29).

A consideração do conceito de pessoa como *primitivo* acarreta a ideia de que o “eu” refere-se diretamente à pessoa (STRAWSON, 1990, p. 103) e não a *egos puros*, por exemplo, como defendem os internalistas. Em síntese, essa abordagem é considerada externalista porque a auto-atribuição de predicados-P depende diretamente da atribuição coletiva desses predicados em outros seres humanos. Isto é, a atribuição de predicados-P ocorre no plano do coletivo, pressupondo a existência de outras entidades “pessoas”.

### 1.2.3.3 Abordagem de personalidade proposta por Lynne R. Baker

A segunda abordagem externalista tratada por Leclerc (2003) é a de Lynne R. Baker (1944; 2002), nomeada de *abordagem constitutiva* de pessoa, cuja principal característica é a perspectiva de primeira pessoa. Conforme Baker (1944, p. 20), a compreensão de sua teoria

---

<sup>22</sup> “The second kind consists of all the other predicates we apply to persons. These I shall call P-predicates. P-predicates, of course, will be very various. They will include things like 'is smiling', 'is going for a walk', as well as things like 'is in pain', 'is thinking hard', 'believes in God' and so on.” (STRAWSON, 1990, p. 104).

da pessoalidade exige a passagem por dois momentos, quais sejam, o de desenvolver uma teoria da constituição e o de argumentar a respeito da perspectiva de primeira pessoa. Em *Persons and Bodies*, Baker apresenta logo de início a seguinte proposta: “De acordo com a solução que eu devo oferecer, a pessoa humana é constituída por um corpo humano. Mas uma pessoa humana não é idêntica ao corpo que a constitui.” (BAKER, 1944, p. 3, tradução nossa)<sup>23</sup>. Assim, essa abordagem é marcada por uma distinção bastante audaciosa entre corpos/animais humanos e pessoas humanas. A ligação entre essas duas categorias ontológicas, conforme veremos posteriormente, é marcada pela teoria da constituição.

A teoria da constituição proposta por Baker (1944; 2002) ressalta a relação que uma entidade tem com suas propriedades constituintes. Segundo Baker, sua teoria da constituição pode ser atestada por múltiplos exemplos, conforme ela ressalta:

A relação de constituição é exemplificada a nosso redor: não apenas corpos humanos constituem pessoas, mas também moléculas de DNA constituem genes; pedaços de plásticos constituem licenças de motoristas; agregados de moléculas de água constituem rios. Então, a constituição é uma relação bem geral. (BAKER, 2002, p. 372, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Baker argumenta que, embora algo exista devido a sua constituição, isso não significa que sua constituição seja o mesmo que sua identidade (BAKER, 1944, p. 27). Conforme já apresentamos anteriormente na crítica à visão internalista de pessoa, Baker argumenta que as propriedades intrínsecas não são proveitosas para saber a respeito da identidade de algo. Conforme Baker (2002, p. 373) ressalta, uma estátua, cujo material é mármore, só recebe o título de estátua após um escultor, dotado de habilidades e inserido no mundo artístico, lhe dá forma. Isso pressupõe também a existência de pessoas que apreciam arte, de museus, de ferramentas artísticas, entre outras coisas. Seu exemplo clássico (1944, p. 29-30) para enfatizar tal ponto é o da estátua de Michelangelo: não podemos dizer que o mármore pressupõe a identidade de uma estátua, como a de Michelangelo, embora seja sua constituição. Esta ganha significado e identidade somente a partir de sua relação com um mundo como o nosso, isto é, com arte, artistas, apreciadores de arte, museus, entre outras coisas. Em síntese, a teoria da constituição proposta por Baker é assim definida: “[...] quando certas coisas com certas propriedades estão em determinadas circunstâncias, coisas novas com

---

23 “According to the solution that I shall offer, a human person is constituted by a human body. But a human person is not identical to the body that constitutes her.” (BAKER, 1944, p. 3).

24 “The relation of constitution is exemplified all around us: Not only do bodies constitute persons, but also DNA molecules constitute genes; pieces of plastic constitute drivers' licenses; aggregates of water molecules constitute rivers. So, constitution is a very general relation.” (BAKER, 2002, p. 372).

novas propriedades passam a existir.” (BAKER, 1944, p. 32, tradução nossa)<sup>25</sup>. Assim, para analisar a pessoalidade, Baker irá argumentar a favor de suas propriedades extrínsecas, em detrimento de suas propriedades intrínsecas.

Ademais, é importante compreender também que Baker argumenta haver dois tipos de objetos relacionais, quais sejam, os constituintes e os constituídos, tendo esse segundo tipo um valor ontológico maior por gerar novos efeitos. Para melhor compreensão, voltemos ao exemplo da estátua. O mármore da estátua é um objeto constituinte e a estátua é o objeto constituído. A estátua, que não é mais somente um pedaço de mármore, ganha novos valores em sociedades humanas que valorizam e cultivam produções artísticas e, assim, é considerada com maior valor ontológico. Tem-se então o que a pensadora chama de hierarquia ontológica (BAKER, 1944, p. 33). Conforme ressalta Coelho: “[...] O objeto constituído é uma nova entidade ontológica, isto é, ele tem poderes causais diferentes e em maior número que o objeto constituinte e, por isso, prevalece na hierarquia ontológica, tem mais ‘significado ontológico’.” (2010, p. 193-194).

Em síntese, a teoria da constituição proposta por Baker permite a compreensão de que elementos distintos, individuais, ao formarem uma relação contingente, tal como mármore e estátuas, moléculas e água, entre outras coisas, geram relações de constituição. Objetos constituintes e constituídos caracterizam duas realidades ontológicas distintas que, em conjunto, formam uma relação de unidade. Para formular uma teoria da pessoalidade através da teoria de constituição, Baker ressalta a distinção entre objetos intencionais e não intencionais. Assim, a autora argumenta que nem tudo o que é constituído mantém propriedades intencionais, mas quando nos referimos a estátua de David, por exemplo, ou a pessoas, temos relações intencionais. De maneira mais específica, Baker explica:

Digamos que uma propriedade H seja intencional se, e somente se, H não puder ser exemplificada em um mundo em que ninguém jamais teve uma crença, desejo, intenção, esperança, expectativa, medo ou outra atitude proposicional. E digamos que uma coisa em particular, x, é um objeto intencional se, e somente se, x não pudesse existir em um mundo em que ninguém jamais tivesse tido uma crença, desejo, intenção, esperança, expectativa, medo ou outras atitudes proposicionais. ('Relação intencional' e 'fenômeno intencional' podem ser definidos da mesma forma.) Então artefatos e obras de arte, assim como pessoas e passaportes, são objetos intencionais. (BAKER, 1944, p. 34-35, tradução nossa)<sup>26</sup>.

25 “[...] When certain things with certain properties are in certain circumstances, new things with new properties come into existence.” (BAKER, 1944, p. 32).

26 “Let us say that a property H is intentional if and only if H could not be exemplified in a world in which no one had ever had a belief, desire, intention, hope, expectation, fear, or other propositional attitude. And let us say that a particular thing, x, is an intentional object if and only if x could not exist in a world in which no one had ever had a belief, desire, intention, hope, expectation, fear, or other propositional attitudes. ('Intentional relation'

Como ressalta Leclerc (2003), Baker está argumentando a favor de uma teoria que considera que os objetos podem ou não ser intencionais. Isso faz emergir a noção de propriedades intencionais, isto é, “[...] propriedades cuja instanciação pressupõe a existência de seres capazes de ter atitudes proposicionais.” (LECLERC, 2003, p. 149). Tal noção é importante para a proposta de pessoalidade exposta por Baker, uma vez que a pessoa é considerada instanciadora de propriedades intencionais.

A partir da tese da constituição de Lynne Baker, conforme ressalta Leclerc: “[...] uma pessoa não é idêntica ao seu corpo, mas sim é *constituída* por ele. Uma pessoa humana é constituída por um corpo pertencendo à espécie *homo sapiens*.” (LECLERC, 2003, p. 148). Assim, Baker defende que uma pessoa possui um corpo material, mas que não é caracterizado como elemento primordial para a pessoalidade. Em outro termos, Baker elucida por meio de um experimento de pensamento:

[...] Eu poderia continuar a existir sem ser um animal, mas eu não poderia continuar a existir sem ser uma pessoa. Se partes do meu corpo humano fossem trocados por partes sintéticas até o corpo que me constitui não ser mais um animal humano, então, contanto que eu tenha minha perspectiva de primeira pessoa intacta, eu continuarei existindo e eu devo continuar sendo uma pessoa. (BAKER, 2002, p. 371, tradução nossa)<sup>27</sup>.

O elemento primordial para a noção de pessoa proposta por Baker é a posse de uma perspectiva de primeira pessoa, que envolve propriedades intencionais. Conforme ressalta Coelho (2010), a noção de pessoa proposta por Baker é incorporada, em um sentido material, mas sem focalizar, no entanto, o papel do corpo humano e suas especificidades que permitem suas atividades. Ser uma pessoa, desse modo, se resume ao que a pensadora apresenta como ter perspectiva de primeira pessoa, ou, em outros termos, ser auto-consciente. Para tanto, Baker (1944) distingue também os conceitos de referência e de perspectiva em primeira pessoa. Para ela, animais não humanos se situam em um tipo de referência em primeira pessoa fraca, pois estes conseguem, em algum grau, ter consciência, mas de um jeito rudimentar egocêntrico, além de não serem capazes de fazer auto-referência. Já a perspectiva de primeira pessoa seria restrita aos seres humanos:

---

and 'intentional phenomenon' may be defined similarly.) Then artifacts and artworks, as well as persons and passports, are intentional objects.” (BAKER, 1944, p. 34-35).

<sup>27</sup> “[...] I could continue to exist without being an animal, but I could not continue to exist without being a person. If parts of my human body were replaced by synthetic parts until the body that constitutes me was no longer a human animal, then, as long as my first-person perspective remained intact, I would continue to exist and I would continue to be a person.” (BAKER, 2002, p. 371).

[...] A pessoa tem uma perspectiva de primeira pessoa se, e somente se, tiver a capacidade de conceber a si mesmo como si mesmo\*, sendo essa habilidade sinalizada pela capacidade linguística de atribuir (e também fazer) referência em primeira pessoa a si mesmo. (BAKER, 1944, p. 68, tradução nossa)<sup>28</sup>.

Assim, uma pessoa, segundo a abordagem externalista de Baker, precisa, além de ter essa noção forte de si mesma, ter também a habilidade linguística e cognitiva de pensar e referenciar a si enquanto si mesma. Em síntese, essa abordagem envolve as noções de propriedades extrínsecas, de propriedades intencionais e de perspectiva de primeira pessoa. Baker diferencia *constituição* de *identidade* e caracteriza pessoas como sendo de ordem ontológica superior a seus corpos, pois pessoas tem perspectiva de primeira pessoa. Além disso, essa abordagem ressalta o externalismo para a noção de pessoa, pois, conforme aponta Leclerc (2003, p. 150), “[...] ter uma perspectiva em primeira pessoa [...] é uma propriedade relacional, extrínseca [...]”, uma vez que a aplicação dos conceitos de primeira pessoa pressupõe um mundo relacional possibilitado pelos sentidos.

A partir da análise das teses propostas por Strawson e por Baker, defendemos que as abordagens externalistas se mostram mais ricas para a investigação da pessoalidade, uma vez que evitam problemas típicos de ontologias dualistas, sobretudo do tipo substanciais, como o problema da relação mente/corpo. Além disso, as abordagens externalistas consideram a pessoa de maneira não-solipsista e relacional, sobretudo ao ressaltarem a necessidade de um coletivo de pessoas para a atribuição de pessoalidade em agentes humanos (ponto este que foi ressaltado também por Dennett (1976/ 2006), como ressaltamos).

Em conformidade com nossa proposta de analisar a identidade pessoal de maneira complexa e não-linear, precisaremos considerar o conceito de pessoa de maneira análoga. Assim, argumentamos a favor de um externalismo sistêmico. Para tanto, endossamos parcialmente a proposta de pessoalidade desenvolvida por André Leclerc (2003), que é influenciada, em especial, por teses externalistas de Baker e Strawson, como ele mesmo expõe. Em especial, ressaltamos os aspectos corporais e relacionais da pessoalidade, essenciais para o desenvolvimento de nossa abordagem sistêmica e naturalista da identidade pessoal, mas sem assumir teses cerebrocêntricas ou critérios de pessoalidade que atribuem papel central à especificidade das capacidades humanas de comunicação.

---

28 “[...] One has a first-person perspective if and only if one has the ability to conceive of oneself as oneself\*, where this ability is signaled by the linguistic ability to attribute (as well as to make) first-person reference to oneself.” (BAKER, 1944, p. 68).

#### 1.2.3.4 A abordagem de personalidade proposta por Leclerc e comentários

De acordo com as teses propostas por Leclerc (2003, p. 139), a pessoa é um agente, isto é, uma entidade biológica (neste caso, o ser humano) que age no mundo. A consideração da agência na personalidade tem suas implicações: “[...] Uma pessoa é fundamentalmente um agente, capaz de exercitar suas capacidades e habilidades no seu ambiente natural e social [...]” (LECLERC, 2003, p. 139). Essa tese implica que a pessoa não é considerada um *sujeito*, no sentido clássico, constituído por um corpo animado por uma substância mental adicional, conforme sustentam as abordagens internalistas de pessoa. A condição de agência da pessoa ressalta o caráter transformativo e relacional da pessoa, dado que ela constrói sua personalidade a partir dos graus de autonomia dispostos em distintos contextos e momentos.

Além disso, segundo a argumentação de Leclerc (2003), a pessoa é um agente que instancia propriedades extrínsecas e relacionais e, que podem, ou não, ser psicológicas. Conforme exposto anteriormente, uma propriedade extrínseca pressupõe a existência de outras entidades em relação. Nesse sentido, a defesa de propriedades extrínsecas em pessoas significa que a vida psicológica da pessoa decorre da inter-relação entre pessoa/contexto. Segundo as teses de Dennett (1976/2006), conforme já mostramos, uma pessoa seria um ser intencional cujo corpo permite a emergência de propriedades, tais como desejos, emoções, intenções, crenças, desejos, entre outras. De acordo com a argumentação de Leclerc (2003), tais propriedades emergentes não derivam de propriedades intrínsecas, pois não podem emergir de maneira isolada, solipsista. A personalidade e, assim, a vida psicológica da pessoa, deriva diretamente da relação que o agente tem com seus meios socioculturais e ecológicos. Leclerc sintetiza: “[...] ser uma pessoa ou ter uma mente não é manipular representações numa caixa úmida (o crânio); é antes *instanciar numerosas propriedades psicológicas relacionais e extrínsecas enraizadas num ambiente natural e social.*” (LECLERC, 2003, p. 140).

Assim, segundo Leclerc (2003), a personalidade depende da capacidade que o agente possui de instanciar três tipos de propriedades extrínsecas. Estas são as (1) propriedades enraizadas fora do tempo de sua instanciação, as (2) propriedades enraizadas fora do objeto que as instancias e as (3) propriedades globais. Conforme salienta Leclerc (2003, p. 142-143), as duas primeiras propriedades foram propostas por R. Chisholm e J. Kim, e a terceira propriedade foi proposta por L. R. Baker.

(1) A propriedade enraizada fora do tempo de sua instanciação é uma propriedade cuja instanciação, em algum determinado tempo, necessita da existência do agente antes ou depois



da instanciação. Sua definição é a seguinte: “*F* é uma propriedade enraizada fora do tempo de sua instanciação =df Necessariamente, para qualquer *x* e qualquer momento do tempo *t*, *x* possui *F* a *t* somente se *x* existe antes ou depois de *t*.” (LECLERC, 2003, p. 143). Propriedades desse tipo podem ser não psicológicas (tais como “ser mãe”, “plantar uma árvore”, “ser um ex-presidente de um país”, entre outras) e psicológicas (tais como “estar triste”, “reconhecer um familiar”, “achar uma piada engraçada”, “se emocionar com uma música”, entre outras).

(2) A propriedade enraizada fora do objeto que a instancia ressalta o aspecto relacional da personalidade, pois sua instanciação pressupõe a existência de outros elementos em relação com o agente. Sua definição é a seguinte: “*F* é uma propriedade enraizada fora do objeto que a instancia =df Necessariamente, qualquer objeto *x* tem a propriedade *F* somente se um objeto contingente e totalmente distinto de *x* existe.” (LECLERC, 2003, p. 143). Propriedades desse tipo podem ser não psicológicas (tais como “ser mãe de Ana”, “morar em um apartamento”, “ser um ciclista”, entre outras) e psicológicas (tais como “estar decepcionado com alguém”, “se sentir feliz por ganhar um presente”, “ter a intenção de aprender a dirigir”, “saber que seu amigo lhe dará carona para o trabalho”, entre outras).

(3) A propriedade global, por fim, ressalta o aspecto contextual da personalidade, pois sua instanciação depende diretamente da existência de meios socioculturais e ecológicos específicos. Sua definição é a seguinte: “*F* é uma propriedade global =df Necessariamente, para qualquer *x*, *x* tem *F* somente se *x* estiver num ambiente específico ou em circunstâncias apropriadas.” (LECLERC, 2003, p. 143). Propriedades desse tipo dão força à argumentação proposta por Baker de que os significados não emergem de propriedades intrínsecas, mas sim de propriedades extrínsecas. Assim, exemplos de propriedades globais são “ser brasileiro”, “ser uma sala de aula”, “viver em um mundo que tem estátuas”, “ser um artista”, “ser o planeta Marte”, “ser uma bola de futebol”, entre inúmeras outras.

Na esteira de Leclerc (2003), na presente dissertação consideramos que a personalidade pressupõe a existência de relações entre múltiplos agentes e contextos. Assim, ressaltamos o caráter dinâmico da personalidade, uma vez que as propriedades extrínsecas citadas não podem ser instanciadas de maneira isolada, isto é, elas necessitam da inserção do agente em um meio sociocultural e ecológico. Em especial, consideramos que pessoas são agentes que, ao longo de sua história co-evolucionária, desenvolveram distintas propriedades extrínsecas e relacionais, tendo sua personalidade emergido através dos constantes processos de e evolução, no âmbito da história de longa duração, e de aprendizagem, nos âmbitos temporais sociais de curta duração.

Os seres humanos podem não ser os únicos animais com capacidade de instanciar uma vida psicológica, mas o conceito de *peçoalidade* serve para a caracterização de um grupo, isto é, o grupo “pessoas”. O grupo “pessoas” é constituído por agentes que possuem determinadas características em comum, marcadas pela instanciação de propriedades extrínsecas cognitivas e psicobiológicas similares. Ademais, como bem apresentado por Almeida (2017), o próprio conceito de *peçoala* é dinâmico e sua acepção contemporânea ressalta o caráter singular, relacional e transformativo desse coletivo “pessoas”, tanto através da perspectiva metafísica como da perspectiva moral de peçoalidade, mostrando-se essencial para a análise da identidade peçoala a partir de uma perspectiva complexa e dinâmica.

Sobretudo, como notado por Dennett (1976/2006), defendemos que a moralidade está diretamente ligada à noção de peçoalidade. Por mais que o conceito de peçoala seja normativo, ele é de fundamental importância, sobretudo para a atribuição de peçoalidade moral. Especialmente ao considerarmos as identidades marginalizadas socialmente (como é o caso de agentes com identidades de gênero contra-hegemônicas, que pretendemos analisar na presente dissertação), a peçoalidade emerge como um conceito fundamental, pois atribui a tais agentes a mesma relevância moral atribuível a peçoalas em geral.

Consideramos que o levantamento histórico-filosófico das diversas abordagens do problema da identidade peçoala e do conceito de *peçoala* feito até aqui nos forneceu material conceitual para inserir nossa discussão sobre identidade de gênero no debate contemporâneo sobre essa temática. Em síntese, vimos que a análise identitária busca critérios de identidade e de peçoalidade, que são compreendidos a partir de elementos internos e/ou externos. Sobretudo com Dennett (1976/2006), ressaltamos o caráter moral da peçoalidade, o qual consideramos relevante para as discussões que faremos posteriormente.

A seguir investigaremos dois pontos de análise que consideramos essenciais para discutir a identidade peçoala na contemporaneidade: o surgimento dos movimentos identitários, cujo destaque é a defesa de múltiplas identidades de gênero, e o papel identitário da corporeidade, levando em conta as análises da abordagem da Cognição Incorporada.

### **1.3 REPENSANDO O PROBLEMA DA IDENTIDADE PEÇOALA NA CONTEMPORANEIDADE: IDENTIDADES CULTURAIS E O PAPEL DO CORPO**

Embora diversas abordagens passaram a discutir o papel relacional da identidade da peçoala, frequentemente tais identidade e peçoalidade são evocadas de maneira neutra, sem

considerar traços identitários socioculturais, de gênero, étnicos, econômicos, dentre outros. Por exemplo, podemos dizer que as sociedades humanas contemporâneas, tal como a sociedade brasileira, a despeito de preceitos legais a favor da igualdade de direitos, possibilitam que as pessoas transgêneras recebam a mesma atribuição social de critérios de pessoalidade do que as pessoas cisgêneras? Os dados de violência apontam para uma resposta negativa. Inclusive, consta no dossiê de 2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que o Brasil está (novamente) em primeiro lugar no mundo em relação a assassinatos da população transgênera. Tal violência física caminha ao encontro de diversas outras violências simbólicas de invisibilização, conforme também é relatado no dossiê:

Os dados não seguem um padrão e há muitos casos em que não existe respeito à identidade de gênero ou mesmo ao nome social das vítimas quando da veiculação dos casos na mídia. Isso faz aumentar ainda mais a dificuldade na busca desses dados, além de invisibilizar a motivação do caso e aumentar a subnotificação. São comuns casos em que diversos canais vêm reportando assassinatos de travestis como se fossem “homens vestidos de mulher” ou, ainda, “homossexual assassinado com roupas femininas”. O mesmo ocorre no caso de homens trans, quando são identificados como sendo “lésbicas” pelos jornais e meios de comunicação. **Estimamos que 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de “homem vestido de mulher é encontrado morto” se refiram, na verdade, ao assassinato de uma travesti ou mulher transexual que é noticiado de forma transfóbica.**” (ANTRA, 2021, p. 22, grifo dos autores).

Vale notar que, embora o exemplo citado seja sobre a transfobia no Brasil, tal violência se espalha por diversas outras culturas humanas. Algumas entidades realizam relatórios anuais sobre esse tipo de violência no mundo, como é o caso da *TransRespect*<sup>29</sup>.

Tendo isso em vista, apontamos que o debate contemporâneo sobre a identidade pessoal, sobretudo a partir do século XX, ganha novos elementos para serem analisados, entre os quais iremos destacar dois. O primeiro elemento se refere às abordagens pós-modernas que passaram a considerar a identidade pessoal como descentrada e, assim, a unidade do conceito “pessoa” passou a ser questionado. Destacaremos, nesse sentido, que noção de “identidade”, no singular, deu espaço para o conceito de “identidades”, no plural. Em especial, apontaremos que as teorias de gênero passaram a questionar a noção de pessoa a partir de um olhar supostamente neutro, que ignorava múltiplos aspectos identitários específicos da pessoa que perpassavam a ótica do gênero. Para tratar desse assunto, apontaremos especialmente as teses de Peters (2000) e de Hall (2006).

---

<sup>29</sup> Disponível em <https://transrespect.org/en/>

O segundo ponto que consideramos relevante para os estudos de identidade pessoal contemporâneos é a análise da identidade no contexto das teorias da cognição que levam em conta a corporeidade situada em contextos ambientais dados. Assim, apresentaremos as teses de Haselager e Gonzalez (2003) sobre a identidade proprioceptiva dos agentes, não mediada por representações internas. Veremos posteriormente que as teses da cognição incorporada e situada descentralizam o papel do cérebro/mente como único responsável pelos processos cognitivos da pessoa. Consideramos que tais estudos colocam novos pontos para o debate da identidade pessoal, pois os traços identitários, além de relacionais com o meio, parecem depender também de uma inter-relação entre os diversos sistemas psico-corpóreos e culturais da pessoa.

No entanto, antes de abordar a perspectiva incorporada e situada da cognição nos estudos da identidade pessoal, consideramos necessário esclarecer a mudança do conceito de *identidade*, no singular, para sua versão de *identidades*, no plural, à qual nos referimos. Uma vez que os estudos da pós-modernidade, em diálogo com a tradição da modernidade com a qual também dialogamos nesta pesquisa, trataram especificamente da questão, faremos uso deles para buscar elucidar aspectos relevantes de tal mudança.

### 1.3.1 Pluralidades identitárias na pós-modernidade

Conforme apontado, é comum que na contemporaneidade o conceito de “identidade” seja substituído pelo conceito plural de “identidades”, ocasionando o que Hall (2006) chama de “jogo das identidades”. Nesse contexto, usualmente os investigadores e/ou proponentes de teses sobre as pluralidades identitárias, especialmente as identidades culturais, são chamados (muitas vezes até em tom pejorativo) de “pós-modernos”. Tendo isso em vista, primeiramente analisaremos o significado de pós-modernidade, de acordo com Peters (2000). Veremos que esse conceito se vincula a outros, quais sejam, o de modernidade, de estruturalismo e de pós-estruturalismo. A distinção e destaque de cada um desses conceitos será importante para compreender as identidades da pós-modernidade, uma vez que o pensamento pós-moderno sofre ampla influência de pensadores estruturalistas e, sobretudo, pós-estruturalistas. Em seguida, de acordo com as teses de Hall (2006), apresentaremos o cenário do debate sobre as identidades culturais da atualidade e o que costuma ser chamado de “jogo das identidades” e as suas consequências, especialmente políticas.

Conforme explica Peters (2000, p. 12), o modernismo possui dois sentidos gerais, quais sejam, o sentido artístico e o sentido histórico e filosófico (comumente referido como “modernidade”). Embora distintos, o pensador destaca que ambos possuem uma ideia em comum: a de se desvincular de pensamentos tradicionais e clássicos, mediante utilização de novas técnicas e métodos. Conforme já destacamos, sobretudo com as teses de Descartes, a modernidade no sentido histórico e filosófico cria um novo cenário nas sociedades humanas, devido, sobretudo, às teses dualistas ontológicas e do racionalismo. Nesse sentido, Hall destaca que na modernidade surge uma noção específica de individualidade humana: “[...] As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais.” (HALL, 2006, p. 45). Assim, o pensador explica que tal movimento gerou o chamado “indivíduo soberano” racional.

Já o pós-modernismo, de acordo com Peters (2000), seria um movimento de reação ao modernismo. Tal como o seu antecessor, o pós-modernismo também possui um sentido artístico e um sentido histórico e filosófico. Tendo em vista os objetivos de nosso estudo, destacamos o seu sentido histórico e filosófico. Quanto à ele, Peters explica: “[...] pode-se argumentar que ele representa uma transformação da modernidade ou uma mudança radical no sistema de valores e práticas subjacentes à modernidade” (PETERS, 2000, p. 14).

No entanto, Peters (2000) explica não haver consenso a respeito da existência de um “momento pós-moderno” na atualidade, uma vez que muitos pensadores pós-modernos, ao mesmo tempo em que criticam as teses da modernidade, acabam também por reproduzir o pensamento moderno (tal como a reprodução de dualismos de vários tipos, como mente/corpo, razão/emoção, entre outros). A despeito disso, Peters expõe: “[...] Embora esses diversos pós-modernismos possam ir e vir, o *pós-moderno*, como uma episteme, como uma posição filosófica ou como uma periodização histórica, tal como o *moderno*, está aqui para ficar.” (2000, p. 19, grifos do autor).

Ademais, vale notar que as abordagens pós-modernas muitas vezes são configuradas como pós-estruturalistas. Isso não é completamente errado: Santos e Carrieri (2016, p. 10) explicam que ambas teorias discutem criticamente pontos em comum de oposição a teses modernas, tais as noções de razão, identidade/sujeito, objetividade, entre outras. Além disso, muitos pensadores pós-estruturalistas, tal como Michel Foucault e Jacques Derrida, influenciaram e ainda influenciam diversos pensamentos pós-modernos. No entanto, Peters (2000) defende que esses conceitos sejam distinguidos, uma vez que historicamente o pós-modernismo surge em crítica ao modernismo, ao passo que o pós-estruturalismo é uma reação

(e, ao mesmo tempo, parece ser uma continuidade ressignificada) do movimento estruturalista.

No que tange ao movimento estruturalista, Peters (2000) explica o seu início a partir das teses linguístico-semióticas propostas por Ferdinand Saussure, nas quais a linguagem era vista como um sistema de significação relacional e arbitrário. Posteriormente a Saussure, o movimento se popularizou com as teses de Roman Jakobson, o proponente do conceito “estruturalismo”, como esclarece Peter (2000). Peters também explica que Jakobson pretendia criar o conceito “[...] para designar uma abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado.” (PETERS, 2000, p. 22). Nesse sentido, Peters aponta que havia a pretensão de que fossem abandonadas as ciências mecanicistas e, em seu lugar, que se desenvolvessem investigações sobre as funções/estruturas dos objetos analisados (até mesmo dos seres humanos).

Em síntese, Peters apontou em sua análise que:

[...] o desenvolvimento teórico do estruturalismo francês [...] levou à institucionalização de um mega-paradigma transdisciplinar que tinha como base o modelo linguístico estrutural, contribuindo para integrar as humanidades e as ciências sociais. O estruturalismo destacava-se, entretanto, por uma concepção demasiadamente *cientificista*. (PETERS, 2000, p. 45, grifo do autor).

Nesse sentido, Peters ressalta que o estruturalismo, devido a suas teses sobre a linguagem, foi influente na virada linguística e, dessa forma, contribuiu com (1) as críticas em torno da ideia de sujeito autônomo que surge com o movimento humanista e (2) com o formato/modelo textual desse período, que constituía “[...] um modelo que vinculava o significado do texto às intenções conscientes de seu suposto autor” (PETERS, 2000, p. 45). Em contraponto, o ser humano também passou a ser definido por meio de suas múltiplas estruturas formadoras (PETERS, 2000, p. 31).

Peters (2000) explica que, especialmente durante os anos 60 na França, o estruturalismo foi um movimento filosófico bastante popular, mas que, em seguida, entrou em declínio, dando lugar ao pensamento pós-estruturalista. O pós-estruturalismo originalmente surgiu nos Estados Unidos como reação ao estruturalismo Francês. Mesmo com diversos pensadores terem desenvolvido teorias pós-estruturalistas, o pensamento pós-estruturalista é difícil de ser definido, uma vez que ele não forma uma teoria homogênea (PETERS, 2000, p.

28). Apesar disso, Peters (2000) compreende o pós-estruturalismo como um estilo contemporâneo de pensamento e de se fazer filosofia interdisciplinar.

Embora sejam movimentos distintos, Peters descreve diversas ligações entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, conforme ressaltamos:

(1) crítica ao *eu* da modernidade (humanista). Ambas teorias questionam o “*eu estável*” do racionalismo. Em contraposição, ambas as teorias propõem a defesa de estruturas sócio-culturais formadoras das noções subjetivas de autoconsciência (PETERS, 2000, p. 35-36).

(2) propostas de sistemas linguísticos e simbólicos. Peters (2000, p. 36-37) explica que ambas as teorias compreendem que os sistemas socioculturais, tais como cidades, moda, escolas (exemplos apresentados por Peters), seriam sistemas simbólicos que perpassam os sistemas linguísticos. Nesse sentido, tais sistemas são compreendidos como “códigos” de linguagem. Peters (2000, p. 37) destaca ainda que, devido ao movimento pós-estruturalista compreender que tais “códigos” socioculturais podem (e muitas vezes, devem) serem desconstruídos, ele também é usualmente caracterizado como anti-realista. O anti-realismo pode ser definido como: “[...] uma posição epistemológica que se recusa a ver o conhecimento como uma representação precisa da realidade e se nega a conhecer a verdade em termos de uma correspondência exata com a realidade” (PETERS, 2000, p. 37)<sup>30</sup>.

(3) Foco na textualidade. Em ambos movimentos são desenvolvidas novas técnicas textuais, o que popularizou teorias narrativas e de narratologias (PETERS, 2000, p. 37).

(4) “[...] Ênfase comum no inconsciente e nas estruturas ou forças sociohistóricas subjacentes que constroem e governam nosso comportamento.” (PETERS, 2000, p. 37). Neste ponto, o pensador aponta a influência das teses propostas por Freud e, sobretudo, as suas ressignificações feitas por Lacan, por terem se oposto ao *eu* racionalista. Em seu lugar, a psicanálise propôs um *eu* fragmentado e influenciado por seu inconsciente<sup>31</sup>.

Apesar dos pontos em comuns destacados, Peters apresenta também que o pós-estruturalismo possui novidades em relação ao seu antecessor. De maneira geral, o pós-estruturalismo:

30 Tal forma mitigada de anti-realismo, no entanto, parte de uma concepção equivocada e possivelmente ingênua do conhecimento científico na contemporaneidade, o qual apenas pretende produzir modelos da realidade o mais precisos possível, mas em um contexto falibilista, tendo consciência de que tais modelos estão sujeitos a revisões e privilegiam apenas algumas das variáveis dos fenômenos que procuram modelar.

31 Atualmente, as teorias freudiana e lacaniana sobre o inconsciente são bastante questionadas pela Psicologia Cognitiva e as Neurociências, especialmente a freudiana, para a qual o inconsciente teria um poder causal ininteligível sobre o consciente.

[...] questionou as pretensões científicas e a tendência totalizante do estruturalismo, o qual tinha sido elevado ao *status* de uma teoria universalizante válida para compreender a linguagem, o pensamento, a sociedade, a cultura e a economia e, na verdade, todos os aspectos da atividade humana. (PETERS, 2000, p. 45-46).

Assim, a partir da crítica da pretensão à universalidade presente nas teses estruturalistas, o pós-estruturalismo propôs que os conhecimentos, de maneira geral, fossem vistos como construídos social e culturalmente (PETERS, 2000, p. 32).

Compreendida as definições de modernidade, de pós-modernidade, de estruturalismo e de pós-estruturalismo, podemos então discutir o que Hall (2006) apresenta sobre os movimentos de pluralidades que se iniciam no século XX. Hall (2006) expõe nesse período, especialmente a partir da influência de abordagens pós-estruturalistas, as identidades, no sentido sócio-cultural, passaram a ser vistas como parciais, muitas vezes mutuamente contraditórias, incoerentes e marcadas discursivamente. Nesse sentido, Hall (2006) apresenta que as identidades culturais que identificavam pessoas e grupos passaram a ser compreendidas como fragmentadas em diversas outras identidades. Isto é, uma pessoa possuiria não um, mas diversos traços identitários culturais, sexuais, étnicos, de gênero, nacionais, dentre inúmeros outros. Isso, segundo o pensador, influenciou também nas concepções de identidade pessoal contemporâneas, pois corrompeu “[...] a ideia de que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2006, p. 9)

Em sua análise, Hall (2006) elenca as principais teorias que contribuíram para a descentralização da identidade a partir do século XX. São elas a teoria marxista, a psicanálise, o estruturalismo, o pós-estruturalismo e as teorias feministas e de gênero. De acordo com os objetivos de nosso trabalho, destacamos a influência das teorias feministas e de gênero no debate da identidade pessoal (que muitas vezes mantém intersecções com as outras teorias citadas). Especialmente no que tange ao feminismo e às teorias de gênero, surgiu o questionamento da identidade pessoal não ser neutra em relação ao gênero da pessoa: a identidade de gênero de uma pessoa influencia diretamente em sua identidade pessoal e na em sua atribuição social de personalidade.

Quanto a isso, Judith Butler (2017; 2018), e seus estudos de Teoria *Queer*, aponta que os filósofos por muito tempo buscaram fortalecer a concepção metafísica de identidade pessoal baseada em uma persistência intelectualista da pessoa, persistência essa que ignora os múltiplos aspectos culturais de gênero, que são limitadores, em graus, das possibilidades de desenvolvimento identitário. Isso é notado nas identidades de gênero marginalizadas, como é o caso das identidades transgêneras: privadas de personalidade social, moral e civil, essas



pessoas lutam e resistem diariamente para terem suas identidades legitimadas, para serem tratadas como detentoras de direitos e, sobretudo, para deixarem os estados de marginalização e invisibilização social nos quais se encontram. Em oposição às teses intelectualistas de identidade pessoal, Judith Butler propõe a seguinte questão: “[...] em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão do gênero constituem a identidade a coerência interna do sujeito e, a rigor, o *status* auto idêntico da pessoa?” (BUTLER, 2017, p. 43).

A partir da influência dos movimentos que questionaram o conceito tradicional de gênero em algum sentido, surgiram os chamados “movimentos identitários”, cujos esforços residiam na luta pela validação das identidades plurais, tal como a identidade da mulher e das identidades de gênero transgêneras, que são marginalizadas socialmente. Hall (2006) aponta que isso implicou a “politização” do debate sobre identidades, uma vez que para conquistar direitos e visibilidade, é preciso a afirmação de tais identidades em um sentido político. Ademais, embora tais lutas tenham se iniciado no século XX, estamos longe, no entanto, de vivermos em sociedades humanas que valorizem as identidades plurais de gênero. Ressaltamos que isso pode ser explicado pelo fato de os movimentos de “politização” das identidades não terem ocorrido somente no âmbito de grupos sociais defensores das identidades marginalizadas, mas também nos grupos opositores, nos chamados de movimentos neoconservadores.

Almeida (2018) aponta haver uma distinção entre os conceitos de conservadorismo e de neoconservadorismo, os quais também consideramos relevantes. Segundo Almeida, o conservadorismo é um movimento que nasce no século XVIII e tem como objetivo principal a defesa de determinadas instituições socioculturais dominantes (que, neste período, eram as instituições religiosas e monárquicas) (ALMEIDA, 2018, p. 27). O objeto a ser “conservado” pelo conservadorismo também se altera de quando em quando e, na atualidade, Almeida (2018, p. 28) destaca, por exemplo, que forças conservadoras almejam conservar as elites econômicas imperantes.

O neoconservadorismo, por sua vez, é um movimento mais recente que surge após a Segunda Guerra Mundial, em consonância com o pensamento neoliberal que problematiza os Estados de Bem-Estar Social. Assim, Almeida (2018) descreve que, a partir dos regimes neoliberais, que privilegiam a obtenção de lucro para poucos e minam as entidades estatais e os seus respectivos assistencialismos, nasce o movimento neoconservador, opositor à qualquer movimento que busque por igualdade social, sobretudo quando estão em jogo questões políticas. Em suma, o movimento neoconservador parte da seguinte premissa destacadas por Almeida:

[...] As diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória “sociedade sem classes” levaria a uma degradação cultural sem precedentes. (2018, p. 28, grifo nosso).

Diante disso, Hall (2006, p. 18-19) expõe que vivemos em um momento de “jogo das identidades”, cujas consequências se mostram em diversos cenários da vida humana, sobretudo na vida política. Para exemplificar o que seria o “jogo das identidades”, Hall apresenta o caso do ministro estadunidense Clarence Thomas, que assumiu tal cargo em 1991 no mandato do presidente George Bush. De acordo com Hall (2006), Thomas despertou debates identitários por ser uma pessoa negra e por possuir visões consideradas conservadoras no campo político. Com isso, Hall (2006) argumenta que o presidente Bush jogou o “jogo das identidades”, pois tentou agradar diversos nichos sociais com tal nomeação: por um lado, ele pretendia agradar eleitores brancos devido às posições conservadoras do novo ministro e, por outro lado, ele pretendia agradar os eleitores negros, por se verem representados no ministro.

Ademais, Hall (2006) explica que tal “jogo da identidades” se ampliou quando entraram em cena acusações de que o ministro havia assediado sexualmente uma colega, que era uma mulher negra. Isto é, esse novo cenário tornou o apoio ao ministro ainda mais fragmentado: diferentes grupos sociais adotaram (às vezes de maneira contraditória, levando em conta as suas outras identidades culturais) distintas posições sobre o caso. Isto é, a fragmentação ocorreu na medida em que eram consideradas distintas ordens de prevalências sobre os temas de classe social, sexismo e racismo. Por exemplo, as mulheres conservadoras brancas mantiveram seu apoio ao ministro por suas características políticas, sobretudo levando em conta os seus ideais anti-feministas. As mulheres negras se dividiram entre um grupo de apoio, no qual prevaleceu a questão étnica, e em um outro grupo de oposição, devido à denúncia que havia surgido quanto à conduta do ministro. Já as feministas brancas, por sua vez, se opuseram ao ministro devido às suas pautas. A escolha entre os homens também ficou dividida, levando em conta as posições já citadas. A partir desse exemplo apresentado por Hall (2006), fica evidente o surgimento das “identidades parciais”, que podem ser mutuamente complementares, contraditórias ou deslocadas, e cuja identificação passou a ser politizada.

Assim, uma vez que a identidade pessoal deixou de ser considerada neutra nos estudos pós-modernos e passou a ser considerada a partir da multiplicidade identitária sociocultural, sobretudo de gênero, ao longo do presente trabalho iremos propor uma análise de identidade

pessoal que fortaleça uma visão pluri identitária de gênero, em oposição a visões que marginalizam identidades de gênero, sobretudo a partir da adoção de pautas neoconservadoras.

Antes, no entanto, apresentaremos o segundo ponto que defendemos merecer destaque em uma análise contemporânea da identidade pessoal: o papel identitário da corporeidade. Assim, apresentaremos as teses da identidade pessoal não mediada por representações mentais internas propostas por Haselager e Gonzalez (2003) e as principais teses da abordagem da Cognição Incorporada e Situada. Consideramos que refletir sobre o corpo e a identidade pessoal a partir de tais teses poderá ampliar os caminhos para o debate contemporâneo de identidade pessoal e de gênero. Em especial, acreditamos que tais teses sobre o corpo fornecerão material para a defesa da identidade pessoal de maneira naturalista sem, no entanto, ignorar as identidades plurais trazidas à tona pelos debates do pós-modernismo.

### 1.3.2 A identidade pessoal e o corpo: reflexões a partir de uma abordagem incorporada e situada

Haselager e Gonzalez (2003) apontam que os estudos de identidade pessoal usualmente se focalizaram na constatação de aspectos identitários mentais/cerebrais da pessoa, em detrimento de uma ampla gama complexa de processos corporais integrados e ecologicamente situados. Quanto a isso, os autores apresentam a seguinte ideia: “[...] Entendemos que negligenciar o corpo em sua totalidade e os movimentos corpóreos situados no mundo, compromete o entendimento de como os organismos desenvolvem o sentido de identidade.” (HASELAGER; GONZALEZ, 2003, p. 1).

Em oposição a tais abordagens reducionistas da identidade, Haselager e Gonzalez (2003, p. 5) propõem a tese de que os movimentos do corpo comporiam um nível elementar da identidade da pessoa, isto é, um “*self* não conceitual” que experiencia o seu entorno dando início a uma dinâmica por meio da qual uma relação de alteridade que se sofisticava ao longo do tempo auxilia a construção da identidade. Com isso, os pensadores não negam as camadas de identidade pessoal que envolvem faculdades proposicionais e conceituais que envolvem elementos reflexivos e abstratos, mas sim que a sensação e a movimentação corporal seriam anteriores, primários e fundantes da pessoalidade: isto é, uma pessoa seria um agente que se move em um mundo contextual e relacional. Nesse sentido, vale notar que o conceito de

“movimento” do corpo utilizado por Haselager e Gonzalez (2003) tem a pretensão de significar “comportamento ativo”, o que significa que os movimentos corporais dos agentes são ativos, espontâneos, como também envolvem elementos relacionais.

Na esteira de valorização dos aspectos corporais da identidade pessoal, Haselager e Gonzalez (2003, p. 6) apresentam, juntamente com as sensações de tato, olfato, paladar, audição, visão, a relevância identitária do sentido da *propriocepção*. Eles explicam que a propriocepção é um sentido corporal, quase como um sentido de “ser um corpo”, que os agentes possuem e que são notados por eles mediante receptores, tais como músculos e órgãos receptores. Conforme Haselager e Gonzalez: “[...] Esses receptores excitam-se com as mudanças que ocorrem no próprio organismo (como dor ou temperatura) resultando num sentido de movimento e posição das articulações.” (HASELAGER; GONZALEZ, 2003, p. 6). Nesse sentido, Haselager e Gonzalez (2003, p. 6) apontam que a propriocepção é um elemento essencial para o agente se relacionar com os distintos meios socioculturais e ecológicos.

Em síntese, os pensadores destacam que: “[...] A propriocepção constitui a sensação não conceitual das ações e atuações do corpo ao mover-se, interagindo com o meio ambiente e ajustando-se a ele” (HASELAGER; GONZALEZ, 2003, p. 10). Para exemplificar suas teses, Haselager e Gonzalez (2003, p. 11-12) trazem à tona o exemplo de Ian Waterman, um rapaz que aos dezenove anos perdeu grande parte de sua propriocepção devido a uma doença. O jovem foi descrito como uma pessoa que “[...] pode sentir o calor, o frio, a dor, e a fadiga muscular, mas não tem a experiência proprioceptiva de postura ou de localização dos membros e de tato refinado” (HASELAGER; GONZALEZ, 2003, p. 11). Através de exercícios que envolviam uma relação com contextos, sobretudo via *feedback* visual, Haselager e Gonzalez (2003) ressaltam que o rapaz recuperou parcialmente alguns dos seus movimentos perdidos, tal como a capacidade de andar (esta, por sua vez, só acontecia com as luzes acesas, pois ele precisava do *feedback* do contexto). Com esse exemplo, eles destacam a importância da *propriocepção* para um nível mais basilar de identidade pessoal, sentido este que simplificamos como o sentido de “ser um corpo”.

Ademais, acreditamos também que seja relevante destacar a distinção apresentada pelos pensadores entre a “sensação do corpo” e a “imagem do corpo”: a “sensação do corpo” ocorreria pelos processos de propriocepção já destacados, ao passo que a “imagem do corpo” resultaria da percepção visual do próprio corpo como sistema instanciador de intenções de diversos tipos (HASELAGER; GONZALEZ, 2003, p. 10). Quanto a isso, eles destacam que:

Na medida em que o corpo não recebeu muita atenção no debate acerca da identidade e da noção de *self*, a imagem corporal tem sido discutida como *representação conceitual*. Em sua origem, a experiência de identidade parece repousar em nossa sensação corpórea produzida pela propriocepção de nossos movimentos no mundo. Contudo, a sensação do corpo não é uma representação ou uma compreensão conceitual do corpo; ela constitui a experiência das ações e atuações do corpo ao mover-se no mundo. A sensação do corpo dá início a uma vaga percepção (não conceitual e ainda inicial) de sensação de ser um “eu que se move”. (HASELAGER; GONZALEZ, 2003, p. 10, grifo nosso).

Uma das principais abordagens que ancoram as teses de Haselager e Gonzalez (2003), é a abordagem da Cognição Incorporada (CI). Tal abordagem surge em oposição às Ciências Cognitivas tradicionais. Conforme apresentam Wilson e Foglia: “As visões tradicionais tendem a assumir a existência de representações internas discretas, realizadas por mecanismos subjacentes, nitidamente distintos e altamente especificados no cérebro” (2017, l. 4, tradução nossa)<sup>32</sup>. Em oposição a essas visões tradicionais, a abordagem da Cognição Incorporada (CI) aponta a importância do corpo físico-químico-biológico inserido em um contexto sócio-cultural para os processamentos cognitivos do agente. Ao reconhecer o papel integrado do corpo, a abordagem incorporada defende que:

A cognição é incorporada quando é profundamente dependente das características do corpo físico de um agente, ou seja, quando aspectos do corpo do agente, além do cérebro, desempenham um papel causal ou fisicamente constitutivo significativo no processamento cognitivo. (WILSON; FOGLIA, 2017, l. introdução, tradução nossa)<sup>33</sup>.

Ademais, segundo Wilson e Foglia (2017), a abordagem da CI está inter-relacionada com outras ciências que também assumem a cognição de maneira sistêmica e relacional: isto é a CI se relaciona com as ciências da Cognição Situada (que analisa a cognição a partir do contexto do organismo) e da Cognição Estendida (que analisa a cognição não limitada ao organismo vivo, mas estendida a tecnologias externas ao corpo).

Conforme Wilson e Foglia (2017, l. 1), quatro descobertas foram fundamentais para a emergência da abordagem da CI: a primeira descoberta foi a de que as gesticulações possuem um amplo e importante papel na comunicação. Relacionada com a primeira, a segunda

---

32 “Traditional views have tended to assume the existence of discrete, internal representations realized by underlying, sharply distinct and highly specified mechanisms in the brain” (WILSON; FOGLIA, 2017, l. 4)

33 “Cognition is embodied when it is deeply dependent upon features of the physical body of an agent, that is, when aspects of the agent's body beyond the brain play a significant causal or physically constitutive role in cognitive processing” (WILSON; FOGLIA, 2017, l. introduction).

descoberta foi a de que o movimento corporal é fundamental para a comunicação, sendo ele um constante gerador de *feedbacks* que balizam a relação entre os agentes. Para elucidar essas teses, podemos pensar, por exemplo, em uma sessão de terapia composta por um terapeuta e um paciente. Quando o paciente conta seus anseios e seus problemas, o terapeuta analisa não somente o que o paciente fala, mas também como ele se movimenta, realiza determinados trejeitos e gesticulações, entre outras coisas. Assim, uma terapia online, sem a presencialidade, sobretudo somente por mensagens de textos, poderia acarretar perdas significativas no processo terapêutico.

A terceira descoberta importante para a CI foi a dos neurônios espelho, que possibilitam ações de uma pessoa por espelhamento das ações de outras pessoas. Por exemplo, uma pessoa está triste, mas ao encontrar seus amigos gargalhando, pode, por espelhamento, passar a gargalhar também.

A quarta descoberta foi a da ligação entre a cognição e o corpo situado do agente. Para compreender esse papel estendido da cognição, podemos pensar no exemplo de pessoas que são despejadas de suas casas, algo usual, por exemplo, para populações ribeirinhas quando instituições privadas e/ou públicas optam por construir usinas hidrelétricas. A relação dessas pessoas despejadas com seu ambiente é muito mais complexa do que muitos pensam: suas vidas estão estritamente ligadas ao ambiente em que estão situadas. Assim, esses casos de despejo podem afetar negativamente a vida psicológica dessas pessoas, uma vez que parte de sua identidade estava ligada àquele meio que passará, forçosamente, a não existir mais.

Em especial, a memória se mostra como um dos elementos mais importantes para a cognição incorporada e situada. Conforme expõe Shapiro (2007), pessoas frequentemente dispõem de marcos de memória em seus contextos, que atuam como lembretes de elementos particulares importantes de sua vida. Isso ocorre, por exemplo, quando uma pessoa opta por deixar determinados objetos sempre nos mesmos lugares da casa ou quando ela espalha fotografias nos cômodos de sua casa. A perda desses marcos de memória pode ser prejudicial para o agente, pois *padrões informacionais* são perdidos e a intrínseca relação agente/contexto é rompida.

Em geral, distintos defensores e defensoras da CI podem divergir em alguns pontos dessa abordagem, mas todos e todas partem suas análises de uma tese principal, qual seja, a *tese da incorporação*:

[...] Muitas características da cognição são incorporadas pelo fato de serem profundamente dependentes das características do corpo físico de um agente,

de modo que o corpo, além do cérebro, do agente desempenhe um papel causal significativo, ou um papel fisicamente constitutivo, no processamento cognitivo desse agente. (WILSON; FOGLIA, 2017, l. 3, tradução nossa)<sup>34</sup>.

Assim, conforme apresentam Wilson e Foglia (2017), a tese da incorporação sustenta que diversos processos cognitivos, dentre os quais se encontram processos que desempenham papéis identitários, são emergentes do processamento corporal sistêmico, que é integrado, dinâmico e relacional. Em consequência dessa tese, Wilson e Foglia (2017) argumentam haver três papéis causais do corpo para os processos cognitivos em geral: o de restrição, o de distribuição e o de regulação.

O papel causal do corpo como restritor se manifesta porque o corpo de um agente baliza consideravelmente seu processamento cognitivo. Isso implica que a cognição de um agente emerge de acordo com os estados corporais disposicionais.

O papel causal do corpo como distribuidor refere-se a que o corpo de um agente é um sistema distributivo de conteúdo cognitivo. Isso gerou pesquisas que implicaram três novas compreensões da cognição: a primeira é a de que os processamentos neurais não são centrais em todo tipo de processamento cognitivo. A segunda é a de que o corpo integrado realiza funções cognitivas. A terceira é a de que a cognição não é uma atividade exclusiva do sistema nervoso, mas que é distribuída no corpo e no ambiente. Esta concepção, vale ressaltar, vai de encontro à abordagem reducionista (KORFMACHER, 2020) que defende que a identidade da pessoa pode ser reduzida ao cérebro.

Por fim, o papel causal do corpo como regulador se manifesta porque o organismo instancia os processos cognitivos, permitindo a intrínseca ligação entre cognição e ação. Ressaltando o papel causal do corpo em processos cognitivos, Shapiro (2007) ressalta que é o corpo que permite determinadas relações de um agente em um contexto. Assim, por exemplo, é de acordo com a estrutura física de cada agente que são geradas noções como “acima”, “abaixo”, “lado”, entre outras. O corpo humano tem essas referências de maneira distinta da de uma ave, por exemplo, agente que possui a distribuição dos olhos mais afastados entre si do que a dos seres humanos, o que muda seu campo visual e a percepção do ambiente. Por sua vez, o corpo humano, estruturado de determinada maneira, que possui disposições, restrições, processamentos e distribuições específicas, permite a emergência também de novas relações com o mundo, a partir da criação de conceitos e metáforas (SHAPIRO, 2007; WILSON;

---

34 “[...] Many features of cognition are embodied in that they are deeply dependent upon characteristics of the physical body of an agent, such that the agent's beyond-the-brain body plays a significant causal role, or a physically constitutive role, in that agent's cognitive processing.” (WILSON; FOGLIA, 2017, l. 3).

FOGLIA, 2017). Em especial, esses papéis do corpo de um agente são sempre compreendidos de maneira relacional com os meios socioculturais e ecológicos.

Diversas pesquisas demonstram o papel causal do corpo integrado e relacional, conforme defendem Richardson e Chemero (2014), Shapiro (2007) e Wilson e Foglia (2017). Estes estudos estão em profunda relação com a perspectiva sistêmica, pois partem de “análises de séries temporais não-lineares” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 42-43), que, por sua vez, dividem-se entre análises de recorrências e análises fractais. No que concerne à análise de recorrência, tem-se estudo que investiga a emergência de padrões em sistemas e suas regularidades. No que concerne à análise de fractais, tem-se um estudo que investiga fractais, ou seja, padrões auto-semelhantes em distintas escalas.

A partir destes métodos não-lineares e contextualistas de investigação, temos diversos estudos que corroboram as teses da CI, conforme destacados e compilados por Richardson e Chemero (2014): por exemplo, os cientistas Stephen, Dixon e Isenhower (2009 apud RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 45) demonstram que em tomadas de decisões não só o sistema nervoso da pessoa atua no processamento cognitivo, mas também o movimento ocular. Isto é: “[...] eles descobriram que o aprendizado de uma nova estratégia para resolver um problema coincide com mudanças na complexidade e quantidade de atividades recorrentes nos movimentos oculares de um indivíduo.” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 45, tradução nossa)<sup>35</sup>. Outro exemplo é a análise dos cientistas Dotov, Nie e Chemero (2010 apud RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 45-46) que contava com uma pessoa interagindo com um jogo eletrônico por meio de um *mouse*. Durante o funcionamento adequado do jogo, foi constatado uma forte integração funcional entre a mão do sujeito e o mouse. Posteriormente, por interrupção programada, constatou-se o desligamento da integração notada anteriormente. Com isso, os cientistas constataram que, neste caso, a cognição da pessoa também trabalhava de maneira estendida, integrada ao aparelho utilizado.

Outros exemplos são também compilados por Shapiro (2007), entre os quais ressaltamos dois. O primeiro exemplo é que a CI permitiu a compreensão da audição a partir da distribuição dos ouvidos do agente: quanto mais distantes entre si, maior acuidade auditiva (SHAPIRO, 2007, p. 340). Conforme apresenta Shapiro (2007, p. 342), outro exemplo advém da análise dos cientistas Kaschak e Glenberg: esses cientistas ressaltaram em suas pesquisas que pessoas, em geral, possuem uma ampla dificuldade no aprendizado de conceitos abstratos que não envolvem aspectos corporais.

---

35 “[...] They found they found that learning a new strategy for solving a problem coincides with changes in the complexity and amount of recurrent activity in an individual’s eye movements.” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 45).



A partir dessa apresentação de uma concepção de corpo que se exprime a partir dos movimentos proprioceptivos, fundamentados, por sua vez, nas teses da Cognição Incorporada, apontamos que novas visões de identidade pessoal podem passar a adotar tais teses. Uma vez que somos agentes corpóreos, com sensações proprioceptivas, consideramos que as visões de identidade pessoal não podem ignorar o papel basilar do corpo.

Por sua vez, também consideramos que as novas visões de identidades culturais que surgem na pós-modernidade, sobretudo a partir de estudos pós-estruturalistas, também devem ser levadas em conta nos estudos de identidade pessoal. Sobretudo no que tange ao impacto do movimento feminista destacado por Hall (2006), consideramos que os estudos de identidade pessoal devem levar em conta especialmente os estudos de gênero, uma vez que a identidade pessoal é generificada e os atributos de personalidade muitas vezes são recusados para pessoas com identidades de gênero não binárias, tais como transgêneras e intersexuais.

A partir desses pontos levantados, no Capítulo 2 apresentaremos possíveis intersecções entre uma visão complexa de identidade pessoal e identidade de gênero a partir de um naturalismo relacional e sistêmico.

## **CAPÍTULO 2 - IDENTIDADE PESSOAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES A PARTIR DE UMA ANÁLISE SISTÊMICA**

### **Apresentação**

Tendo analisado, no Capítulo 1, o problema da identidade pessoal e o conceito de pessoa sob diferentes perspectivas teóricas, passaremos a analisar, no presente capítulo, o problema da identidade pessoal e o da identidade de gênero, a partir de uma perspectiva sistêmica. Para isso, na seção 2.1 apresentamos uma proposta de abordagem de identidade pessoal complexa, no sentido contemporâneo do termo. Levantaremos a hipótese (H1), na qual a identidade é compreendida enquanto resultante de uma rede dinâmica e transformativa, que se complexifica, sobretudo, por processos auto-organizativos secundários. A partir dessa hipótese (H1), defendemos a possibilidade de investigar problemas de identidade de gênero que questionam se casos de mudanças de traços identitários de gênero implicam na perda da identidade pessoal e/ou de pessoalidade. Assim, na seção 2.2 expomos a *visão tradicional de gênero*, amplamente difundida, formada e mantida por padrões estritamente binários de gênero. Na seção 2.3, para analisar os estudos de gênero, apresentamos algumas das principais teorias de gênero que problematizam as concepções fundadas em padrões binários estritos de gênero. Por fim, na seção 2.4, propomos uma investigação da identidade de gênero a partir da teoria sistêmica. Nesse sentido, defendemos que a identidade de gênero da pessoa é complexa, transformativa e relacional, formada por uma rede de traços identitários culturais/biológicos, o que envolve também traços performativos de gênero. Em especial, argumentamos a favor dos processos secundariamente auto-organizativos para a atualização da identidade de gênero, uma vez que tais processos possibilitam a emergência e a inclusão nos sistemas sociais de pluralidades identitárias.

### **2.1 IDENTIDADE PESSOAL A PARTIR DA VISÃO SISTÊMICA: A IDENTIDADE ENQUANTO REDE COMPLEXA DE ATRIBUTOS**

No capítulo anterior investigamos o problema filosófico da identidade pessoal e seus principais desdobramentos na filosofia. Explicitamos as visões de identidade pessoal simples, ou não-reducionista e complexa, ou reducionista. Conforme apontamos, ambas visões possuem problemas, dentre os quais destacamos o problema da continuidade linear. Apontamos que, entre os pensadores e as pensadoras da temática da identidade pessoal,

parece ser consensual a ideia de que a investigação identitária deve estar fundamentada no elemento formal da transitividade. Nesse sentido, perdas e/ou atualizações de traços identitários, considerados essenciais para a persistência da pessoa, podem implicar a perda da identidade pessoal (mesmo com a persistência de outros elementos psico-biológicos).

Em consonância com a investigação da persistência identitária, desenvolvemos a análise de questões sobre a personalidade. Ela possibilitou apontar como o conceito de pessoa/personalidade é dinâmico e transformativo, sendo não-reduzível a uma análise continuamente linear. Sobretudo ressaltamos uma abordagem naturalista, extrínseca e relacional de pessoa, conforme André Leclerc (2003), que compreende a pessoa como um agente instanciador de propriedades psicológicas extrínsecas e relacionais. Em especial, ressaltamos a necessidade do conceito de pessoa, especialmente para as identidades marginalizadas socialmente, uma vez que a atribuição de personalidade em agentes humanos permite direitos e deveres únicos.

Assim, a partir da crítica do elemento da transitividade nos estudos de identidade pessoal e da consideração da tese de personalidade extrínseca e relacional, no presente capítulo iremos investigar e desenvolver uma análise naturalista sistêmica de identidade pessoal, que seja complexa, dinâmica, relacional e incorporada, a partir das teses da teoria sistêmica (DEBRUN, 2009; MITCHELL; NEWMAN, 2002; MITCHELL, 2009; MORIN, 2003; 2007) e das teses da Cognição Incorporada (RICHARDSON; CHEMERO, 2014; SHAPIRO, 2007; WILSON; FOGLIA, 2017). Em especial, levantaremos a hipótese (H1) de que a identidade da pessoa pode ser compreendida enquanto uma rede psicobiológicociocultural, relacional e dinâmica, marcada, sobretudo, por processos auto-organizativos.

A partir de nossa hipótese (H1), nas seções seguintes pretendemos investigar uma camada complexa da identidade da pessoa: a identidade de gênero. Nas perspectivas binárias destacaremos pseudoproblemas que dizem respeito à crença da continuidade de uma mesma identidade de gênero ao longo do tempo. Pretendemos contribuir para a temática com uma análise sistêmica sobre a identidade de gênero, que preza pela pluralidade identitária. Dessa maneira, na seção 2.2 apresentamos a *visão tradicional de gênero*, que não admite mudanças e transformações identitárias de gênero e considera a identidade de gênero a partir de teses imutabilistas e essencialistas. Na seção 2.3 apresentaremos algumas das principais abordagens de gênero: teorias de gênero da primeira onda feminista (abordagens liberal e socialista), teorias de gênero da segunda onda feminista (abordagens existencialista, radical e psicanalítica) e teorias de gênero da terceira onda feminista (abordagem pós-estruturalista e teoria *queer*) (BEAUVOIR, 1970a; 1970b; BUTLER, 1993; 2002; 2017; 2018; FOUCAULT,

2001; MARTINS, 2015; MISKOLCI, 2009; NYE, 1995; SPARGO, 2017; WOLLSTONECRAFT, 2016). Por fim, na seção 2.4, apresentaremos a nossa proposta de investigação da identidade de gênero a partir da perspectiva sistêmica, que engloba múltiplas camadas psicobiológicas e socioculturais. Ressaltaremos a importância da tese da *performatividade* e, em especial, a capacidade auto-organizativa secundária da pessoa para atualizar sua identidade de gênero e a própria dinamicidade do corpo físico-químico-biológico-sócio-cultural.

Assim, a seguir exporemos as principais teses da teoria sistêmica, que irão permitir o desenrolar da análise da identidade pessoal na perspectiva da complexidade, em especial, como resultante de processos de auto-organização secundária que envolvem a complexificação por aprendizagem.

### 2.1.1 Teoria sistêmica: análise de seus conceitos centrais

A teoria sistêmica rompe com conhecimentos teóricos e científicos inspirados na concepção tradicional (cartesiana) de análise: ela é uma abordagem não-linear e não-reducionista que investiga sistemas formados por redes complexas, analisáveis em diversos níveis (micro e macro) (MITCHELL; NEWMAN, 2002; MITCHELL, 2009; MORIN, 2003; 2007). Segundo Mitchell (2009), o conceito de *sistemas*, cuja etimologia latina possui o sentido de *redes*, é essencial para a teoria da complexidade. Nessa teoria são estudados e modelados os sistemas complexos, que são sistemas formados por redes dinâmicas e transformativas. Morin acrescenta: “[...] *complexus* significa originariamente o que se tece junto. O pensamento complexo, portanto, busca distinguir (mas não separar) e ligar.” (2003, p. 14-15). Desse modo, a teoria sistêmica pretende uma análise ampla dos sistemas transformativos e dinâmicos a partir de suas de suas inter-relações e atualizações em distintas camadas de análise.

Uma vez que a teoria sistêmica preza por uma investigação em rede, nela são consideradas as principais teses da ciência contemporânea. Mitchell (2009) ressalta em *Complexity: a guided tour* que a teoria sistêmica possui como pano de fundo as principais teses da teoria da informação, da biologia, da computação e da física (sobretudo no que tange à noção de entropia, isto é, a medida da desordem na natureza), mas também buscam

compreender aspectos relevantes de processos sociais e culturais em sistemas complexos capazes de aprender e mudar disposições de conduta como resultado da apreandizagem.

No que concerne à teoria sistêmica, Bresciani e D'Ottaviano conceitualizam a noção de sistema da seguinte maneira:

Um sistema pode ser inicialmente definido como uma entidade unitária, de natureza complexa e organizada, constituída por um conjunto não vazio de elementos ativos que mantêm relações, com características de invariância no tempo que lhe garantem sua própria identidade. (BRESCIANI; D'OTTAVIANO, 2000, p. 284-285).

Assim, podemos compreender que um sistema é constituído por uma rede organizada a partir de seus elementos que interagem entre si e que possuem alguma estabilidade que possibilita a persistência de uma identidade. De maneira mais específica, conforme apresentam Bresciani e D'Ottaviano (2000), o fato de um sistema possuir um conjunto não vazio de elementos, significa que nele há um universo chamado de *universo do sistema* que subjaz ao sistema. O universo do sistema constitui outros *subsistemas* aninhados e interligados dentro do sistema geral, o que ressalta a noção de rede presente na teoria sistêmica.

Um sistema é formado por diversos *elementos*, que são seus componentes ou agentes. Os elementos de um sistema podem ser: “[...] características, propriedades, atributos, predicados e qualidades que podem ser expressas por parâmetros variáveis ou constantes.” (BRESCIANI; D'OTTAVIANO, 2000, p. 285). Os elementos dos sistemas, ao se inter-relacionarem, geram *relações*. O conjunto dessas relações são chamadas de *estruturas* do sistema (BRESCIANI; D'OTTAVIANO, 2000, p. 293). As noções de elementos, de relações e de estruturas permitem a compreensão de que sistemas são *estruturas* detentoras de *funcionalidades* (BRESCIANI; D'OTTAVIANO, 2000, p. 285).

Além disso, conforme sustentam Bresciani e D'Ottaviano (2000), os sistemas exercem pelo menos três funções, quais sejam, a de realizar atividades, a de apresentar distintos estados e a de dispor de amplas características.

Nesse contexto, Bresciani e D'Ottaviano (2000, p. 292) defendem também ser importante a distinção entre os conceitos de *organização* e de *ordem*. A organização é um componente necessário para a existência de sistemas: é a organização de determinados elementos que gera uma estrutura com funcionalidades ou sistema. Essa organização do sistema é dinâmica, isto é, o sistema pode se atualizar por reorganizações. No entanto, a organização não implica em ordenação: a ordem indica apenas um dos aspectos dos sistemas,

que, quando presente, faz com que o sistema seja ordenado (isto é, não caótico). Assim, um sistema precisa de organização, mas não necessariamente de ordenação, podendo haver, dessa forma, organizações desordenadas.

A existência de desordem nos sistemas salienta uma noção importante para a teoria sistêmica, que é a noção de *caos*, o qual envolve situações em que sistemas se encontram fora de seu ponto de equilíbrio. Mitchell (2009) expõe que os sistemas complexos têm suas organizações formadas entre a ordem e a desordem. O caos, gerador de desordem, se mostra um componente relevante para o pensamento complexo. Conforme ressaltam Bresciani e D'Ottaviano (2000, p. 299), é mediante os estados de desequilíbrio, que o sistema pode se transformar, atualizando dinamicamente sua identidade. Conforme Mitchell (2009), o caos é evidenciado, sobretudo, no destino final dos sistemas dinâmicos, que chegam a uma desordem máxima, de acordo com a segunda lei da termodinâmica (“[...] A segunda lei da termodinâmica afirma que a entropia total de um sistema isolado sempre aumentará até que atinja seu valor máximo.” (MITCHELL, 2009, p. 71, tradução nossa))<sup>36</sup>. Desse modo, para que o sistema consiga persistir ao longo tempo, é preciso que exista alguma moderação entre estados de equilíbrio e de desequilíbrio.

Vale notar também, de acordo com Bresciani e D'Ottaviano (2000), que os sistemas podem ser abertos ou fechados, o que significa, respectivamente, que os do primeiro tipo se relacionam sensivelmente com seus meios socioculturais e ambientais, ao passo que os do segundo tipo estão fechados em si mesmo, ou seja, não mantêm relações externas. No entanto, Bresciani e D'Ottaviano (2000) apontam que é preciso notar que não há sistemas completamente isolados, uma vez que de alguma maneira esses sistemas “fechados” perpassam e/ou jogam matéria, energia e informação para o meio externo. Ademais, o elemento delimitador de um sistema, isto é, que realiza a função mediadora entre elementos internos e externos, é chamado de elemento de fronteira.

Quando falamos de sistemas complexos falamos de sistemas relacionais com seus meios, sendo assim sistemas abertos. Além disso, conforme Mitchell (2009) ressalta, os sistemas complexos são também sistemas dinâmicos, uma vez que formam redes em transformação. Em especial, Bresciani e D'Ottaviano explicitam: “O processo dinâmico da relação do sistema com o meio ambiente pode garantir a sobrevivência (manutenção e renovação), a reprodução e evolução do sistema.” (2000, p. 303).

---

36 “[...] The second law of thermodynamics states that the total entropy of an isolated system will always increase until it reaches its maximum value.” (MITCHELL, 2009, p. 71).

Considerando esses elementos que definem a noção de sistemas, Mitchell define um sistema complexo da seguinte maneira: “[...] um sistema em que grandes redes de componentes sem controlador central e com regras simples de operação dão origem a comportamentos coletivos complexos, processamento sofisticado de informações e adaptação via aprendizado ou evolução.” (MITCHELL, 2009, p. 13, tradução nossa)<sup>37</sup>. Mitchell, em seu artigo com Newman, também define um sistema complexo como:

[...] Um grupo ou organização constituída de numerosas partes interagindo. [...] Em tais sistemas, as partes individuais - denominadas ‘componentes’ ou ‘agentes’- e suas interações mútuas frequentemente conduzem a comportamentos de larga escala que não são facilmente predizíveis apenas com o conhecimento do comportamento dos agentes individuais. Esses efeitos coletivos são chamados de comportamentos ‘emergentes’. Exemplos de comportamentos emergentes incluem mudanças climáticas, [...], a dinâmica dos formigueiros e a capacidade do sistema imunológico de distinguir o ‘eu’ do ‘outro’ e de proteger o primeiro (o eu) e erradicar o último (o outro). (MITCHELL; NEWMAN, 2002, p. 1, tradução nossa)<sup>38</sup>.

Ambas as definições apresentam os principais elementos dos sistemas complexos, que são: o comportamento coletivo complexo, a emergência de propriedades na escala macro (não redutíveis a seus elementos), o processamento de informação e a organização/reorganização por processos de adaptação, evolução e aprendizagem. Passaremos a apresentar a definição desses termos, que, conseqüentemente, mostram-se interrelacionados com outros termos essenciais para a teoria sistêmica.

Segundo Morin (2003), os conceitos de comportamento coletivo complexo e de emergência de propriedades no plano macro estão ligados à compreensão do princípio sistêmico (ou também chamado de princípio organizacional), segundo o qual o todo é distinto de suas partes, isto é, um sistema complexo possui propriedades emergentes, não redutíveis à soma de suas partes ou elementos componentes.

De acordo com Mitchell (2009), os processos emergentes geram comportamentos coletivos complexos. Segundo a pensadora, um comportamento desse tipo não possui causas

---

37 “[...] A system in which large networks of componentes with no central control and simple rules of operation give rise to complex collective behavior, sophisticated information processing, and adaptation via learning or evolution.” (MITCHELL, 2009, p. 13).

38 “A “complex system” is a group or organization which is made up of many interacting parts. Archetypal complex systems include the global climate, economies, ant colonies, and immune systems. In such systems the individual parts—called “components” or “agents”— and the interactions between them often lead to large-scale behaviors which are not easily predicted from a knowledge only of the behavior of the individual agents. Such collective effects are called “emergent” behaviors. Examples of emergent behaviors include short and long-term climate changes, price fluctuations in markets, foraging and building by ants, and the ability of immune systems to distinguish “self” from “other” and to protect the former and eradicate the latter.” (MITCHELL; NEWMAN, 2002, p. 1).

predeterminadas e surge pelo fenômeno da interação coletiva complexa entre diversas partes do sistema e dos contextos (MITCHELL; NEWMAN, 2002). Em outros termos, a emergência é um processo no sistema cujo: “[...] comportamento coletivo exhibe um padrão coerente que não pode ser previsto pelo comportamento dos elementos separadamente.” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 39, tradução nossa)<sup>39</sup>.

As noções de comportamento coletivo complexo de sistemas complexos (como organismos vivos ou sistemas sociais) e de processos emergentes ressaltam o aspecto não-linear dos sistemas complexos. Nas palavras de Mitchell: “[...] um sistema não-linear é um sistema cujo todo é diferente da soma das partes.” (MITCHELL, 2009, p. 23, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Conforme Bresciani e D’Ottaviano (2000), as redes dos sistemas complexos podem ser do tipo arborescentes, circulares ou hierárquicas. Esses tipos de relação podem limitar os graus de autonomia que um sistema possui para se organizar: sistemas hierárquicos parecem delimitar as interações entre determinados elementos do sistema, ao passo que em sistemas arborescentes e circulares os elementos demonstram maior grau de autonomia para atualizações/ressignificações. Além disso, esses tipos de organizações evidenciam a não-linearidade dos sistemas complexos, pois causa e efeito são elementos que retroagem, sobretudo em relações circulares.

Ademais, Morin (2003, p. 3) acrescenta que por ser não-linear, a abordagem sistêmica considera a *causalidade retroativa*, ou como também é nomeada, a *causalidade circular*, geradora de *feedbacks*. Esse tipo de causalidade não-linear implica uma circularidade entre a causa e o efeito, isto é, consiste em um tipo de causalidade na qual causa e efeito se influenciam mutuamente. Por exemplo, a organização influencia na criação (e vice-versa), o meio ambiente influencia o sistema (e vice-versa), entre outros exemplos (BRESCIANI; D’OTTAVIANO, 2000). Em outros termos, isso significa que: “[...] o efeito de uma causa afeta a sua própria causa, alterando-a e sendo alterado por ela simultaneamente [...]” (HASELAGER; GONZALEZ, 2002, p. 227). Dessa maneira, os sistemas complexos não-lineares e abertos são compreendidos como relacionais e sensíveis ao meio, de maneira que influenciam nele e, ao mesmo tempo, são influenciados por ele.

Outro termo a ser destacado da definição de sistemas complexos (MITCHELL, 2009; MITCHELL; NEWMAN, 2002) é o de processamento de informações. Morin ressalta: “[...]”

---

39 “[...] in that their collective behavior exhibits a coherent pattern that could not be predicted from the behavior of the components separately.” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 39).

40 “A nonlinear system is one in which the whole is different from the sum of the parts.” (MITCHELL, 2009, p. 23).



A informação é uma noção central, mas problemática. Daí sua ambiguidade: não se pode dizer quase nada sobre ela, mas não se pode mais deixar de levá-la em conta.” (MORIN, 2007, p. 24). Na presente dissertação não entraremos a fundo em uma análise sobre a informação, mas, por opção metodológica que caminha ao encontro das teses da teoria sistêmica, consideramos relevante a noção de informação proposta por Bateson (1979). Para esse pensador, o elemento base da comunicação é a informação, compreendida enquanto diferença que faz a diferença. Nesse sentido, uma informação é entendida como tal se é capaz de afetar os agentes causando uma diferença que pode vir a modificar seus comportamentos futuros (BATESON, 1979, p. 76). Assim, as informações podem vir a modificar comportamentos coletivos e individuais através das novidades de diferença. Isso implica a consideração, segundo Bateson (1979), de que os agentes constantemente constroem e reconstróem seu comportamento mediante os *padrões informacionais* que envolvem os elementos de diferença.

Ainda segundo Bateson (1979), o conceito de comunicação envolve alguns outros conceitos, como é o caso da memória. Através da redundância dos processos comunicacionais, que envolvem memória, o agente seria capaz de compreender os padrões informacionais de diferença e, desta forma, o *significado*. Além disso, são relevantes os conceitos de história e contexto quando se trata de agentes em geral, pois para Bateson todos os organismos vivos compartilham e se inter-relacionam a partir das histórias co-evolucionárias da espécie a que pertencem, no âmbito filogenético, e de suas trajetórias individuais, no âmbito ontogenético. Atrelado a suas histórias, o contexto, compreendido como “[...] padrão através do tempo” (BATESON, 1979, p. 22), é o que permite a emergência do significado natural e propicia a ligação das histórias dos organismos vivos.

A partir das teses de Bateson (1979), consideramos que os sistemas complexos, dinâmicos e abertos, como o caso dos organismos vivos, são capazes de processar informação sobre diferenças ligados a seus meios socioculturais e ecológicos. A abordagem proposta por Bateson (1979) é sistêmica porque considera relevantes os processos transformativos dos sistemas dinâmicos, além de ressaltar sua intrínseca relação com seu meio externo.

Conforme apresenta Faria (2017, p. 28), os padrões informacionais de comportamento de um sistema, resultantes das interações espontâneas entre os elementos, são expressos por dois tipos de parâmetros: *parâmetros de ordem* e *parâmetros de controle*. No que concerne aos *parâmetros de ordem*, Haselager e Gonzalez definem que: “[...] Existe uma *interação coletiva* entre os elementos básicos, no plano microscópico, a qual possibilita a emergência de um padrão no plano macroscópico denominado *parâmetro de ordem* das variáveis coletivas.”

(2002, p. 227). Assim, o *parâmetro de ordem* é um padrão no sistema que emerge de inter-relações espontâneas no nível micro do sistema, isto é, no nível dos elementos do sistema. Uma vez que o *parâmetro de ordem* é estabelecido no nível macro do sistema, ele passa a influenciar, por meio da *causalidade circular*, o comportamento e identidade dos elementos que compõem o sistema. Bresciani e D'Ottaviano acrescentam: “[...] Esses parâmetros do sistema representam o comportamento dos elementos; eles se estabelecem pela necessidade de haver coordenação e cooperação entre os elementos e caracterizam a causalidade circular entre os elementos.” (2004, p. 250). Assim, conforme ressaltam Alves e Faria (2016), os *parâmetros de ordem* possibilitam que os comportamentos dos elementos de um sistema sejam uniformizados.

Já os *parâmetros de controle* podem ser definidos como aqueles que: “[...] induzem mudanças qualitativas nas relações entre as variáveis e conduzem o sistema para diferentes padrões, sem que esses parâmetros sejam dependentes desses padrões.” (BRESCIANI; D’OTTAVIANO, 2004, p. 250). Isso significa que esse tipo de *parâmetro* atua como força no plano micro de um sistema que emerge com intuito de possibilitar modificações e/ou atualizações no plano macro do sistema. Um sistema pode ter poucos ou muitos *parâmetros de controle*. Pereira explica:

Os parâmetros de controle se situam, geralmente, numa escala de amplitude local/micro se comparada ao parâmetro de ordem; um parâmetro de ordem pode ser composto por múltiplos parâmetros de controle, que podem, por sua vez, se tornar parâmetros de ordem caso a interação seja *top-down* (imposta) delimitando padrões de comportamento [...]. (PEREIRA, 2015, p. 68).

Assim, se por um lado apontamos anteriormente que a interação espontânea gera *parâmetros de ordem*, essa interação pode ser hetero-organizativa quando composta por muitos *parâmetros de controle*, pois eles passam a pré-estabelecer e impor padrões ao sistema, de maneira que graus de autonomia dos elementos são inibidos. Segundo Faria (2017, p. 30): “[...] o aparecimento de novos parâmetros de controle pode causar instabilidade no sistema, acarretando certas manifestações em seu comportamento, e em sua identidade e organização”. Alves e Faria (2016) ressaltam que os *parâmetros de controle* podem ser contrastantes com os padrões vigentes de um sistema, o que possibilita transformações radicais em seus *parâmetros de ordem*.

Conforme ressalta Faria (2017), as noções de *parâmetro de ordem* e de *parâmetro de controle* se mostram essenciais para a análise sistêmica da identidade, sobretudo para a investigação dos aspectos identitários socioculturais de uma pessoa, uma vez que esses

parâmetros possibilitam a compreensão da dinâmica transformativa dos padrões comportamentais dos sistemas socioculturais. Desenvolveremos essa argumentação na seção seguinte, cuja temática é voltada para a discussão da identidade pessoal a partir da teoria sistêmica.

Ademais, segundo Mitchell (2009), a dinamicidade dos padrões nos sistemas complexos são compreendidos por mecanismos de regulação e de adaptação. Esses permitem que os sistemas dinâmicos possuam a habilidade de criação e recriação. Nesse sentido, mesmo sob mudanças, um sistema complexo possui uma identidade, dada a capacidade de *auto-referência*. Segundo Bresciani e D'Ottaviano:

[...] Uma condição importante deve estar presente: a necessidade do sistema ter uma referência em relação a si mesmo para não se descaracterizar e perder sua identidade. Essa auto-referência pode estar contida em uma memória do sistema, que registra a existência passada, representada por uma sequência de estados assumidos anteriormente. (2000, p. 303-302).

Assim, a partir da estruturação de padrões, um sistema é capaz de possuir auto-referência, noção fundamental para a caracterização da identidade. Diferente de abordagens intelectualistas de identidade pessoal, por exemplo, que compreendem a auto-referência apenas como gerada por alguma consciência humana de alto nível, a auto-referência em um sistema complexo é atestada como uma memória integrada que, mesmo sob efeito de mudanças, possibilita sua manutenção e existência ao longo do tempo.

Por fim, convém destacar que os sistemas complexos possuem pelo menos dois modos de organização: a auto-organização e a hetero-organização. Segundo Debrun (2009, p. 59), a auto-organização é um tipo de organização autônoma resultante da interação entre os elementos, distintos ou semi-distintos, de um sistema. A autonomia de que o sistema dispõe para se auto-organizar é dependente de elementos contextuais e de sua própria composição (DEBRUN, 2009; MORIN, 2003; 2007). Assim, a auto-organização é estabelecida pela interação dos elementos de um sistema que desfrutam de distintos graus de autonomia para produzir novas organizações ou rearranjos de sistemas já existentes. Mais especificamente:

Há auto-organização cada vez que, a partir de um encontro entre elementos realmente (e não analiticamente) distintos, desenvolve-se uma interação sem supervisor (ou sem supervisor onipotente) - interação essa que leva eventualmente à constituição de uma “forma” ou à reestruturação, por “complexificação”, de uma forma já existente. (DEBRUN, 2009, p. 63).

Nesse sentido, a auto-organização pode ser do tipo primária ou do tipo secundária. Existe auto-organização primária quando, a partir de relações entre elementos distintos e/ou semi-distintos, um sistema emerge. Existe auto-organização secundária em sistemas vivos quando estes se complexificam autonomamente por aprendizagem ou por evolução. Em outros termos: “[...] há auto-organização secundária quando esse organismo consegue passar, a partir de suas próprias operações, exercidas por ele próprio, de determinado nível de complexidade - corporal, intelectual, existencial - para um nível superior.” (DEBRUN, 2009, p. 61).

Já a hetero-organização é gerada por centros controladores, internos ou externos ao sistema, que passam a conduzir e/ou impor alguma organização. Assim, nos processos hetero-organizativos, o comportamento do sistema não é autônomo, mas é significativamente controlado ou cerceado e limitado por regras pré-estabelecidas.

Em síntese, apresentamos os principais aspectos da teoria sistêmica. Esclarecemos que os sistemas são estruturas (resultantes de elementos em relação) com funcionalidades distintas. Os sistemas complexos são sistemas abertos e dinâmicos, o que significa que eles são sensíveis aos contextos e que estão em constantes transformações/atualizações. Ressaltamos a relevância das interações dos elementos do sistema para o desenvolvimento de sua identidade e, também, a não linearidade dos sistemas complexos, sobretudo através da *causalidade circular*. Ressaltamos que os sistemas complexos formam redes não-lineares em múltiplas camadas inter-relacionadas. Foram relevantes também as noções de *padrões informacionais*, cujas dinâmicas de formação e manutenção nos sistemas complexos são compreendidas mediante seus *parâmetros de ordem* e seus *parâmetros de controle*. Além disso, evidenciamos que mesmo em estados de desequilíbrio, os sistemas complexos são capazes de auto-referência (especialmente por meio de suas capacidades de resiliência, em que se trata de reproduzir/retomar estados anteriores), mesmo que em um sentido específico, e, conseqüentemente, são capazes de constituir uma identidade. Em especial, ressaltamos que um sistema é capaz de se organizar por processos auto-organizativos, que envolvem autonomia, e por processos hetero-organizativos, conduzidos por elementos internos (quando há no sistema algum componente que desempenha um papel centralizador) ou externos do sistema.

A partir desses conceitos centrais de teoria dos sistemas complexos, apresentaremos a seguir como o pensamento complexo pode ser relevante para os estudos da identidade pessoal e da personalidade.

### 2.1.2 Identidade pessoal a partir da teoria sistêmica

Segundo Morin (2003, p. 3), a teoria sistêmica evidencia que o ser humano não é redutível a seus elementos componentes, uma vez que suas propriedades emergentes, desde as biológicas até as culturais, mostram uma complexa rede de relações integradas em distintas escalas. Nesse mesmo sentido, Mitchell (2009) sustenta que os organismos vivos são sistemas complexos dinâmicos, uma vez que são compostos por redes não-lineares interdependentes e por propriedades emergentes relacionais que envolvem a dinâmica agente/contexto.

Acreditamos que essa compreensão fisicalista e sistêmica do ser humano pode se mostrar adequada para os estudos de identidade pessoal, uma vez que pode evitar alguns dos problemas presentes em abordagens clássicas identitárias, como é o caso do problema da continuidade linear, respaldada na tese de continuidade transitiva dos traços identitários da pessoa, analisada no Capítulo 1. Além disso, a identidade pessoal enquanto rede psicobiosociocultural complexa pode contribuir para a desmistificação de teses dualistas e substancialistas da identidade pessoal, que invocam argumentos metafísicos e dogmáticos para explicar a mente, suposto repositório da identidade pessoal, como fator adicional distinto do corpo.

Por conseguinte, retomamos a hipótese (H1) de que a identidade pessoal pode ser considerada como um sistema psicobiosociocultural complexo e dinâmico, que é relacional e sensível aos contextos, além de ser transformativo, sobretudo por meio de processos de auto-organização. Para desenvolver nossa hipótese, consideramos relevante a proposta de pessoalidade extrínseca e relacional proposta por Leclerc (2003).

A hipótese de considerar a identidade pessoal a partir da teoria sistêmica exige uma visão naturalista/fisicalista. Nesse sentido, não compreendemos a identidade como algum tipo de fator-adicional imaterial, mas como derivada da própria corporeidade situada em contextos ecológico-culturais que, em suas mais diversas inter-relações e propriedades emergentes, formam uma estrutura psicobiosociocultural a qual denominamos “pessoa”. Conforme apresentamos nas seções sobre o conceito de pessoa, consideramos a atribuição de pessoalidade apenas aos agentes humanos, não por algum tipo de superioridade ontológica

humana, mas porque acreditamos que esse conceito serve para categorizar um grupo (isto é, o grupo “pessoas”), sobretudo no que tange a agência moral.

Para desenvolver nossa hipótese (H1), são imprescindíveis teses contemporâneas básicas a respeito do ser humano, que exporemos de acordo com Mitchell (2009). Em especial, é relevante destacar o ser humano enquanto um organismo vivo que, mediante alguns mecanismos, sobretudo o de evolução por seleção natural, foi capaz de se desenvolver e se manter como espécie. Segundo Mitchell (2009, p. 72), a etimologia da palavra *evolução* tem o significado de “mudança gradual”. O conceito de evolução é um dos elementos basilares da abordagem biológica da Síntese Moderna, que, com base nos preceitos darwinistas, propõe que a evolução da vida é um processo gradual que envolve a evolução dos organismos, inclusive os humanos, como não poderia deixar de ser, em intrínseca relação de adaptação com seu meio ambiente. Além disso, são relevantes também os elementos de hereditariedade e genéticos para análise do agente humano.

De acordo com as teses da teoria sistêmica, Mitchell (2009) considera ser relevante não destacar apenas os processos graduais de evolução nos organismos vivos, mas também o papel do *acaso* em seus processos evolutivos, uma vez que a natureza se mostra como dinâmica, complexa e transformativa. Dessa forma, Mitchell (2009) considera também algumas teses da abordagem do Equilíbrio Pontualista, que muitas vezes parecem se opor às teses da Síntese Moderna, por apresentar que a natureza, além de evoluir gradativamente, pode também dar saltos propiciados por eventos aleatórios, climáticos, geológicos, dentre muitos outros, frutos do acaso. Assim, Mitchell (2009), conforme também defendemos, pontua que:

[...] Essa visão [qual seja, a do Equilíbrio Pontualista] naturalmente nos permite conclusões como a de que nem todos os traços dos organismos são explicados por “adaptações”. Claramente traços como apetite e desejo sexual nos permitiu sobrevivermos e reproduzimos. Mas alguns traços devem ter surgido por acidente, ou como efeitos secundários de traços adaptativos ou restrições de desenvolvimento. (MITCHELL, 2009, p. 86, tradução nossa)<sup>41</sup>.

Além disso, ambas as teorias, conforme também apresenta Mitchell (2009), seguem os preceitos básicos do *darwinismo*, basilares para uma compreensão naturalista/fisicalista do ser humano. Isto é, ambas as teorias sustentam:

---

41 “This view naturally leads to the conclusion that not all traits of organisms are explainable as “adaptations”. Clearly traits such as hunger and sex drive lead us to survival and reproduction. But some traits may have arisen by accident, or as side effects of adaptive traits or developmental constraints.” (MITCHELL, 2009, p. 86)

[...] que a evolução ocorreu nos últimos quatro bilhões de anos de vida e continua ocorrendo; que todas as espécies modernas se originaram de um único ancestral; que a seleção natural teve um papel importante na evolução; e que não existe uma força "inteligente" direcionando a evolução ou o *design* dos organismos. (MITCHELL, 2009, p. 87, tradução nossa)<sup>42</sup>.

Dessa maneira, a pessoa é considerada em nossa análise de identidade pessoal como organismo complexo, dotado de características emergentes psicobiosocioculturais, como mencionado, não redutíveis a seus elementos componentes. Por ser sistêmica, a identidade da pessoa não é linear (dependente de relações transitivas), mas resultante de redes dinâmicas interligadas e interdependentes, do plano micro (de sua constituição biológica) ao plano macro de suas relações sociais e culturais. Nesse sentido, a identidade seria formada por múltiplos elementos em rede que mantêm relações entre si. Tais múltiplas relações podem ser, como vimos, arborescentes, circulares e/ou hierárquicas, e estabelecem estruturas nas quais emergem funcionalidades, conforme sustentado por Bresciani e D'Ottaviano (2000). Nesse sentido, a pessoa pode ser considerada um sistema aberto, resultante de processos auto e hetero-organizados, um organismo psicobiosociocultural de múltiplos elementos ordenados em redes de relações aninhadas que possibilitam a emergência de propriedades distintas das propriedades de seus elementos componentes, propriedades entre as quais se encontraria sua identidade pessoal e de gênero.

Ademais, por ser sistêmica, nossa hipótese descentraliza a identidade pessoal: isto é, a identidade da pessoa não deriva da continuidade de algum tipo de critério, tal como o Critério Psicológico, o Critério Físico, o Critério Cerebral, entre outros. Em oposição, a identidade da pessoa é considerada como composta por múltiplas camadas identitárias, entre as quais podemos citar: sistema nervoso, sistema sensorial, sistema digestivo, sistema imunológico, sistema endócrino, como também traços genéticos, metabólicos, sociais, culturais, psicológicos, étnicos, de gênero, ecológicos, entre inúmeros outros.

Muitos pensadores e pensadoras da temática da identidade pessoal optam, conforme já ressaltado, pela tese da persistência da identidade a partir da continuidade de processos cerebrais da pessoa. Esses pensadores, por sua vez, lidam com problemas de continuidade linear na existência de rupturas e de ressignificações radicais dos processos. Em nossa abordagem, defendemos que é imprescindível analisar a identidade pessoal considerando não apenas os processos cerebrais da pessoa, mas também a complexa rede de seus elementos

---

42 “[...] that evolution has occurred over the last four billion years of life and continues to occur; that all modern species have originated from a single ancestor; that natural selection has played an important role in evolution; and that there is no “intelligent” force directing evolution or the design of organisms.” (MITCHELL, 2009, p. 87).

componentes em rede que dão origem a propriedade emergentes. Nesse sentido, Green explica:

Em nenhuma área científica o ditado “o todo é maior que a soma de suas partes” é mais evidente do que na biologia. O simples conceito de "organismo" expressa o papel fundamental que interações, auto-organização e comportamento emergente desempenham em todos os sistemas biológicos. (1993, p. 1, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Segundo Mitchell (2009), o corpo se atualiza especialmente por meio de processos auto-organizativos secundários. Por exemplo, o sistema imunológico, por intermédio de processos de auto-organização secundária que operam por processos de reconhecimento bioquímico de agentes externos do sistema, é capaz de proteger o sistema “pessoa” de outros organismos que possam vir a prejudicar seu bom funcionamento (MITCHELL; NEWMAN, 2002).

Além disso, conforme apontamos na seção sobre a personalidade, pessoas são também agentes morais. Por meio da perspectiva sistêmica, defendemos o fim da pseudo-dicotomia entre natureza e cultura: os elementos culturais são aqui concebidos como produtos emergentes de inter-relações entre agentes e seus contextos, incluindo-se as relações culturais que envolvem comunicação significativa. Esses produtos culturais, conforme ressaltado por Faria (2017), contribuem para a formação identitária social/cultural da pessoa.

Pensando na perspectiva sistêmica, para compreender os aspectos identitários socioculturais da pessoa, são relevantes os conceitos de *parâmetros de ordem*, *parâmetros de controle*, auto-organização e hetero-organização. Os *parâmetros de ordem* socioculturais podem ser visualizados por meio de diversos padrões informacionais, tais como: padrões de organização de Estado (como, por exemplo, quando ele é organizado por meio de processos democráticos), padrões de vestimenta e de moda, padrões econômicos (que criam as distinções de classe), padrões de gênero (sobretudo padrões de binarismo estrito), padrões de organização familiar, padrões de entretenimento (tais como de criação e consumo de músicas, filmes e livros, como colocado pelos críticos da indústria cultural), entre muitos outros. Os padrões socioculturais citados são construídos a partir de inter-relações entre pessoas/contextos que, quando emergem, por meio da causalidade circular, retroagem na causa e passam a uniformizar o comportamento das pessoas (e assim sucessivamente), criando um certo equilíbrio, mas cuja dinâmica também pode propiciar a emergência de novos

<sup>43</sup> “In no area of science is the saying ‘the whole is greater than the sum of its parts’ more evident than in biology. The mere term ‘organism’ expresses the fundamental role that interactions, self-organization and emergent behavior play in all biological systems.” (GREEN, 1993, p. 1).



padrões, atualizando dinamicamente a identidade do sistema. Dessa maneira, os padrões socioculturais comportam traços conservadores, mas também novas propriedades dinâmicas e transformadoras. Os padrões socioculturais emergentes dos *parâmetros de ordem* contribuem para a formação de traços identitários, uma vez que influenciam o comportamento individual das pessoas.

Além disso, por resultar de relações espontâneas, os processos de emergência de *parâmetros de ordem* socioculturais podem envolver graus de autonomia, a despeito de forças controladoras poderem influenciar o comportamento dos sistemas socioculturais por meio de *parâmetros de controle*, muitas vezes capazes de conduzir os sistemas sociais/culturais para novos *parâmetros de ordem*, interferindo na autonomia das pessoas (elementos do sistema) e fazendo emergir novos padrões de comportamento e novos traços identitários (a progressiva influência sociopolítica de movimentos conservadores em âmbito global é um bom exemplo desse fenômeno). Um exemplo apresentado por Haselager e Gonzalez elucidada essa dinâmica: “[...] na política, as interações individuais podem resultar na eleição de governantes que poderão subjugar os cidadãos transformando suas vidas de maneira radical.” (HASELAGER; GONZALEZ, 2002, p. 233). Assim, a influência de *parâmetros de controle* no campo político pode conduzir a transformações nos *parâmetros de ordem* de um sistema político democrático, por exemplo, dando lugar a um sistema não-democrático. Por sua vez, um novo *parâmetro de ordem* não-democrático pode diminuir os graus de autonomia das pessoas que vivem nesse sistema social, pois por meio da causalidade circular esse *parâmetro de ordem* possibilita a emergência de novos comportamentos hetero-organizativos e, nesse sentido, a geração de traços identitários que envolvem os agentes desse sistema.

Em especial, ressaltamos o papel dos processos auto-organizativos secundários para a construção da identidade pessoal, sobretudo sociocultural, uma vez possibilitam que a pessoa, em suas diferentes camadas identitárias, se ressignifique e se atualize, de acordo com os graus de autonomia de que dispõe. Isto é, consideramos que a pessoa não tem apenas sua organização conduzida por processos hetero-organizados, mas que pode se organizar autonomamente, adquirindo, perdendo e/ou ressignificando traços identitários, por meio de processos autônomos<sup>44</sup>.

Assim, por exemplo, uma pessoa pode ser capaz de correr, embora não seja velocista, pois possui uma organização e disposição corporal adequada para essa atividade. Caso essa

44 Nesse sentido, cabe aqui considerar relatos de pessoas transgêneros que se consideram como que aprisionadas em um corpo com cujas características fisiológicas e demais componentes sócio-culturais não se identificam. Neste caso, a perspectiva sistêmica permite que se considere a possibilidade de ajustes auto-organizativos secundariamente, cujo alcance e extensão podem variar de pessoa a pessoa, como procuraremos mostrar na próxima seção.

pessoa resolva se tornar velocista, ela poderá, por escolhas autônomas, procurar alguma forma de treino para velocistas. Com muito treinamento e superando seus limites, essa pessoa poderá alcançar seu objetivo. No entanto, por exemplo, ela não poderá mudar drasticamente sua estrutura física para alcançar velocidades que extrapolem os limites do corpo humano. A organização do sistema “pessoa humana” delimita possibilidades de escolha que a pessoa pode instanciar. No exemplo da pessoa velocista, isso se aplicaria da seguinte maneira: se ela não tiver os recursos e condições adequadas para treinar, essa pessoa terá suas possibilidades de escolha limitadas para se tornar velocista.

Mesmo em contextos em que a autonomia da pessoa é limitada, ressaltamos a capacidade auto-organizativa secundária da pessoa. Pessoas com traços de identidade socioculturais marginalizados socialmente, mesmo com dificuldades de persistirem em sua identidade, podem transgredir normas sociais/culturais e ressignificar sua identidade. Um exemplo que pretendemos investigar nas seções seguintes pode ser citado neste ponto: pessoas com identidade de gênero contra-hegemônicas, como é o caso das pessoas transexuais<sup>45</sup>, mesmo em contextos opressivos atualizam e persistem suas identidades transformativas. No entanto, os baixos graus de autonomia identitária muitas vezes têm grandes implicações na vida dessas pessoas: o relatório *O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual* aponta que a maioria das pessoas com identidades transexuais são conduzidas a contextos marginalizados socialmente, sobretudo ao trabalho sexual. Mais especificamente:

[...] A alta proporção de pessoas trans e gênero-diversas no trabalho sexual em todo o mundo resulta inegavelmente da violência estrutural, institucional e interpessoal generalizada que elas experimentaram desde o início da vida em relação ao acesso à educação e a alternativas de emprego. (BERREDO; FEDORKO, 2017, p. 4).

Em síntese, propomos que a identidade pessoal seja compreendida enquanto uma rede complexa, dinâmica e relacional de elementos psicobiológicos, sociais e culturais que envolvem contextos. Sobretudo para os traços identitários sociais/culturais, os *parâmetros de ordem*, *parâmetros de controle*, os processos auto-organizativos e hetero-organizativos se mostram ferramentas importantes para investigar a dinâmica identitária da pessoa. Nesse

---

45 “Pessoas trans e gênero-diversas incluem pessoas com uma identidade de gênero diferente daquela que lhes foi atribuída no nascimento, e aquelas pessoas que desejam apresentar seu gênero de uma maneira que difere do gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Entre elas estão as pessoas que sentem que devem - ou aquelas que preferem/escolhem - se apresentar de maneiras que entram em conflito com as expectativas sociais do papel de gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Elas podem expressar essa diferença através da linguagem, roupas, acessórios, cosméticos ou de modificações corporais.” (BERREDO; FEDORKO, 2017, p. 22, grifo dos autores).

mesmo sentido, consideramos que a pessoa é um agente sistêmico e relacional, no sentido proposto por Leclerc (2003), por ressaltar os aspectos contextuais e dinâmicos da identidade pessoal. Sobretudo, destacamos o papel de processo auto-organizativos para a atualização e persistência identitária mesmo sob mudanças qualitativas.

Para fundamentar a favor de nossa hipótese (H1) sobre a caracterização da identidade pessoal como sistêmica, dinâmica e relacional, acreditamos que sejam fundamentais as teses da Cognição Incorporada, conforme apresentadas no Capítulo 1, que apontam as interconexões corpo/contexto. Isso porque a Cognição Incorporada, em uma tentativa de se opor à Ciência Cognitiva tradicional, visa analisar a pessoa de maneira integrada em seus níveis perceptíveis, cognitivos, motores, ecológicos e socioculturais. Nesse sentido, Richardson e Chemero apontam: “[...] a teoria dos sistemas dinâmicos foi, e continua sendo, uma ferramenta crucial para a ciência da Cognição Incorporada.” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 39, tradução nossa)<sup>46</sup>. Isso ocorre porque, conforme apontamos, a ciência da Cognição Incorporada é uma abordagem que, em oposição à Ciência Cognitiva tradicional, considera os organismos vivos enquanto sistêmicos e relacionais.

Acreditamos que, através de uma análise crítica e sistêmica do problema da identidade pessoal, possa ser possível desenvolver uma investigação frutífera de questões concernentes à identidade de gênero. Por muito tempo a tradição filosófica compreendeu que a identidade de uma pessoa, independente de seu gênero, teria uma mesma atribuição social de personalidade - isto é, seriam pessoas, dada a posse de atributos que caracterizam a personalidade. No entanto, basta uma análise dos estudos de gênero contemporâneos e/ou um olhar atento para a realidade social e cultural das identidades de gêneros não binárias e não heteronormativas, para que seja notado que nem todos os seres humanos recebem a mesma atribuição de personalidade ou mesmo que nem todos têm sua identidade transformativa respeitada. Muitas pessoas, tais como mulheres e, principalmente nos tempos atuais, as pessoas LGBTQs<sup>47</sup>, possuem traços de personalidade negados, restando a elas apenas a opção de ocuparem os espaços sociais mais marginais. Sobretudo com a população *trans*<sup>48</sup>, sua identidade e personalidade são ainda mais marginalizadas: muitos são expulsos de suas famílias, são recusados em diversos empregos e usualmente tratados como alvo de escárnio e chacota social.

---

46 “[...] Dynamical systems theory was then, and continues to be, a crucial tool for embodied cognitive science” (RICHARDSON; CHEMERO, 2014, p. 39).

47 LGBTQ: Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Embora o termo não abarque todas as identidades e sexualidades não-binárias, o termo é bastante comum socialmente.

48 Como vimos, as pessoas trans (transgêneras) são aquelas cuja identidade de gênero não se enquadram com aquela que foi designada no nascimento (também chamada de identidade “cisgênera”).

Considerando tal situação, nosso trabalho pretende ampliar o tema dos estudos identitários e da personalidade, tendo em vista a percepção de que nem todas as pessoas possuem uma mesma atribuição social de personalidade. Pelo contrário, veremos que a negação da personalidade para pessoas com identidades de gênero marginalizadas fortalece a manutenção de outras estruturas sociais e culturais estritamente binárias, que envolvem diversos tipos de parâmetros sociais de ordem e de controle. Além disso, a partir de nossa hipótese, argumentaremos que a identidade da pessoa é continuamente transformativa, em diferentes graus, sobretudo por meio de processos de auto-organização, mesmo em contextos sociais restritivos. Como consequência, apontaremos que os processos de transformações de traços de gênero não binários favorecem a emergência de novos parâmetros sociais pluri-identitários.

## 2.2 A VISÃO TRADICIONAL DE GÊNERO

De acordo com a perspectiva de Judith Butler (2017), na presente seção passaremos a investigar os problemas de identidade de gênero que envolvem questões de persistência identitária e de personalidade. Conforme também discutidos por Judith Butler (2017, 2018), os problemas de gênero são muitos: “Haverá ‘um’ gênero que as pessoas *possuem*, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa *é*, como implica a pergunta *Qual seu gênero?*” (BUTLER, 2017, p. 28). Caso o gênero não possua uma essência, ele é então construído a partir de traços sociais e culturais? Quais são os papéis do corpo para a instanciação de gênero da pessoa? Por que algumas pessoas têm sua identidade de gênero negada, seja por mecanismos legais e/ou socioculturais? Quais são os critérios de personalidade em pessoas com identidades de gênero marginalizadas socialmente? Além disso, qual a relação das concepções tradicionais de identidade pessoal e de pessoa com a compreensão social majoritária dos padrões binários de identidade de gênero?

A partir da discussão de problemas de gênero que envolvem a identidade pessoal, na presente seção discutiremos os padrões socioculturais de gênero que formam o que chamamos de *visão tradicional de gênero*. De acordo com Judith Butler (2017), apontaremos que essa visão, amplamente difundida nas sociedades contemporâneas ocidentais, possui em seu cerne normas de *inteligibilidade* que conduzem padrões de gênero estritamente binários. Essa visão acarreta processos de marginalização de pessoas que instanciam identidades de gênero contra-hegemônicas e transformativas. Defenderemos também que a *visão tradicional de gênero*,

influenciada por teses dualistas e essencialistas de identidade pessoal e de pessoa (problematizadas no Capítulo 1) consideram o gênero enquanto essência imutável da pessoa. Ressaltaremos que, de acordo com Judith Butler (2017), até mesmo visões construtivistas de identidade de gênero, que propõem que se considere uma cisão entre sexo e gênero para evitar o essencialismo de gênero, acabam por incorporá-lo.

A fim de compreender a dinâmica da formação dos padrões de gênero estritamente binários das sociedades ocidentais que formam a *visão tradicional de gênero*, Butler propõe a tese da *inteligibilidade* (BUTLER, 2017, p. 43). Segundo a pensadora, a violência e marginalização resultante dos padrões de identidade de gênero normativos derivam de normas sociais “inteligíveis” de gênero - no sentido de nunca poderem ser completamente seguidas/incorporadas. Butler defende que essas normas “inteligíveis” têm como base a noção de *gêneros “inteligíveis”*, que: “[...] são aqueles que mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.” (BUTLER, 2017, p. 43). Assim, a tese da *inteligibilidade* consiste na ideia de que as identidades de gêneros mantêm coerência entre distintos aspectos identitários e de sexualidade que envolvem concepções heteronormativas de gênero. A heteronormatividade, ou como Butler (2017, p. 45) apresenta, a heterossexualidade compulsória, pode ser identificada como a ampla aceitação da heterossexualidade como única sexualidade humana. A aceitação e incorporação de padrões heteronormativos não envolvem apenas a prática do comportamento heterossexual, mas também um conjunto regulatório de normas binárias que balizam socialmente os comportamentos da pessoa, de acordo com seu gênero. Assim, Butler aponta: “[...] A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’.” (BUTLER, 2017, p. 44). Assim, a pensadora ressalta que os padrões heteronormativos, além de envolverem o controle dos desejos das pessoas, as conduz para determinados comportamentos específicos, tidos como “naturais” de cada gênero.

Segundo a concepção da *inteligibilidade* de gênero, Butler ressalta que apenas dois tipos de identidade de gênero são consideradas legítimas pela sociedade: a identidade masculina e a identidade feminina. Essas duas identidades são geradas a partir da instanciação de padrões de gênero binários socioculturais que definem os traços masculinos e femininos aceitáveis. Butler (2017, p. 43-44) apresenta que essas normas “inteligíveis” formam a *inteligibilidade cultural* de gênero, que pode ser entendida como padrões binários que,

embora dinâmicos e nunca completamente alcançados dada sua idealidade, tem regido comportamentos coletivos de uniformização das possibilidades de instanciar traços de gênero.

Vários padrões de gênero podem atestar a ideia de Judith Butler sobre a *inteligibilidade cultural* (BUTLER, 2017; PRECIADO, 2018). Padrões femininos: preocupação excessiva com a estética corporal (o que ocorre de várias maneiras, sobretudo através de dietas que podem até mesmo chegar ao ponto de implicarem em doenças como a bulimia), gosto pela moda (sendo os padrões de vestimentas feminina muitas vezes voltados para o que se considera sensualidade e extravagância em momentos dados), direcionamento para a vida familiar e/ou trabalhos de cuidado, entre diversos outros. Os padrões masculinos, por sua vez consistem em: direcionamento para trabalhos que exijam força corporal e/ou aptidões intelectuais, especialmente as analíticas (com é o caso da filosofia, em que o gênero masculino parece predominar, mas talvez porque a história invisibilizou as filósofas mulheres), prover economicamente a família, não direcionamento para trabalhos domésticos e familiares, padrões de moda funcionais voltados para o conforto e a utilidade, entre outros (embora esses supostos padrões atualmente tenham que ser bastante relativizados devido ao número de mulheres arrimo de família, ocupando cada vez mais espaços profissionais e que valorizam aspectos estéticos, mas funcionais).

Assim, essas normas *inteligíveis* da *visão tradicional de gênero* permitem que homens e mulheres que incorporem adequadamente tais padrões binários vinculados a heteronormatividade tenham sua identidade de gênero reconhecida e legitimada socialmente. A principal consequência da argumentação de Butler (2017) a respeito das normas tacitamente operantes de inteligibilidade de gênero é a de que as identidades de gênero binárias, tidas como naturais e normais, implicam um essencialismo imutável de gênero. Butler argumenta: “[...] A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’.” (BUTLER, 2017, p. 44). Assim, identidades transgêneras, intersexuais e não-binárias, por exemplo, costumam ser descartadas como identidades ilegítimas, anômalas ou patológicas, acarretando exclusões sociais, discriminações e até mesmo violências (e, em algumas sociedades sendo até criminalizadas).

Evelyn F. Keller (2006) argumenta que muitos dos padrões de gênero femininos e masculinos se desenvolveram a partir de teses dualistas substanciais que emergiram na modernidade. Nesse contexto, Evelyn F. Keller (2006) argumenta, no mesmo sentido que Judith Butler, que a masculinidade foi associada aos aspectos mentais, racionais e ativos, enquanto que a feminilidade foi associada aos aspectos corporais, irracionais-emotivos e

passivos. Isso acarretou a concepção sociocultural de que as identidades de gênero binárias possuiriam, cada uma delas, uma respectiva essência de gênero (essência masculina/homem e essência feminina/mulher). Isso significa que os *sexos* foram considerados como a essência de pessoa, de acordo com o desenvolvimento dos padrões sexuais do corpo. Nesse sentido, Preciado (2018) ressalta que essa *visão tradicional* tenta justificar suas teses alegando terem sustentação biológico-científica (recusando até mesmo o conceito de gênero e optando pelo conceito de sexo biológico). No entanto, essa visão acaba por ignorar a própria dinamicidade do organismo humano e, assim, se configura como puramente discursiva, casuística e pseudo-científica.

Em especial, Butler (2017) argumenta que a proposta de uniformização do sexo enquanto derivador de uma identidade “natural”, “normal” e “essencial” de gênero, adentra na *metafísica da substância*, isto é:

[...] diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do “Ser” e da “Substância” que são promovidos pela crença em que a formulação gramatical de sujeito e predicado reflete uma *realidade ontológica* anterior, de substância e atributo. (BUTLER, 2017, p. 49, destaque nosso).

Nesse sentido, conforme apresenta Rodrigues (2005, p. 180), Butler almeja “desnaturalizar” as concepções essencialistas de identidade de gênero. O intuito da pensadora ao considerar a tese da *metafísica da substância* aplicada aos estudos de gênero é o de criticar a ideia de que as identidades de gênero binárias constituem uma suposta essência de gênero dentro da lógica da heterossexualidade compulsória. Isso significa que o que se compreende enquanto identidade de gênero binária “natural” nada mais seria do que uma construção sociocultural, com forte influência das categorias gramaticais das línguas naturais, especialmente com a lógica dos gêneros gramaticais).

Ademais, a *metafísica da substância* denunciada por Judith Butler (2017) estaria também estreitamente ligada ao dualismo sexo/gênero. Dado que o *sexo* era considerado como uma estrutura biológica inalterável da pessoa e, assim, categorizado por uma essencialidade, as teóricas feministas passaram a utilizar o conceito de *gênero* - cunhado no contexto da psiquiatria pelo médico John Money no ano de 1957 (PRECIADO, 2018) - para sustentar a dinâmica das transformações autônomas de padrões identitários de gênero da pessoa. Judith Butler (2017) aponta que a defesa do dualismo sexo/gênero possui uma íntima ligação com o dualismo mente e corpo, pois categoriza um dualismo entre identidade de gênero biológica e identidade de gênero cultural.

Assim, se as normas de *inteligibilidade* de gênero conduziram à formação e perpetuação de padrões de gênero tidos como essenciais na pessoa, a resposta das pensadoras feministas foi defender o gênero como *superação* da biologia humana. Isto é, os elementos corporais passam a ser secundários e os aspectos culturais construtivos são considerados mais relevantes para a identidade de gênero. Mas tal concepção também acaba sendo problemática, conforme ressalta Rodrigues:

Para Butler, a teoria feminista que defende a identidade dada pelo gênero e não pelo sexo escondia a aproximação entre gênero e essência, entre gênero e substância. Segundo Butler, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. (RODRIGUES, 2005, p. 180).

Nesse sentido, Butler (2017) argumenta que a dicotomia sexo/gênero não implica apenas o *sexo* ser considerado uma essência (a ser superada) da pessoa, mas que o gênero possui sua própria essencialidade. Butler (2017, p. 29) ressalta: “[...] nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.”

Assim, defendemos a necessidade de que os padrões de gênero sejam repensados de maneira ampla, considerando o papel dinâmico e transformativo da pessoa em suas múltiplas atualizações auto-organizadas secundariamente psicobiosocioculturais, em oposição aos dualismos em geral que essencializam a identidade. Elizabeth Grosz (2000, p. 47) ressalta que os dualismos que envolvem a construção da identidade de gênero são muitos: mente/corpo, sexo/gênero, biologia/psicologia, masculino/feminino, razão/sensibilidade, entre outros. Ao analisar os dualismos de gênero, Elizabeth Grosz elenca uma das razões do pensamento dualista ser problemático: “[...] O pensamento dicotômico necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa.” (GROSZ, 2000, p. 47).

Ademais, Elizabeth Grosz critica sobretudo as teóricas feministas que investigam a temática da identidade de gênero sem problematizar os dualismos de gênero: “[...] Se a teoria feminista aceita acriticamente essas suposições comuns, ela participa da desvalorização social do corpo que anda de mãos dadas com a opressão das mulheres.” (GROSZ, 2000, p. 60) - e, conforme acrescentamos, da opressão das pessoas com identidades de gênero contra-hegemônicas, subversivas. Assim, seguindo Judith Butler, defendemos que: “[...] qualquer reprodução acrítica da distinção corpo/mente deve ser repensada em termos da hierarquia de



gênero que essa distinção tem convencionalmente produzido, mantido e racionalizado.” (BUTLER, 2017, p. 36).

Em consonância com as teses de Judith Butler sobre as normas *inteligíveis* de gênero, em conjunto com a crítica da dicotomia *sexo/gênero*, entendemos que as teses dualistas ontológicas influenciaram a criação e ampliação da *visão tradicional de gênero*. Nesse sentido, as noções de sexo/gênero retratam alguma substancialidade da pessoa, tal como um fator adicional imutável. Conforme apresentaremos na próxima seção, a resposta de Judith Butler para a visão tradicional de gênero é a de que o sexo e o gênero são efetivamente elementos construídos discursivamente por *performatividades* que, mediante a *metafísica da substância*, ganham um caráter substancialista e essencialista.

Por fim, ressaltamos que concepções substancialistas e essencialistas, regidas pelas normas de inteligibilidade, afetam diretamente a vida das pessoas em geral e, em especial, caminham ao encontro da violência e marginalização das identidades de gênero contra-hegemônicas. Neste ponto, a literatura feminista pode ser de grande ajuda, uma vez que, ao longo dos anos, foi bastante incisiva no tratamento de problemas relacionados à exclusão das mulheres nos direitos civis e igualitários e também no que tange a problemas de violência.

Nos estudos de gênero contemporâneos é perceptível como a identidade das mulheres, sobretudo nas sociedades ocidentais, foi ressignificada em muitos aspectos: as mulheres podem participar tanto da vida pública como da vida privada, ou seja, podem efetivamente escolher trabalhar fora de casa ou optar por dedicar-se aos afazeres domésticos, se desejam ou não se casar, votar e serem votadas, ter ou não ter filhos, viajar, entre diversas outras coisas, embora esses direitos tenham sido conquistados há apenas cem anos ou menos, em alguns casos. No entanto, os dados de violência de gênero contra a mulher ainda são altos em muitas sociedades. Com isso acreditamos que muitas das normas de *inteligibilidade* que guiavam os comportamentos de homens e de mulheres na época de Mary Wollstonecraft, no final do século XVIII, ainda perduram na contemporaneidade, sobretudo no que tange ao binarismo estrito.

Entendemos que a *visão tradicional de gênero* ignora a complexidade das possibilidades de sexualidades e de gêneros. No campo da sexualidade, as identidades sexuais homossexuais, tais como gays, lésbicas e bissexuais, costumam ser invisibilizadas, suprimidas e acoçadas. No campo do gênero, as identidades contra-hegemônicas, ou que também nomeamos de transformativas (no sentido de serem complexas e dinâmicas), como é o caso das pessoas transgêneras e intersexuais, são marginalizadas e muitas vezes caracterizadas como ilegítimas, anti-naturais, caricaturais.

Ressaltamos que os estudos de identidade de gênero, comprometidos com teses não-dualistas e não-essencialistas, se mostram fundamentais, uma vez que muitos movimentos conservadores preconceituosos, em geral ligados a fundamentalismos religiosos, têm crescido, com respaldo de políticas públicas, grupos e/ou instituições. Essas violências fruto de preconceitos de gênero alertam para a necessidade de pensar a violência de gênero a partir de um paralelo com a fábula do sapo na panela:

Existe uma fábula quase científica que diz que se você conseguir fazer com que um sapo se sente calmamente numa panela com água fria, e se você então aumentar bem vagarosamente a temperatura da água de forma que não exista um momento marcado para ser o momento em que a sapo deveria saltar, ele nunca pulará. Ele se deixará cozinhar. (BATESON, 1979, p. 106-107).

Essa fábula pode ser relacionada aos problemas de gênero, pois a marginalização histórica contra pessoas com identidades de gênero transformativas é considerada tão normal em diversas sociedades humanas contemporâneas que atos preconceituosos e violentos não costumam causar comoção na população, o que implica um crescente medo do aniquilamento da diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, nossa pesquisa pretende contribuir para a rede de ferramentas conceituais existentes dos estudos de gênero contemporâneos.

Tendo isso em vista, na seção seguinte iremos analisar sinteticamente a trajetória dos estudos de gênero, em uma tentativa de adentrar no debate moderno e contemporâneo sobre a temática. Assim, iremos ressaltar o movimento destacado por Butler (2017) de essencialização de gênero ocasionado pelas teóricas feministas e destacar os seus motivos e, em seguida, iremos ressaltar que a identidade de gênero na contemporaneidade, sobretudo a partir de teorias pós-estruturalistas e *queers*, é vista como desconstruída e até mesmo entendida como uma mera “ficção”.

### **2.3 A IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DAS TEORIAS DE GÊNERO**

Na presente seção apresentaremos as principais teorias de gênero existentes na modernidade e na contemporaneidade. Para tanto, nos apoiaremos especialmente nos estudos de Martins (2015) e Nye (1995). De maneira geral, a exploração das principais teses dessas teorias nos permitirá uma inserção no debate contemporâneo sobre a temática e nos fornecerá,

posteriormente, um arcabouço teórico para a fundamentação de nossa análise sistêmica da identidade de gênero.

Os estudos de gênero surgiram dentro dos movimentos feministas europeus, simbolicamente iniciados no século XIX (simbolicamente porque a referida filósofa Mary Wollstonecraft, por exemplo, já no século XVIII defendia teses feministas, conforme ressaltaremos). Em linhas gerais, o objetivo central do feminismo, desde o seu princípio, era o de questionar os padrões de gênero vigentes nas sociedades humanas que, muitas vezes em sua maioria (para não dizer em sua quase totalidade, à exceção de experimentos de pequenas comunidades anarquistas ou comunistas), privilegiavam os homens marginalizando as mulheres. Nesse sentido, as mulheres usualmente não recebiam a mesma atribuição social de personalidade que os homens nas sociedades. Dentro desse contexto, mulheres pensadoras e ativistas buscaram conquistar direitos sociais, especialmente políticos e trabalhistas, que eram restritos aos homens até o século XX na maioria das sociedades ocidentais (MARTINS, 2015; NYE, 1995)<sup>49</sup>.

A história do feminismo pode ser dividida em três ondas, que possuem distintas teorias e práticas feministas. A primeira onda é marcada pela busca de direitos políticos e trabalhistas das mulheres (MARTINS, 2015; NYE, 1995). Nesse período surgiram as Sufragistas, feministas que se apoiaram na teoria democrática na busca por direitos sociais para as mulheres (NYE, 1995). Como exemplo de caso apresentaremos a teoria da filósofa Mary Wollstonecraft (2016), que já no século XVIII parece ter iniciado o pensamento sufragista. Outra abordagem feminista dessa primeira onda foi o feminismo marxista, que argumentava a favor de uma reforma socialista nas sociedades humanas, uma vez que o capitalismo era tido como o grande responsável pela marginalização das mulheres trabalhadoras (NYE, 1995).

A segunda onda feminista passou a investigar os aspectos culturais e sociais que mantinham a mulher marginalizada socialmente (NYE, 1995). O feminismo existencialista, iniciado por Simone de Beauvoir, foi basilar para essa segunda onda. Conforme também iremos explorar, ele possibilitou o surgimento do feminismo radical, que responsabilizava o patriarcado como estrutura marginalizante das mulheres. Ademais, conforme a análise de Nye (1995), apresentaremos também que a psicanálise influenciou nos estudos de gênero da segunda onda feminista, uma vez que trouxe ao debate questões psíquicas sobre masculinidade e feminilidade e as investigou dentro das estruturas familiares.

---

49 Sempre é bom ressaltar que, por exemplo, no Brasil o direito ao voto das mulheres foi legalmente reconhecido em 1932 por Getúlio Vargas depois de uma longa luta de militantes feministas, e que, até hoje, as mulheres são minoria em todos os poderes da república.

Por fim, a terceira onda feminista inseriu uma nova questão no debate sobre a identidade de gênero: as abordagens feministas anteriores defenderam amplamente a identidade da mulher, mas, afinal, o que caracteriza alguém como uma mulher? Isto é, existiria uma identidade única e forte do “ser mulher”? Sendo relevante a problematização a respeito da essencialização da identidade da mulher nas teorias feministas anteriores, surgiram teorias críticas sobre a identidade de gênero estritamente binárias, sendo elas as Teorias Pós-estruturalistas e as Teorias *Queer*. Assim, lembraremos as principais teses sobre a identidade dentro das teorias pós-estruturalistas, tal como apresentadas no Capítulo 1, seção 1.3. Como exemplo, apresentaremos as principais teses de Michel Foucault (2001), cuja proposta é a de ressaltar os papéis discursivos sobre a sexualidade na criação das diversas identidades sexuais e destacar o biopoder que as entornam. Em seguida, apresentaremos a Teoria *Queer*, abordagem que realiza uma ampla desconstrução dos papéis essencialistas de gênero nos níveis sociais, culturais, biopsicológicos e, assim, apresentam novas possibilidades para compreender a identidade de gênero para além do binarismo estrito. Como exemplo da Teoria *Queer*, apresentaremos a teoria da *performatividade de gênero* proposta por Judith Butler (2017). Passamos, a seguir, a apresentar mais detalhadamente as referidas ondas do feminismo ocidental.

### 2.3.1 Teorias da primeira onda feminista: feminismo liberal e feminismo marxista

Conforme explica Martins (2015, p. 232), no século XIX na Inglaterra, surgiram as feministas Sufragistas, que reivindicavam, principalmente, direitos políticos. No entanto, vale notar que o cenário no qual se insere essa primeira onda é altamente complexo nos níveis políticos, econômicos e culturais, pois ela é influenciada pelas teses do Iluminismo, da teoria democrática e pela Revolução Industrial (NYE, 1995).

Conforme Nye (1995), as pensadoras e ativistas dessa primeira onda defendiam ser vantajosa a passagem do feudalismo para o capitalismo, sobretudo com o advento da teoria democrática fundamentada no Iluminismo. Conforme explica Miranda, temos que: “A filosofia iluminista se pautava na premissa da imutabilidade da razão, ou seja, na ideia de que a razão seria una e idêntica para todos os seres humanos” (MIRANDA, 2010, p. 111). No entanto, na prática o pensamento Iluminista, mesmo após a Revolução Francesa, não considerava efetivamente os direitos das mulheres e, assim, elas ainda acabavam sendo

marginalizadas pelos homens em diversos níveis. O voto, que seria um dos pilares para essa nova sociedade democrática, também não era destinado às mulheres. Nye explica:

O que surgiu na grande retórica do tumulto social foi uma teoria dos direitos e dignidade do **homem**. Era da natureza dos **homens** serem livres, serem iguais, **e eram os homens que exigiam a proteção das instituições democráticas**. Normas de justiça deveriam regular os negócios dos homens; as mulheres não seriam incluídas, tanto quanto os insanos mentais, os criminosos ou as crianças. A Revolução iria melhorar a sorte das mulheres, mas apenas porque os homens iriam aprender a tratá-las melhor na nova atmosfera moral. (NYE, 1995, p. 24, destaques nossos).

Então, afinal, o que, dentro desse contexto, chamou a atenção das feministas? Nye (1995, p. 25) explica que esse novo contexto político era relevante para as feministas, mesmo que ainda não abarcasse as mulheres, pois a partir dele todos os seres humanos deveriam possuir direitos iguais: eles não mais seriam derivados de qualquer tipo de direito natural, mas seriam escolhidos em conjunto pelas pessoas.

Como mencionamos, a pensadora mais influente desse tipo de pensamento feminista de primeira onda é Mary Wollstonecraft. Por ter escrito suas teses feministas no século XVIII, Wollstonecraft é muitas vezes considerada como uma das precursoras do pensamento feminista. De maneira geral, Wollstonecraft, em sua célebre obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, fez árduas críticas ao sistema social europeu de sua época, que desconsiderava as mulheres enquanto cidadãs e as educava de maneira desigual em relação aos homens.

Wollstonecraft (2016) apresenta que era um consenso social a ideia de que as mulheres eram passivas, competitivas e insensatas por natureza. Assim, os padrões comportamentais do gênero feminino, como por exemplo o gosto exacerbado pela moda, eram considerados como derivados diretamente de uma natureza feminina: isto é, a alma da mulher trazia ao seu corpo esses traços identitários específicos de mulher (no caso da moda, era comum o uso do termo “elegância inata”) (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 49).

Em oposição à visão tradicional de gênero de sua época, Mary Wollstonecraft (2016, p. 40) denunciou que as mulheres eram condicionadas a um permanente estado infantil e debilitante. Além disso, as mulheres recebiam uma educação de péssima qualidade, tendo, desde a infância, que aprender a se subordinar aos homens para conseguirem sobreviver e almejarem alcançar algum grau de felicidade. Assim, a mulher era ensinada a desprezar assuntos conceituais e científicos, uma vez que seu destino estaria voltado apenas ao contexto doméstico, matrimonial e reprodutivo.

Dentro desse contexto social e cultural, Wollstonecraft (2016, p. 87) acreditava que a emancipação das mulheres, ou, em outros termos, a saída das mulheres de sua minoridade intelectual seria possível por meio do desenvolvimento da razão e da virtude. Isto é, através das faculdades do entendimento, consideradas integradas à pessoa, a mulher poderia desenvolver o julgamento e se desvencilhar do estado opressivo no qual se encontrava. Para isso, a pensadora defendia arduamente uma educação igualitária entre homens e mulheres que faria emergir nelas hábitos de virtude e de conhecimento.

Assim, as teses de Wollstonecraft foram relevantes para as pensadoras e ativistas da primeira onda feminista no século XIX que buscavam iguadade, sobretudo política. Nesse contexto, a política democrática, feita principalmente através do voto, era entendida como uma das principais ferramentas de mudança política e social (NYE, 1995, p. 19). As Sufragistas defendiam que sociedades humanas só seriam efetivamente igualitárias e livres mediante o exercício da democracia que possibilitaria a aquisição de diversos direitos políticos pelas mulheres. Nye (1995, p. 18) expõe que tal modo de pensar dessas feministas as levou também a serem conhecidas como “feministas liberais” (remetendo ao liberalismo dos sistemas capitalistas) e ressalta que esse tipo de feminismo ainda é bastante popular, sobretudo na Europa e Estados Unidos, mesmo após o declínio do pensamento iluminista. Nye destaca:

[...] Outras questões tais como direitos de propriedade, reforma do casamento e liberdade sexual foram discutidas, mas a teoria democrática incentivava as feministas a verem o voto como o modo correto e mais prático de atingir suas metas. Quando o sufrágio fosse concedido, as mulheres estariam aptas a votar em favor da legislação que corrigiria a injustiça às mulheres. (NYE, 1995, p. 19).

Nye (1995) apresenta também que, ancoradas na busca por direitos trabalhistas, outro tipo de feminismo surgiu: o feminismo socialista. Nesse período muitas mulheres ficavam restritas ao trabalho doméstico, mas, com o surgimento da revolução industrial, diversas mulheres passaram a exercer trabalhos externos, muitos deles sendo trabalhos precários. Para compreender esse ponto, é preciso notar a situação trabalhista que foi gerada nas sociedades capitalistas a partir da Revolução Industrial. Conforme apontado por Marx em *O capital*, a Revolução Industrial trouxe, dentre outras coisas, a maquinaria para as fábricas. Como consequência, o trabalho humano tornou-se mecanizado e precarizado, pois os trabalhadores passaram a exercer movimentos repetitivos e sem conteúdo no controle dessas máquinas. Um dos efeitos desse novo cenário, de acordo com Marx (1996, p. 28-29), é que o trabalho

externo, que antes era restrito aos homens, passou também a ser feito por mulheres e por crianças. Vale notar que essas mulheres não eram poucas: de acordo com Nye (1995, p. 48), no ano de 1900 38% das pessoas empregadas em trabalhos externos eram mulheres.

Marx (1996) argumenta que o movimento de ampliação do trabalho para mulheres (e, tristemente, para crianças) não foi feito pensando em qualquer busca por igualdade social, mas sim tendo em vista o lucro dos donos das fábricas, uma vez que nos sistemas capitalistas o lucro do proprietário é privilegiado, em detrimento da força do trabalho humano. Assim, os trabalhadores empregados pelos donos das empresas eram ainda mais precarizados: o salário que um homem recebia para sustentar sua família passou a ser distribuído de maneira fragmentada entre todos os membros de uma família que adentrava na fábrica. Dentro desse contexto social, político e econômico, fica evidente o porquê das mulheres estarem buscando melhores condições de trabalho.

Diante dessa situação no contexto trabalhista, concomitantemente surgiam práticas e teorias feministas em oposição ao feminismo liberal, que foram os feminismos socialistas. De acordo com Nye (1995, p. 49), as feministas socialistas eram mulheres que integravam empregos formais, usualmente marginalizados e, desse modo, economicamente inferiores. Nesse sentido, a crítica do feminismo socialista era a de que as feministas liberais não se importavam tanto com as questões de outras mulheres não pertencentes a suas classes econômicas. Assim, se as mulheres de classes econômicas superiores eram consideradas sensíveis, emotivas, passivas, entre outras coisas, a mulher trabalhadora, por outro lado, tinha outras preocupações relacionadas a violência doméstica e a dificuldades econômicas (NYE, 1995, p. 48). Quanto a isso, Nye esclarece que elas:

[...] Não se consideravam mulheres oprimidas, mas como parte dos pobres oprimidos. Seus aliados não eram conferencistas reformadoras em favor do voto feminino, mas as mulheres e os homens que eram seus companheiros de trabalho e companheiros de sofrimento. Sua estratégia para a mudança era, portanto, diferente. (NYE, 1995, p. 53).

Assim, em oposição às teses das feministas liberais, as feministas socialistas defendiam que os problemas sociais e culturais que as mulheres sofriam iriam desaparecer conjuntamente com a extinção das sociedades de classes, isto é, das sociedades capitalistas. Elas argumentavam que o socialismo diluiria os poderes e distribuiria as riquezas de maneira igualitária e, assim, resolveria os problemas denunciados pelo feminismo liberal (NYE, 1995, p. 49). Para elas, a busca pelo voto feminino não era nem algo relevante, pois elas

acreditavam que nada adiantaria ganhar o direito ao voto se, conjuntamente com ele, as mulheres ainda continuassem oprimidas em outros âmbitos ou mesmo na política.

Uma das bandeiras levantadas por essas mulheres era que, dentro dos sistemas capitalistas, o modelo imperante de família (composta por marido, esposa e filhos) seria uma das raízes dos problemas machistas (NYE, 1995, p. 56). Elas defendiam que, nesse contexto, a família é colocada também como uma propriedade privada, na qual o homem era socialmente e culturalmente considerado o chefe que poderia, então, explorá-las, tal como um patrão de uma fábrica faz com os seus funcionários (NYE, 1995, p. 56). Além disso, Nye (1995, p. 58), explica que, segundo o marxismo, as sociedades capitalistas incentivavam grandes famílias, uma vez que serviam como ampla massa de consumo. Em oposição, as feministas socialistas argumentavam que:

[...] Com uma revolução socialista, inevitável desde que o proletariado se torne consciente da sua opressão comum e de sua força, a família será desnecessária do ponto de vista econômico. O Estado assumirá muitas de suas funções, tais como o cuidado diurno das crianças, cuidado dos doentes e idosos, e talvez até de alguns serviços pessoais. (NYE, 1995, p. 58).

Na prática, ambos feminismos, o liberal e o socialista, não foram totalmente satisfatórios. No que tange à conquista dos direitos políticos clamado pelas Sufragistas liberais, foram conquistados pelas mulheres inglesas em 1918, caracterizando um marco histórico para o movimento feminista, o que serviu de modelo para transformações em outras sociedades (MARTINS, 2015, p. 232). Assim, sua ampliação para outros países foi notória e, no Brasil, por exemplo, em 1932 o direito ao voto feminino foi conquistado (MARTINS, 2015, p. 233). No entanto, Nye (1995) critica que as feministas liberais focalizam demasiadamente a legislação e se esquecem de ocasionar mudanças feministas em outras instâncias, tais como sociais, culturais, psicológicas, econômicas, entre outras. Nye explica:

A insistência democrática na liberdade e prioridade do indivíduo dá a impressão de compensar essas imperfeições, e em alguns casos um reconhecimento dos direitos individuais avançou a causa das mulheres. Entretanto, mesmo quando se estabelece um direito, como o direito de conselho legal, a mulher pode não estar em condições de exercer esse direito. A sua habilitação pode exigir de novo interferência estatal no mercado livre na forma de fundos de assistência legal, creches estatais ou assistência médica gratuita. (NYE, 1995, p. 39).

Andrea Nye (1995) ressalta, então, que as feministas liberais deviam se apoiar em outros tipos de mudanças, tais como culturais, psicológicas, econômicas, entre outras. Por



exemplo, direitos como o do aborto, da homossexualidade e de métodos contraceptivos, não seriam facilmente conquistados de maneira democrática em sociedades tradicionalmente machistas, mas sim precisavam ser confrontados e debatidos em diversos contextos das sociedades humanas (NYE, 1995, p. 40).

No que tange ao feminismo socialista, Nye (1995, p. 62) demonstra que a ascensão das sociedades socialistas mostrou que os problemas das mulheres não serão necessariamente resolvidos pela destruição do sistema capitalista. A Revolução Soviética foi um grande exemplo, pois, quando vitoriosa, passou a inicialmente a adotar medidas em prol das reivindicações feministas (por exemplo, Lenin legalizou a prática do aborto em 1920), mas, poucos anos depois, já em pleno stalinismo, a União Soviética passou a proibir reivindicações feministas, tais como a homossexualidade e o aborto (NYE, 1995, p. 62). Além disso, a Revolução afetaria também as mulheres trabalhadoras, conforme Nye descreve: “[...] Estabeleceu-se que as mulheres trabalhariam, mas por volta de 1930 simplesmente todas as mulheres desapareceram das posições de mando.” (1995, p. 62).

Apesar das críticas apontadas, as primeiras abordagens dos estudos de gênero, sobretudo a abordagem liberal, tiveram uma significativa relevância social e cultural própria de movimentos pioneiros, uma vez que contribuíram para o questionamento e posterior rompimento de diversos padrões de gênero até então cristalizados na cultura ocidental.

### 2.3.2 Teorias da segunda onda feminista: feminismo existencialista, feminismo radical e feminismo psicanalítico

Por volta de 1960, surgiram novas pautas socioculturais no debate feminista, que ficou conhecido como segunda onda feminista. Isso ocorreu porque, embora as mulheres tivessem conquistado alguns direitos políticos nas sociedades ocidentais, isso não era suficiente para as livrarem das mais variadas formas de opressão (MARTINS, 2015, p. 232). Por exemplo, as mulheres passaram a compor a mão de obra de diversos trabalhos fora do âmbito doméstico, mas ainda eram exclusivamente responsáveis pelos serviços domésticos e pelos cuidados parentais; embora elas pudessem votar, elas eram invisibilizadas no campo político, até pela ausência de condições materiais para isso.

Tendo em vista a posição social ainda marginalizada das mulheres nas sociedades do século XX, as teorias e as práticas feministas desse período buscaram refletir sobre a violência

física e simbólica que as mulheres sofriam. Assim, padrões de gênero concebidos até então como naturais (e, assim, supostamente imutáveis), passaram a ser questionados e apontados como construídos socioculturalmente (MARTINS, 2015; MARQUES; XAVIER, 2018).

As teses propostas pela filósofa Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, de 1959, foram fundamentais para o desenvolvimento dessa nova onda (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 5). Sua abordagem partia do existencialismo (NYE, 1995).

Beauvoir partilhava da filosofia defendida por Sartre (1984; 2011), na qual o ser humano era tido como livre para se auto-construir, mesmo que de maneira restrita em alguns contextos. Nesse sentido, uma pessoa seria uma consciência/existência que incessantemente constrói a si mesma. Uma vez que somente cada pessoa seria responsável por sua própria construção, a isenção de sua responsabilidade a outros fatos do mundo e/ou a outras pessoas constituiria uma ação de má-fé. Sinteticamente, a noção de má-fé significaria essa isenção que uma pessoa tem de sua própria responsabilidade, culpando outras coisas e/ou pessoas por suas próprias escolhas.

Além disso, Nye (1995) destaca que a filosofia feminista de Beauvoir também está fundamentada na compreensão existencialista das relações entre as consciências. De acordo com essa filosofia, uma consciência seria uma existência e o seu oposto seria uma coisa. A consciência primeiramente seria compreendida a partir do *cogito* cartesiano, conforme Nye destaca: “A situação original de uma consciência sartriana é de estar só e diante apenas de um mundo físico que a consciência vivencia, conhece e tenta possuir” (NYE, 1995, p. 103). Para superar o *cogito* e, assim, o solipsismo cartesiano, o pensador propõe que existiria uma intersubjetividade entre o Eu e o Outro: o Eu que pensa e, assim, existe, o faz porque existe o Outro que o pensa (NYE, 1995, p. 103-104). Sartre explica: “[...] Cada olhar nos faz experimentar concretamente - e na certeza indubitável do *cogito* - que existimos para todos os homens vivos, ou seja, que há consciência(s) para quem existo.” (SARTRE, 2011, p. 360). Nesse sentido, as consciências existem para outras consciências, isto é, elas são intencionais.

No entanto, a liberdade de uma pessoa é vista como problemática para outra pessoa, pois ela pode restringir e intimidar as liberdades individuais, além de poderem coisificar o sujeito, menosprezando ser uma consciência livre (NYE, 1995, p. 104). Nesse sentido, Nye (1995, p. 105) explica que as relações humanas envolveriam submissão e dominação e a harmonia apenas surgiria nos processos de transcendência. A transcendência na teoria existencialista é a ideia de que: “[...] qualquer indivíduo que busca atribuir um sentido a sua existência busca transcender a si mesmo a todo momento, ou seja, tal indivíduo faz suas

escolhas e se projeta no mundo, para, assim, alegar a legitimidade de sua existência” (MOTTA, 2018, p. 43).

Dentro desse contexto, a opressão das mulheres a partir da ótica de Simone de Beauvoir estaria relacionada ao fato das mulheres não terem alcançado a transcendência humana. Nas palavras da pensadora, o processo de negação da transcendência humana funcionaria da seguinte forma:

Todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos como uma transcendência; só alcança sua liberdade pela sua constante superação em vista de outras liberdades; não há outra justificação da existência presente senão sua expansão para um futuro indefinidamente aberto. Cada vez que a transcendência cai na imanência, há degradação da existência em "em si", da liberdade em facticidade; essa queda é uma falha moral, se consentida pelo sujeito. Se lhe é infligida, assume o aspecto de frustração ou opressão. Em ambos os casos, é um mal absoluto. (BEAUVOIR, 1970a, p. 22-23).

A opressão das mulheres se encaixaria no primeiro caso, o de falha moral, pois elas consentiram em permanecer marginalizadas. Mas esse processo não ocorreria de maneira simples: Beauvoir (1970a, p. 14-15) argumenta que haveria uma má fé recíproca entre homens e mulheres, tendo como base a analogia hegeliana do senhor e do escravo. Tal analogia apresenta que o senhor e o escravo estariam em uma inter-relação de necessidade. O senhor, dado seus propósitos, precisaria do escravo. Como este está acima na hierarquia de poderes, sua expressão de necessidade não precisaria ser exposta. Já o escravo, por depender financeiramente do senhor ou mesmo, como relata Beauvoir (1970a, p. 14), por possuir esperança ou medo do mesmo, acaba por interiorizar a necessidade do senhor. Assim, a relação de necessidade seria desigual, conforme Beauvoir expõe: “[...] a urgência da necessidade, ainda que igual em ambos, sempre favorece o opressor contra o oprimido ” (BEAUVOIR, 1970a, p. 14).

Nesse sentido, Simone de Beauvoir argumenta que a opressão das mulheres teria dois aspectos: por um lado, os homens as marginalizam e limitariam as suas liberdades, o que faz com que elas sejam vistas como o “Outro”, não como sujeito. Ao mesmo tempo, as mulheres também seriam responsáveis por sua opressão, pois usualmente reforçam os papéis sociais e culturais femininos, de maneira a consentir com seu lugar de “escrava” do homem. Quanto a isso, Nye detalha: “[...] É a mulher que se faz um objeto de modo a confortar e amenizar a ansiedade do sujeito masculino, que precisa do seu reflexo de si mesmo nela, mas fica aterrorizado com a independência dela.” (NYE, 1995, p. 109).

Tendo isso em vista, a argumentação de Beauvoir era a de que as mulheres precisariam se libertar de suas amarras como escravas e, conseqüentemente, passando a agir de boa fé, de maneira a também se tornarem sujeitos. Essa emancipação envolveria aspectos como a busca por independência financeira e casamentos que fugissem da lógica de posse (BEAUVOIR, 1970b).

Dentro dessa abordagem haveria um detalhe problemático, conforme denúncia Nye (1995, p. 111-112): além das dificuldades sociais e culturais pelas quais as mulheres passariam, existiria uma diferenciação sexual que naturalmente oprimiria as mulheres: dentro da lógica das relações sexuais, a mulher é passiva e o homem é ativo. Tendo isso em vista, a mulher, em outras áreas da vida humana (como por exemplo, na maternidade) também acaba sendo vista como naturalmente passiva e o homem como naturalmente ativo (NYE, 1995, p. 111). A proposta de Beauvoir para a superação desse problema natural seria a aceitação da seguinte visão: “[...] O homem vê seu prazer como proveniente da mulher, e é, portanto, dependente; a mulher entrega-se como uma dádiva e é, portanto, ativa e mantém sua dignidade. Ambos *aceitam* sua situação, mas ultrapassam-na.” (NYE, 1995, p. 113, grifo nosso).

A filosofia feminista proposta por Simone de Beauvoir foi amplamente impactante para o pensamento da segunda onda do feminismo, pois colocou em cena problemas de ordem social e cultural no debate feminista. Conforme explica Nye (1995), as teses de Beauvoir evocaram pelo menos duas reações: por um lado, surgiram tentativas religiosas de negar as teses propostas por ela, por acreditarem que a filósofa pretendia “masculinizar” a mulher e, por outro lado, surgiu o feminismo radical.

No que tange às reações religiosas ao feminismo existencialista, Nye (1995, p. 115) explica a existência de teses católicas que, de maneira geral, recorriam à ideia de almas masculinas e femininas essencialmente distintas, o que fundamentaria suas diferenças sociais e culturais. Por exemplo, Nye cita a pensadora católica Eva Firkel, que fundamentava a distinção entre as identidades de gênero a partir das dicotomias presentes na bíblia:

[...] Adão e Eva não são apenas dois seres humanos; são dois tipos de humanidade - masculina e feminina. O castigo de Adão é o destino masculino de trabalho e criação, e o sofrimento de Eva é o parto. Firkel foi buscar essa dicotomia na teologia. Cristo é o princípio ativo masculino e a Igreja, o feminino. O sacerdote masculino deve ministrar o sacramento mediador entre Deus e a Terra. Maria é a receptiva e dadivosa intercessora. (NYE, 1995, p. 115).

Quanto ao feminismo radical, ele se ampara na tese de que as mulheres acabam, nos mais variados contextos, sendo continuamente submissas aos homens (conforme a analogia do senhor e do escravo) (NYE, 1995, p. 119). Essa nova perspectiva tem como uma de suas teses centrais a de que existe um patriarcado opressivo para as mulheres, isto é, uma força social e cultural amplamente aceita e imbricada nas sociedades humanas, que sempre favorece os homens e lhes confere os mais diversos poderes sobre as mulheres. Conforme Marques e Xavier, as feministas radicais:

[...] trabalham com a ideia de que as mudanças só ocorreriam quando transformassem a raiz da questão; e a raiz de toda opressão é o sistema patriarcal, um exemplo específico das relações de gênero que gera uma relação de poder e dominação masculina. A vertente também trabalha com a ideia de que a luta feminista deve ser coletiva e sem recortes, que todas as mulheres, de diferentes classes e raças, devem lutar juntas contra esses sistemas que estruturam as relações sociais e que dão privilégios ao homem. (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 8).

Aqui novos temas foram incorporados no centro do debate feminista, tais como discussões sobre etnia, aborto, pornografia, violência, entre diversos outros (NYE, 1995, p. 120). Um deles, que posteriormente foi primordial para o surgimento das teorias *queer*, foram os estudos da sexualidade da mulher lésbica. Uma das notáveis autoras desse período foi Adrienne Rich, conforme aponta Nye (1995, p. 123). Rich (1993) argumenta que não basta apenas a compreensão do patriarcado como centro da violência contra a mulher. Segundo ela, a heterossexualidade compulsória - isto é, a ideia amplamente difundida e condicionada nas sociedades humanas de que a heterossexualidade seria a única sexualidade natural e normal - seria um dos pilares mais basilares da violência de gênero para as mulheres. Em sua análise, a mulher lésbica é compreendida como oprimida pelos homens e invisibilizada socialmente, até mesmo nas análises feministas. De acordo com a pensadora: “A suposição de que ‘a maioria das mulheres é heterossexual de modo inato’ coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo.” (RICH, 1993, p. 35). Conforme Rich relata, a mulher lésbica, além de ser usualmente violentada e marginalizada, ela é invisibilizada: ela é usualmente vista como a versão feminina do homem gay, sem ter considerada as particularidades e opressões exclusivas da identidade lésbica (RICH, 1993, p. 37).

Em oposição à violência derivada da heterossexualidade compulsória, Rich (1993) propôs a noção de *continuum lésbico*, que consiste em uma defesa de relações, amorosas ou não, entre mulheres de qualquer sexualidade. De acordo com a pensadora, os exemplos de

sociedades de mulheres, como o caso das *beguines* (ou *beguinias*)<sup>50</sup>, demonstravam como as relações entre mulheres poderiam contribuir para a negação da opressão causada pela heterossexualidade compulsória. Ademais, a noção do *continuum lésbico* pretendia contribuir para a desmistificação do preconceito e estigma contra a mulher lésbica, além de tentar desconstruir a ideia da heterossexualidade compulsória, que oprimia as mulheres em suas mais diversas camadas psicossociais.

Apresentadas as principais teses do feminismo existencialista e do feminismo radical, Nye (1995) destaca ainda que a segunda onda feminista também sofreu influência da teoria psicanalítica proposta por Freud. Isso porque, a partir da visão de complexo edipiano, amplamente difundido na época, as concepções psicossociais sobre as identidades masculina e feminina foram afetadas. Apesar de comumente ser alvo de críticas, devido ao seu caráter especulativo, Nye (1995, p. 143) explica que a psicanálise contribuiu para a teoria feminista na segunda onda, pois analisou a mulher e o homem dentro do contexto familiar. Isso seria relevante, uma vez que a família influencia e reforça os mais diversos padrões de identidade de gênero.

Em linhas gerais, a visão de identidade de gênero resultante da teoria psicanalítica de Freud se baseia no seu constructo teórico de complexo de Édipo, que propõe um modo de pensar a sexualidade no desenvolvimento infantil, cuja influência seria notada ao longo da vida. Freud (1933 [1932]) alega, *grosso modo*, que o complexo de Édipo nos meninos seria um momento no qual ele deseja sua mãe (que já no seu período pré-edipiano ela seria, segundo Freud, o seu objeto de desejo) e, dessa forma, ele almeja eliminar o seu próprio pai, que supostamente se mostraria uma ameaça. Por intermédio de um medo de ser castrado, ou, nas palavras de Freud (1933 [1932], p. 88) “[...] sob a impressão do perigo de perder o pênis [...]”, o menino pode superar o seu complexo e, assim, desenvolver normalmente a sua identidade masculina.

Quanto à identidade da menina, a situação edipiana se desenvolveria de maneira distinta. Primeiramente, ela também teria, no período pré-edipiano, a mãe como objeto de desejo. Além disso, nesse período, Freud (1933 [1932]) expõe que ela teria o clítoris como zona erógena. A situação edipiana surgiria para mudar esse cenário: a menina, ao perceber que não possui um pênis, isto é, que é castrada, ela sofreria de “inveja do pênis” e, nesse momento, passaria a ter raiva de sua mãe, vista como responsável por sua castração, e torna seu pai objeto de desejo. Isso marcaria uma saída da masculinidade, dado a consideração da

---

50 As beguinias eram mulheres católicas que viviam em comunidades e se dedicavam voluntariamente a cuidar de enfermos e idosos carentes, vivendo uma vida semelhante à monástica, mas sem votos religiosos.

bissexualidade da menina, para a feminilidade (FREUD, 1933 [1932], p. 80). Com isso, Freud (1933 [1932], p. 88) alega que sua castração a impele ao seu complexo edípiano, o que seria problemático, pois seria o medo da castração que nos meninos o complexo era superado. Nesse sentido, Freud argumenta:

Na ausência do temor de castração, falta o motivo principal que leva o menino a superar o complexo de Édipo. As meninas permanecem nele por um tempo indeterminado; destroem-no tardiamente e, ainda assim, de modo incompleto. Nessas circunstâncias, a formação do superego deve sofrer um prejuízo; não consegue atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural, e as feministas não gostam quando lhes assinalamos os efeitos desse fator sobre o caráter feminino em geral. (FREUD, 1933 [1932], p. 88).

Segundo Freud, o complexo da menina poderia ser superado com o advento da maternidade, sobretudo com a chegada de um filho homem, que supriria seus desejos reprimidos de inveja e sua situação de desvantagem (FREUD, 1933 [1932], p. 90). Nesse sentido, a explicação psicanalítica de Freud do complexo edípiano feminino, sobretudo com enfoque na fase pré-edípica da menina castrada, serviu como justificção posterior de supostos problemas psíquicos atribuídos às mulheres: “[...] Daí partem três linhas de desenvolvimento possíveis: uma conduz à inibição sexual ou à neurose, outra, à modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade, a terceira, finalmente, à feminilidade normal” (FREUD, 1933 [1932], p. 85).

Nye (1995) explica que houveram mulheres psicanalistas que corroboraram essas teses sobre a mulher proposta por Freud. No entanto, Nye (1995) apresenta que a teoria feminista se apoiou mais na psicanálise quando ela passou pela releitura de Lacan. A pensadora explica:

[...] O efeito da revolução freudiana, como interpretada por Lacan, foi situar a luta das mulheres numa nova dimensão que ultrapassava determinados sistemas políticos ou econômicos. O que estava em questão era a construção simbólica da sociedade, da sociedade ocidental, de toda sociedade. Essa mudança de foco é que inspirou a nova geração de mulheres apresentadas por Julia Kristeva em "Women's time". Essas mulheres leram Freud e Lacan e também examinaram a filosofia ocidental, a linguística e a literatura. De atividades políticas como *lobbies*, mudança de leis, reformas constitucionais, elas se voltaram para uma investigação da base simbólica das leis e práticas que definem as mulheres. (NYE, 1995, p. 170).

Assim, conforme explica Nye (1995, p. 191), a teoria feminista passou a se inserir na psicanálise com as teses ressignificadas de Lacan, ao defender que a masculinidade e feminilidade poderiam ser descritas por estruturas simbólicas humanas que poderiam ser

desfeitas, o que eliminou aspectos reducionistas do tipo biológico dentro da psicanálise. A morte no complexo de Édipo, nesse sentido, também seria simbólica: “[...] o complexo de Édipo é uma defesa contra algo mais terrificante - mas contra quê? Lacan nos diz que é o medo do filho da sua própria morte.” (NYE, 1995, p. 192). A partir dessa interpretação, surgiram outras interpretações dos símbolos da masculinidade, como o medo da morte (isto é, da figura do filho e do pai) (NYE, 1995, p. 192).

Nye (1995) defende que, apesar dos esforços de teorias feministas se utilizarem da psicanálise, a psicanálise seria uma teoria masculinista e que parte de pressupostos que oprimem as mulheres. Além disso, a pensadora apresenta que existem estudos contemporâneos sobre a cultura humana que demonstram que a família “edípica” não seria universal: “[...] A família edípica é um fantasma, uma construção imaginativa pela qual os homens deram sentido à sua vida e conceituaram suas relações com outros homens; Lacan apenas explicita a fragilidade desse fantasma.” (NYE, 1995, p. 192).

Vale notar também, que as teses propostas por Freud sobre a masculinidade e feminilidade parecem impactar ainda na visão tradicional de gênero, conforme apresentamos na seção 2.1. Foucault (2001), por exemplo, conforme detalharemos na próxima subseção, aponta a influência da psicanálise e da psiquiatria na criação das identidades sexuais normais e nas identidades sexuais anormais, patologizadas, tal como a identidade homossexual. De qualquer forma, seja para defendê-las ou criticá-las, as teses do complexo de Édipo ainda são discutidas nos estudos de gênero, especialmente em abordagens pós-estruturalistas e *queers*.

### 2.3.3 Teorias da terceira onda feminista: pós-estruturalismo e *Teoria Queer*

A terceira onda feminista, por sua vez, tem seu início por volta de 1980 e 1990 e carrega consigo uma inovação com relação às ondas anteriores: o discurso feminista passou a questionar o que seria a identidade da mulher amplamente defendida pelas teorias e práticas feministas. Conforme explica Martins (2015, p. 236), embora tenha havido distintas abordagens feministas durante as duas primeiras ondas do feminismo, dificultando a caracterização de um único feminismo, a busca dessas mulheres por direitos sociais e políticos fez com que a identidade social “mulher” fosse reforçada de maneira essencialista. Tendo esse problema em vista, pensadoras e pensadores da terceira onda feminista passaram a questionar a unidade “ser mulher” e “ser homem” (como também, muitas vezes, a unidade da



própria identidade pessoal) e a buscar argumentos que poderiam sustentar tais identidades de maneira não essencialista. Sobre isso, Donna Haraway ressalta:

[...] Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. (HARAWAY, 2009b, p. 47).

A resposta a essa crítica era a de que a identidade “mulher” não poderia ser unitária, mas sim categorizada pelos seus variados elementos constitutivos, tais como econômicos, políticos, étnicos, sexuais, religiosos, entre outros. Tendo isso em vista, Martins sintetiza a visão do ser mulher ao longo da história feminista: “Pode-se dizer que a história do sujeito do feminismo transita da construção para a desconstrução e, contemporaneamente, para a reconstrução, pautada na instabilidade.” (MARTINS, 2015, p. 238).

De maneira específica, Martins (2015) aponta que, durante essa terceira onda feminista, o discurso feminista passou a dividir estudiosos do tema. Por um lado, pensadoras e pensadores passaram a defender o efeito da essencialização do conceito de identidade da “mulher”, uma vez que somente assim as mulheres teriam acesso a direitos políticos e sociais. Por outro lado, houve pensadoras e pensadores que passaram a questionar tal visão essencializante, pois ela causaria prejuízos sociais ao reforçar o binarismo estrito de gênero.

O resultado dessa autocrítica do discurso feminista fez com que os estudos de gênero se ampliassem, abarcando investigações sobre o binarismo estrito, sobre a heterossexualidade compulsória, sobre as identidades transgressoras de gênero, dentre outras. Nesse sentido, as principais abordagens de gênero que nascem na contemporaneidade (ou, também conforme é referido, na pós-modernidade) são abordagens pós-estruturalistas ou, ao menos, com alguns elementos retirados dessas perspectivas. O pós-estruturalismo, conforme explicamos no Capítulo 1, seção 1.3, não é um movimento unívoco e, portanto, é de difícil caracterização. No entanto, de acordo com Santos e Carrieri (2016), explicamos as suas principais características e ressaltamos que tais abordagens apontam para a desconstrução da “identidade” como uma unidade centrada. No lugar da unidade da identidade, são defendidas as “identidades” (no plural) socioculturais parciais, contraditórias e também politizadas. Quanto ao cenário da politização das identidades socioculturais, destacamos a influência do neoliberalismo, conforme Almeida (2018), que passa a se opor aos movimentos de problematização do binarismo e aos movimentos que buscam igualdade identitária, contribuindo para os “jogos identitários” apontado por Hall (2006).

Peters (2000, p. 46) destaca que os estudos de gênero desse período são de vários tipos, tais como pós-coloniais, psicanalíticos (sobretudo do tipo lacaniano), foucaultianos e neo-foucaultianos, deleuzeanos e neo-deleuzeanos, derridianos e neo-derridianos, entre outros. Devido à amplitude dos estudos de gênero desse período, não será possível no presente trabalho, e nem é nosso objetivo, apresentar em detalhe essas distintas teorias. Por opção metodológica, optamos por analisar brevemente algumas das teses propostas por Foucault em *A História da Sexualidade*, uma vez que acreditamos que elas podem contribuir para o nosso estudo de identidade de gênero a partir da teoria sistêmica, especialmente no que se refere a questões relativas aos padrões socioculturais binários.

As teses de Foucault (2001) sobre a sexualidade tem como enfoque a construção discursiva das sexualidades durante os séculos XVII, XVIII, XIX e XX. De início, Foucault (2001) apresenta que no século XVII havia uma ampla repressão da sexualidade através de múltiplas censuras, o que fez com que o pensador se remetesse a esse período como momento de “mutismo”, isto é, de proibição dos discursos sobre a sexualidade. Foucault ressalta:

[...] Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. (FOUCAULT, 2001, p. 21).

Já nos séculos seguintes, por sua vez, Foucault (2001, p. 21) relata uma mudança: a sexualidade passou a se inserir em diversos tipos de discursos da vida humana, ocasionando o que ele chamou de “explosão discursiva” sobre a sexualidade. Isso significa que discursos de vários tipos se voltaram para a sexualidade, mesmo que, aparentemente, de maneira velada. Um exemplo destacado por Foucault (2001, p. 30) é o da ampla presença do discurso da sexualidade dentro do contexto escolar. Segundo o pensador, as escolas do século XVIII pretendiam passar uma imagem de neutralidade sobre a sexualidade, como se naquele contexto qualquer referência à sexualidade não existisse. No entanto, Foucault denuncia:

[...] O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 2001, p. 30).

Foucault (2001) analisa detalhadamente os efeitos discursivos da sexualidade e, com isso, aponta a prática da confissão (no contexto religioso do catolicismo) como um dos

marcos centrais desse momento. Com isso, Foucault (2001, p. 62) pretendeu dizer que a técnica da confissão, na doutrina católica, especialmente após o século XIX, se expandiu para outras áreas da vida humana, tais como a psiquiatria, a pedagogia, a medicina, entre outras, que passaram, através de seus discursos, a criar e a categorizar as mais variadas identidades sexuais. Assim, Foucault (2001, p. 57) defende haver dois procedimentos históricos que marcaram essa explosão discursiva da sexualidade, quais sejam, a expansão da técnica da confissão e a criação da discursividade científica sobre a sexualidade. Spargo detalha tal expansão, conforme segue: “[...] Contar pecado ao padre, descrever sintomas ao médico, submeter-se à cura pela fala: confessar pecados, confessar doenças, confessar crimes, confessar a verdade. E a verdade era sexual.” (SPARGO, 2017, p. 17). Spargo (2017, p. 17) esclarece que essa noção de verdade dentro da abordagem foucaultiana se refere aos discursos imperantes das sociedades humanas, que criam noções do que é verdadeiro e do que é falso.

Tais discursos sobre a sexualidade formariam um *dispositivo de sexualidade*, o qual Foucault descreve como: “[...] Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (1979, p. 224). Além disso, Foucault (1979, p. 224) ressalta que os elementos do dispositivo usualmente envolvem mudanças e estratégias distintas, além de serem situados na história, no sentido de responderem aos interesses superiores de uma época.

Foucault (2001, p. 99-100) detalha quatro alicerces na construção do dispositivo de sexualidade, conforme citamos. O primeiro foi a ocorrência da “histerilização do corpo da mulher” (FOUCAULT, 2001, p. 99). Aqui o filósofo destaca a ampla marginalização das mulheres a partir da atribuição de diversas patologias ancoradas, sobretudo, nos discursos médicos e psiquiátricos vigentes. O segundo seria a “pedagogização do sexo da criança” (FOUCAULT, 2001, p. 99). Aqui o pensador aponta que os discursos sobre traços de sexualidade infantil eram controlados pelos discursos familiares, médicos, pedagógicos, entre outros. O terceiro seria a “socialização das condutas de procriação” (FOUCAULT, 2001, p. 99), isto é, segundo Foucault, o surgimento de diversos discursos econômicos, políticos e médicos para o controle da procriação humana. Por fim, o quarto alicerce seria a “psiquiatrização do prazer perverso” (FOUCAULT, 2001, p. 100). Em relação ao qual o pensador explica como certas sexualidades foram normalizadas, ao passo que outras foram

patologizadas nos discursos, sobretudo do tipo psiquiátricos<sup>51</sup> (como é o caso da identidade sexual da pessoa homossexual).

Como consequência desse dispositivo, especialmente no fim do século XVIII e partir do século XIX, Foucault (2001, p. 38) defende terem surgido as mais diversas sexualidades, que passariam a ser controladas pelos discursos de saber e de poder imperantes. No que tange ao conceito de poder, vale destacar que Foucault o descreve da seguinte forma: “[...] O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (2001, p. 89). Nesse sentido, a visão proposta por Foucault é a de que a sexualidade é construída socialmente e envolve complexas relações entre conhecimento e relações de poder:

[...] A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 2001, p. 100).

Spargo (2017) ressalta que o pensador não renunciava aos aspectos biológicos do corpo sexual humano, mas apenas não pretendia destacá-los. Isso ocorreria porque: “[...] Ele estava mais interessado em como a ‘sexualidade’ funciona na sociedade do que em saber o que ela é.” (SPARGO, 2017, p. 16).

Em síntese, a abordagem de Foucault destaca a sexualidade como construída mediante discursos variados que envolveriam amplos poderes, especialmente chamados de biopoderes. De maneira geral, o biopoder seria um tipo de poder de controle e manutenção da vida humana em amplos níveis. O biopoder seria dividido em dois pólos, que são: o da disciplina, que envolveria as técnicas discursivas capazes de controlar o corpo humano, e o da regulação, que diz respeito aos movimentos de controle populacional humano (FOUCAULT, 2001, p. 131), como os presentes nos projetos de eugenia, por exemplo. Vale notar que a tese do biopoder não se resume ao dispositivo da sexualidade, no entanto ele seria um de seus aspectos mais relevantes (FOUCAULT, 2001, p. 132).

As teses de Michel Foucault sobre a sexualidade têm inspirado diversas teorias contemporâneas sobre a identidade gênero, sendo uma delas a popular Teoria *Queer*.

---

51 Cabe ressaltar que até hoje a psiquiatria é a área da medicina cuja cientificidade é das mais frágeis e sujeita à discricionariedade dos médicos, com consequências frequentemente desastrosas para seus “pacientes”. Basta lembrar que a patologização das identidades não binárias de gênero persiste até nossos dias, inclusive com a realização de procedimentos, chancelados pela psiquiatria e efetuados em centros cirúrgicos, que constituem mutilações irreversíveis em crianças em nome da “normalidade” de gênero.

Conforme explica Miskolci (2009, p. 150), a Teoria *Queer* é uma abordagem de estudos de gênero que nasceu nos Estados Unidos durante os anos 80. A palavra inglesa *queer* inicialmente possuía o significado pejorativo de “estranho”, “anormal”, comumente atribuído a pessoas homossexuais (MISKOLCI, 2009, p. 151). Assim, a utilização do termo *queer* como nome de sua teoria simbolizaria uma visão amplamente comprometida com o questionamento e com a ressignificação de conceitos e de visões marginalizadas de gênero. Na esteira dessa ressignificação, Spargo (2017) apresenta que o conceito de *queer* também passou a ser utilizado como uma identidade de gênero alternativa às identidades binárias.

De maneira geral, Spargo aponta que: “[...] A Teoria Queer não é um arcabouço conceitual ou metodológico único ou sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual.” (SPARGO, 2017, p. 13). Apesar disso, alguns temas são bastante frequentes nas abordagens *queers*, como é o caso das árduas críticas ao binarismo estrito de gênero e a heterossexualidade compulsória. Além disso, Miskolci (2009, p. 152) e Spargo (2017, p. 33) ressaltam que essas abordagens partem de um ponto em comum, qual seja, o da ideia de que a identidade da pessoa é descentralizada, conforme teses pós-estruturalistas (descritas no Capítulo 1 desta dissertação, especialmente na seção 1.3).

Spargo (2017, p. 18) apresenta que uma das principais teses de Foucault utilizada pela Teoria *Queer* seria a tese de que a homossexualidade é construída. Tal inspiração é notada nas teses de Judith Butler, uma das mais influentes pensadoras da Teoria *Queer*: Butler estende a noção de “criação” da sexualidade para as supostas identidades sexuais originais, isto é, as identidades heterossexuais masculinas e femininas coerentes com os seus símbolos socioculturais de gênero (SPARGO, 2017, p. 41). A seguir destacamos tal visão proposta por Butler de maneira mais detalhada.

Em oposição à *visão tradicional de gênero*, Butler (1993; 2002; 2017; 2018) propõe uma teoria da *performatividade de gênero*. Sua teoria, Butler (2018), foi construída com base e inspirada na teoria proposta por J. L. Austin sobre a performatividade dos atos de fala. Judith Butler explica o que seria a performatividade dos atos de fala: “Em primeiro lugar, ao que parece, a performatividade é um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de adicionar um conjunto de efeitos.” (BUTLER, 2018, p. 36). A performatividade nesse sentido implica que os atos de falas de uma pessoa derivam de múltiplos efeitos no campo prático da vida coletiva. Judith Butler (2018) exemplifica o que seriam as performatividades dos atos de fala: quando, na literatura judaico-cristã, Deus exige a criação da luz e assim ela é feita, essa geração emerge do ato de fala divino. Outro exemplo

é o de um chefe de Estado que *declara* guerra contra alguma outra nação e, a partir desse ato de fala, uma guerra é iniciada.

No caso da performatividade de gênero, Judith Butler (2018) compreende que os atos de fala sobre gênero geram os efeitos identitários que a *visão tradicional* considera como “naturais” e originários. Por exemplo, segundo tal visão, quando uma pessoa nasce, ela precisa se enquadrar em algum gênero, masculino ou feminino. Esse reforço do gênero no nascimento é feito também pelas instituições familiares, sociais e culturais. O gênero é um conceito tão importante socialmente, que, em alguns estados nacionais, como é o caso do Brasil, alguém adquire existência legal apenas quando possui um registro de nascimento com alguma designação sexual, masculina ou feminina. Nesse contexto da *visão tradicional de gênero*, a pessoa intersexual, cuja identidade sexual interna e/ou externa não se enquadra nos padrões de masculinidade e feminilidade, é forçada a se enquadrar em uma identidade sexual binária. Isso leva muitos médicos a modificarem aspectos do corpo da criança intersexual por meio de cirurgias e/ou tratamentos hormonais. Assim, a partir da atribuição de um gênero binário a uma criança, a família e a sociedade passam a diferenciá-la por elementos binários.

Assim, após a atribuição de um gênero no nascimento, Judith Butler (2018) aponta que as pessoas com identidades de gênero binárias são instruídas, condicionadas, a instanciarem diferentes tipos de comportamentos. Por exemplo, meninos são instruídos a realizarem brincadeiras de ação, aventura e raciocínio e a usarem roupas funcionais de acordo com o padrão masculino. Já as meninas são instruídas a realizarem brincadeiras que se relacionam com a vida doméstica e suas roupas devem estar de acordo com o padrão feminino estereotipado (o qual chega a promover, inclusive, a erotização das meninas, a exemplo do que ocorre com mulheres adultas). De maneira geral, o que Judith Butler (2018) está denunciando é que os meninos e as meninas, desde o nascimento, são inseridos na lógica da *metafísica da substância* que apresentamos na seção anterior. Isto é, inseridos no contexto da heteronormatividade: desde a infância as pessoas são conduzidas a incorporarem as normas “inteligíveis” de gênero.

Ademais, Judith Butler (1993; 2002; 2017; 2018) defende que a *performatividade* de gênero não pode ser confundida como mera *performance*, pois a repetição dos atos estigmatizados de gênero por *performatividade* são amplamente incorporados pelas pessoas e, assim, são compreendidos como derivados de uma “verdade original”. Em outros termos, isso significa que os efeitos das práticas performativas de gênero resultam, no caso dos gêneros “inteligíveis”, na crença de que a identidade masculina e feminina são identidades primárias e naturais. Assim, enquanto a “[...] heterossexualidade compulsória se define como o original, o

verdadeiro, o autêntico [...]” (BUTLER, 1993, p. 312, tradução nossa)<sup>52</sup>, as identidades binárias resultantes das interações socioculturais se colocam como necessárias e únicas. Como resultado dessa crença, as identidades de gênero transformativas, “não-inteligíveis” (e muitas vezes consideradas socialmente como abjetas) seriam vistas apenas como cópias mal produzidas, caricaturais, da masculinidade e da feminilidade. Segundo a pensadora, essas identidades de gênero contra-hegemônicas existem apenas como *sombras* dos gêneros conceituados como verdadeiramente reais e naturais, possivelmente numa alusão crítica ao mito da caverna, segundo a qual haveria uma essência ideal, imutável e eterna, reguladora de todos os entes existentes.

A teoria da performatividade tem suas implicações, conforme apresenta Judith Butler:

[...] O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. (BUTLER, 2017, p. 235).

Desse modo, na contramão da concepção substancialista/essencialista de gênero, Judith Butler defende que todas as identidades de gênero são resultantes de atos performativos que tem como base de sua construção as normas binárias da heteronormatividade compulsória. Segundo essa abordagem, não existiria alguma “essência original” de gênero, mas sim construções socioculturais de padrões de gênero os quais as pessoas incorporam desde o início de suas vidas.

Um exemplo de performatividade de gênero bastante frisado por Judith Butler (1993; 2017) é do das *drag queens*, que são artistas, frequentemente homens, que buscam performatizar artisticamente uma identidade com bastante traços de feminilidade. Assim, a *drag queen* usualmente é associada à imitação (*simulacro*, segundo a lógica essencialista) da mulher (gênero supostamente real e originário). No entanto, de acordo com a tese da performatividade, ao brincarem com a construção do gênero, por meio de utilização de adereços chamativos e incorporações de comportamentos exagerados, as *drag queens* mostrariam, segundo Judith Butler, que não apenas elas, mas todas as pessoas instanciam seu

---

52 “[...] Compulsory heterosexuality sets itself up as [...] the original, the true, the authentic [...]” (BUTLER, 1993, p. 312).

gênero por performatividade. Isto é, os efeitos das práticas *drag* evidenciam o caráter do gênero enquanto produção sociocultural. Judith Butler argumenta:

[...] Se isso for verdade, parece que não haveria um gênero original ou primário que a *drag* imita, mas o gênero seria um tipo de imitação sem um original; de fato, seria um tipo de imitação que produz a própria noção de original como um efeito e consequência da própria imitação. (1993, p. 313, tradução nossa)<sup>53</sup>.

Assim, o que se tem como originário no campo das identidades de gênero, nada mais seria do que “brincadeiras” de gênero, paródias repetidas e incorporadas constantemente por distintos meios. Os atos performáticos de gênero evidenciam que os elementos femininos e masculinos não são derivados diretamente de homens e de mulheres, mas de uma criação sociocultural (BUTLER, 1993, p. 312-313). Nesse sentido, as identidades de gênero “[...] como imitações que deslocam efetivamente o significado do original, imitam o próprio mito da originalidade.” (BUTLER, 2017, p. 238). Nesse sentido, Preciado elucida:

Para Butler, a performance da *drag queen* evidencia os mecanismos culturais que produzem a coerência da identidade heterossexual e que garantem a ligação entre sexo anatômico e gênero. Desse modo, é a performance da *drag queen* que permite a Butler concluir que a heterossexualidade é uma paródia de gênero sem original na qual as posições de gênero que acreditamos naturais (masculinas ou femininas) são resultados de imitações submetidas a regulações, repetições e sanções constantes. (PRECIADO, 2017, p. 91-92).

Nesse sentido, Judith Butler (2017, p. 237) demonstra também que as identidades LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), consideradas *queers*, também demonstram como o gênero não é uma substância/essência, mas sim constituído por atos performativos. Essas pessoas ao transgredirem os padrões de comportamento do gênero que devem imitar, demonstram como as normas socioculturais não estão associadas essencialmente a um gênero primário. Conforme Judith Butler a apresenta (2017, p. 238), a tese performatividade ressalta o caráter fluido dos padrões de identidade de gênero. Assim, defendemos que a tese da *performatividade* é de extrema importância para os estudos de gênero, pois revela a dinamicidade da construção sociocultural e linguística de traços identitários de gênero.

A tese da performatividade de gênero tem um outra consequência:

---

53 “[...] If this is true, it seems, there is no original or primary gender that drag imitates, but gender is a kind of imitation for which there is no original; in fact, it is a kind of imitation that produces the very notion of the original as an effect and consequence of the imitation itself.” (BUTLER, 1993, p. 313).



[...] E se o “eu” é um efeito de certa repetição, que produz a aparência de uma continuidade ou coerência, então não existiria um “eu” que precede o gênero que se diz que ele desempenha (*perform*); a repetição e a falência da repetição produzem uma série de *performances* que constituem e contestam a coerência do “eu”. (BUTLER, 1993, p. 311, tradução nossa)<sup>54</sup>.

Isto é, a partir da tese da *performatividade* de gênero, a concepção de identidade pessoal é deixada de lado, pois os elementos supostamente identitários também seriam assimilados como performativos. Assim, não haveria alguma identidade humana interna originária, mas sim padrões fruto de atos performativos (BUTLER, 2017, p. 239).

Nesse sentido, Judith Butler possui uma estratégia principal: refletir sobre os padrões de identidade de gênero e sexualidade, em uma tentativa de desconstruir as mais variadas criações utilizadas para promover violências de gênero. Tal abordagem se assemelha à ideia pós-moderna de identidades descentralizadas, em oposição à identidade cartesiana. No entanto, Preciado alerta:

[...] Se essa linha de análise foi extremamente produtiva, sobretudo na criação de estratégias políticas de autodenominação, bem como em operações de ressignificação e reapropriação da injúria *queer*, ela se torna problemática assim que completa o processo, já iniciado em *Problemas de Gênero*, de redução da identidade a um efeito do discurso, ignorando as formas de incorporação específica que caracterizam distintas inscrições performativas da identidade. (PRECIADO, 2017, p. 92).

Tendo esse alerta em vista, defendemos que traços socioculturais de gênero se constroem com influência da *performatividade*, sobretudo, como podemos ressaltar a partir da teoria sistêmica, no que tange à capacidade auto-organizativa da pessoa. No entanto, além de aspectos performativos e simbólicos em geral, também componentes dos processos identitários, consideramos que, em consonância a teses da abordagem da Cognição Incorporada, a corporeidade deve ser também focalizada quando se trata de processos de persistência/atualização da identidade de gênero. Judith Butler (1993; 2002; 2017; 2018) reconhece a relevância dos aspectos corporais da personalidade (como vimos, ela dirigiu críticas às feministas que tratam o sexo e o gênero a partir de teses dualistas), no entanto, sua opção metodológica é a de focalizar os traços identitários que dizem respeito à pragmática da linguagem. Isso significa que é mediante os discursos performativos que os traços corporais ganham significado social. Além disso, ressaltamos que o enfoque proposto por Judith Butler

54 “[...] And if the “I” is the effect of a certain repetition, one which produces the semblance of a continuity or coherence, then there is no “I” that precedes the gender that it is said to perform; the repetition, and the failure to repeat, produce a string of performances that constitute and contest the coherence of that “I.”” (BUTLER, 1993, p. 311).

foi extremamente necessário, a despeito de focalizar quase exclusivamente aspectos performativos socioculturais, uma vez que pessoas com identidades de gênero contra-hegemônicas usualmente sofrem violências, inclusive simbólicas, nos mais variados contextos sociais e culturais.

Tendo em vista as teses da *performatividade* e seus eventuais limites explanatórios, argumentamos a favor de uma abordagem sistêmica (naturalista e monista) da identidade de gênero que considere aspectos psicocorporais, sociais e culturais (artificialmente fragmentados pelas ontologias essencialistas) em sua unidade fundamental, a pessoa inserida em um contexto sociocultural com o qual mantém constantes interações. Por meio de tal abordagem, que considera as relações de co-dependência dos vários fatores identitários, dos fisiológicos aos socioculturais, acreditamos que seja possível a consideração dos atos performativos que influenciam traços identitários (envolvendo também elementos corporais) e a compreensão das normas “inteligíveis” de gênero que contribuem para os padrões de gênero da *visão tradicional*. Em virtude de que o corpo é considerado como complexo, dinâmico, situado em contextos socioculturais específicos e transformativo segundo nossa hipótese (H1), propomos também que a identidade de gênero seja analisada como tal, sendo composta, desse modo, por múltiplas camadas dinâmicas e atualizáveis por processos de auto-organização secundária.

## **2.4 IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DA TEORIA SISTÊMICA**

Na tentativa de compreender a identidade de gênero a partir de uma visão inclusiva, que abarque tanto aspectos de identidade de gênero socioculturais *performativos*, como também os aspectos corpóreos da pessoa numa perspectiva naturalista, propomos uma análise sistêmica para o tema. Para isso, buscaremos argumentar a favor de nossa hipótese (H1) de que a personalidade é complexa, dinâmica e relacional, performática e transformativa, especialmente por processos secundários de auto-organização. Considerando essa hipótese, a identidade de gênero poderia ser compreendida como um dos elementos identitários da pessoa, constituída por diversas propriedades emergentes integradas, acessíveis por vários níveis de análise, que envolvem tanto o corpo físico-químico-biológico, como também os aspectos socioculturais e ecológicos da pessoa. Se essa hipótese (H1) se mostrar adequada dentro da análise da identidade de gênero, será possível uma compreensão sistêmica e

naturalista da mesma, que considera a pessoa como composta por traços identitários de gênero não-lineares e relacionais com os contextos. Em especial, pretendemos ressaltar a pluralidade identitária como expressão da autonomia humana.

#### 2.4.1 Corpo e gênero enquanto redes complexas

Na presente seção desdobramos a nossa hipótese de investigação da identidade pessoal sistêmica, com enfoque no estudo de identidade de gênero. Assim, pretendemos refletir sobre as relações entre corpo e gênero dentro dos estudos de gênero contemporâneos, aprofundando a ideia de corpo enquanto rede complexa e dinâmica. Primeiramente apresentaremos as reflexões propostas por Donna Haraway (1992; 1995; 1997; 2009a; 2009b; 2018) e por Paul Preciado (2018) sobre as tecnologias corporais nas ciências do final do século XX e os seus impactos na atualidade. Diante de tais reflexões, analisaremos os possíveis pontos em comum e/ou divergências com a visão sistêmica que, conforme apontamos, compreende o corpo sob uma ótica naturalista sistêmica, em oposição a dualismos e essencialismos. Por fim, exploramos a temática da intersexualidade com Anne Fausto-Sterling (1993; 2002), de maneira a problematizar os discursos do binarismo estrito, bem como para ressaltar a concepção de pessoa, instanciadora de uma identidade dinâmica de gênero, como ampla rede complexa e sistêmica de propriedades emergentes das diferentes escalas que a constituem.

Donna Haraway é uma notável pensadora contemporânea dos estudos de gênero nas humanidades e nas ciências biológicas. Devido a sua formação em biologia e o seu amplo comprometimento com o estudo da história da ciência, Haraway usualmente fomenta importantes debates sobre o corpo e natureza, de maneira a problematizar os dualismos modernos, inclusive quanto a seus efeitos nas vidas das pessoas cujas identidades são marginalizadas socialmente.

Na esteira das epistemologias feministas da ciência, Haraway (2009a) também critica o conceito de objetividade científica. A epistemologia feminista defende que a prática da objetividade científica, na realidade, traria consigo, mesmo de modo velado ou não intencional, uma visão subjetiva, sendo usualmente a visão do homem branco ocidental (agente privilegiado historicamente, com maior acesso ao fazer científico) (HARAWAY, 2009a; 2009b). Keller (2006, p. 17-18) exemplifica a crítica feminista da objetividade ciência com o célebre exemplo da descrição dos processos de fertilização. Os primeiros modelos

descritivos dos processos de fertilização apresentavam tal processo aos moldes dos padrões de gênero socioculturais: o espermatozóide, masculino, é atrelado aos conceitos que remetem à mente (atividade), ao passo que o óvulo, feminino, é atrelado aos conceitos que remetem ao corpo (passividade). Keller (2006) aponta que estudos posteriores, realizados por cientistas mulheres, constataram que, na realidade, ambos se inter-relacionam não havendo efetivamente prevalência de um sobre outro ou a suposta passividade de um em contraposição à atividade do outro, como as descrições efetuadas por cientistas homens, falhas e tendenciosas, deram a entender por dezenas de anos. Souza ressalta que a ciência, supostamente objetiva, gerou tal visão e detalha: “[...] Em outras palavras, a visão unilateral (masculina) limitou o alcance da pesquisa científica.” (SOUZA, 2017, p. 167). Assim, podemos dizer que, de acordo com Keller (2006), os cientistas, sob a ótica da visão “masculinista”, adotaram explicações que remontam dualismos modernos e padrões de gênero socioculturais preconceituosos de gênero.

Nesse sentido, Haraway (2009a; 2009b) defende que a visão tradicional de objetividade na ciência seria, na realidade, ficcional, falsamente “desincorporada”. Como Silva explicita: “[...] Antes da formulação de um discurso sobre certo objeto, o próprio objeto é formulado cientificamente, delimitado por um discurso anterior” (SILVA, 2009, p. 67). Para Haraway (2009a, p. 22), as práticas derivadas da ciência com base na visão tradicional da objetividade teriam sérias implicações nas vidas humanas. Isto porque, se a visão hegemônica cria teses científicas aceitas socialmente como verdades e, ao mesmo tempo, que carrega consigo padrões socioculturais de gênero estereotipados, tais teses acabam por falar por todos a partir de uma visão parcial problemática. Haraway detalha a visão masculinista da seguinte forma: “[...] Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação.” (HARAWAY, 2009a, p. 18). Tendo isso em vista, Haraway (1992, p. 296) defende que, em certo sentido, os estudos científicos acabam por ser também estudos culturais: a suposta objetividade científica estaria, efetivamente, encobrindo concepções pré-científicas, preconceituosas, ou mesmo pseudo-científicas inspiradas em práticas e perspectivas masculinistas.

Além disso, possuir uma visão “desincorporada” seria o mesmo que falar de “lugar nenhum”: o cientista gera teses que possuem efeitos práticos sem, no entanto, assumirem a responsabilidade por seus desdobramentos e implicações (esses cientistas seriam irresponsáveis) (HARAWAY, 2009a, p. 22). Dado isso, Haraway argumenta que: “[...] Uma

visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças.” (HARAWAY, 2009b, p. 46).

Esse fazer científico problemático teria como âncora diversos dualismos da modernidade, tais como o de mente/corpo, natureza/cultura, realidade/aparência, ativo/passivo, macho/fêmea, entre outros, de maneira a privilegiar um dos pólos, em detrimento do outro (HARAWAY, 2009b, p. 90-92). O homem ocidental branco, nesse sentido, foi situado em local privilegiado nas dicotomias, atrelado à mente, à racionalidade, à atividade, ao comando, à excelência, entre outros, se constituindo assim como um *eu* modelo, em detrimento dos outros e frequentemente a sua custa. Haraway ressalta: “[...] Ser o Um é ser autônomo, ser poderoso, ser Deus; mas ser o Um é ser uma ilusão e, assim, estar envolvido numa dialética de apocalipse com o outro.” (HARAWAY, 2009b, p. 91). Em outras palavras, a experiência masculinista não viria livre de problemas, a despeito das vantagens que também propicia. Por exemplo, a natureza ilusória da alegada excelência masculina em atividades profissionais: tão ilusória é a suposta excelência masculina que ela apenas se efetiva por meio de práticas sistemáticas de exclusões de gênero, não apenas do feminino como de outros gêneros contra-hegemônicos.

As abordagens dicotômicas, conforme Silva resume, teriam se expandido na ciência a partir do final do século XX:

[...] A lógica mente/corpo e as hierarquias sociais derivadas dela são velhas na cultura ocidental, porém [...] suas formas biopolíticas específicas são fundadas nos discursos modernos em biologia e antropologia, disciplinas nas quais o funcionalismo emerge como a lógica reguladora dos discursos biopolíticos. (SILVA, 2009, p. 49).

Tendo em vista a sua preocupação com a marginalização de certas vidas “corroborada” pelo discurso científico, Donna Haraway usualmente se centra em estudos sobre discursos das ciências biológicas e as suas implicações na vida prática. Em especial, Haraway (1995) reflete sobre o contexto da biologia no final do século XX, contexto que a pensadora destaca como momento transformador das ciências. Em primeiro lugar, Haraway (1995, p. 73) ressalta que, posteriormente à primeira guerra mundial, surgiu na ciência a engenharia humana nos moldes da psicobiologia funcionalista, cuja principal característica era o estudo das funções dos organismos. Para analisar tal período da história da ciência, Haraway (1995) apresenta as teses de Yerkes, um dos símbolos dessa primeira fase da engenharia humana, uma vez que ele foi responsável por diversos estudos com primatas, os quais se estenderam para o entendimento da vida social humana (HARAWAY, 2009 p. 86).

De acordo com Yerkes, homens e mulheres, tal como ele observou em primatas, possuíam estruturas corporais semelhantes, porém, por se diferenciarem hormonalmente, dado seu sexo, teriam personalidades distintas (HARAWAY, 1995, p. 88). Haraway (1995, p. 92) descreve que a igualdade social surgiria apenas na aceitação das diferenças naturais entre os dois gêneros. Vale notar que esse tipo de ciência foi relevante por corroborar perspectivas sociais e ampliar o projeto dos sistemas capitalista e patriarcal da época (HARAWAY, 2009, p. 94). Silva ainda ressalta em relação ao mesmo tema que: “[...] fazer do sexo um problema científico, para Haraway, também fazia dele objeto de terapias médicas para todo tipo de “doenças” sexuais, incluindo a homossexualidade e os casamentos infelizes.” (SILVA, 2009, p. 56).

Já no período posterior à segunda guerra mundial, Haraway (1995, p. 73) descreve que a ciência, com especial enfoque na engenharia humana, teria se transformado em uma ciência cibernética, tecnológica. O enfoque passou a ser na sociobiologia, que se despreendeu das noções funcionalistas e deu lugar a estudos a partir da perspectiva de sistemas informacionais manipuláveis. Isto é, a ciência passou a ser entendida através da linguagem informacional, abarcando até mesmo os estudos dos corpos físico-químico-biológicos através da ótica dos códigos e das comunicações genéticas (HARAWAY, 2009b, p. 65). Haraway detalha:

A sociobiologia estuda duas classes fundamentais de sistemas: populações e sociedades, tanto em termos de limites de informação quanto de fluxo de energia. Informação e energia são as duas faces da mesma moeda, uma certeza que se tornou possível graças à termodinâmica e à ciência da informação. As populações são medidas em termos de limites de fluxo genético ao longo do tempo; os genes são as materializações da informação. A sociobiologia estuda as sociedades como áreas de comunicação e troca de informações.<sup>55</sup> (HARAWAY, 1995, p. 102, tradução nossa).

Nesse sentido, Haraway (2009b, p. 65) descreve que até mesmo o sistema imunológico é concebido pela ótica da codificação corporal, interferindo na vida prática das pessoas. Kunzru (2009, p. 30) apresenta que, dentro das teses de Haraway, as reflexões sobre o sistema imunológico exemplificam a “consciência de rede” dessa nova ciência: o “eu autônomo” é substituído pelo corpo em redes (HARAWAY, 1992, p. 322). Ademais,

---

55 “La sociobiología estudia dos clases fundamentales de sistemas: poblaciones y sociedades, ambos en términos de límites de información y de flujo de energía. La información y la energía son las dos caras de una misma moneda, una certeza hecha posible gracias a la termodinámica y a las ciencias de la información. Las poblaciones son medidas en términos de límites de flujo genético a través del tiempo; los genes son las materializaciones de la información. La sociobiología estudia a las sociedades como zonas de comunicación y de intercambio de información.” (HARAWAY, 1995, p. 102).

Haraway também detalha que os discursos da imunologia passam a trabalhar na delimitação das fronteiras da humanidade (normalidade), trabalhando teses que implicam ideias de “coerências corporais”, conforme Júnior detalha: “[...] A biologia como codificação [...] materializar-se-ia na inscrição corporal da AIDS em gays e usuários de drogas, “decodificada” no limite entre a poluição e ausência de fronteiras” (BUTURI JÚNIOR, 2009, p. 645).

Assim, Haraway aponta que os períodos de guerras e de avanço do capitalismo patriarcal teriam sido fomentadores do desenvolvimento científico, mas reforçando pseudo-dicotomias herdadas da modernidade clássica e estruturas biopolíticas (SILVA, 2009, p. 58). Quanto à psicobiologia e a sociobiologia, Silva detalha: “[...] ambas formas de engenharia argumentam a favor de um papel especial do cientista *expert* em desenhar (*designing*) a história (os sistemas) no nível humano.” (SILVA, 2009, p. 63). Todo esse processo na ciência teria afunilado os mecanismos de biopoder, gerando, de acordo com Haraway (1997; 2009b), o *tecnobiopoder*, sintetizado por Preciado como “[...] poder e controle exercido sobre um todo tecnovivo conectado” (2018, p. 47).

Nesse sentido, Haraway (1992; 1997) argumenta que no final do século XX a ciência ocidental, especialmente nos Estados Unidos da América, gerou o “ventre do monstro”. A ideia do “ventre do monstro” significa que tal período “gestou” um contexto de criação de conhecimentos universais, que privilegiaram os membros do gênero masculino heterossexuais como *eu* e as outras pessoas e o restante dos elementos do mundo como os *outros*, passíveis de serem a alteridade do indesejável, do disforme, do anormal, do caricato, da *monstruosidade*, protagonistas de “[...] eventos que escapam à lógica estrutural questionando a coerência da estrutura baseada na lógica dos pares de oposições binárias do pensamento ocidental.” (SILVA, 2009, p. 30-31)”. Haraway (1992, p. 333) também detalha que a ideia do conceito de monstro em sua abordagem é relevante, uma vez que na língua inglesa a palavra “monstro” e “demonstrar” compartilham da mesma raiz, indicando que as monstruosidades da ciência possuem significações sociais. Tendo isso em vista, Haraway identifica diversos aparatos informacionais (ou, como a pensadora também chama, “chifres” do monstro) pelos quais a ciência no “ventre do monstro” seria construída (SILVA, 2009, p. 60) e elenca quatro (HARAWAY, 1997, p. 12-13):

1. Aparatos de guerra. Haraway (1997, p. 12-13) argumenta que o desenvolvimento da ciência no final do século XX se aprofunda, dado os contextos das grandes guerras e das tensões e desenvolvimentos bélicos.

2. Aparatos do hipercapitalismo. Na esteira do desenvolvimento bélico, o capitalismo também se aperfeiçoa nesse contexto e afunila as suas técnicas de apropriação e de acumulação de capital sob a roupagem do neoliberalismo.

3. Aparatos de produção no meio ambiente referentes ao saber científico aplicado a contextos ecológicos que fomentam sua destruição (HARAWAY, 1997, p. 13, tradução nossa).

4. Aparatos de produção de consciência globalizada e extraterrestre (em um sentido irônico, remetendo aos estudos de astrofísica). Haraway (1997, p. 13) descreve que, com os avanços da ciência, da tecnologia e da globalização e com apoio dos avanços nas teorias de informação e comunicação e nas formas padronizadas de entretenimento, a humanidade se foca no desenvolvimento de conteúdos científicos e ficcionais globalizados massificadores.

Paul Preciado detalha a influência desse contexto de *technobiopoder* nos corpos humanos, exemplificando implicações das indústrias farmacêutica e pornográfica. Preciado (2018) aponta que, especialmente após a década de 1970, as sociedades humanas iniciaram um novo tipo de capitalismo, que causaria incorporações dos mais variados tipos:

[...] As mudanças no capitalismo que vamos testemunhar se caracterizarão não só pela transformação do “sexo”, do “gênero”, da “sexualidade”, da “identidade sexual” e do “prazer” em objetos de gestão de política da vida [...], mas também pelo fato de que esta gestão em si mesma será levada adiante por meio das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado, da mídia global e das biotecnologias. (PRECIADO, 2018, p. 27).

As técnicas do capitalismo tecnológico teriam como base os desenvolvimentos no contexto de guerra, também chamado de “laboratório” de estudos do corpo. Com o advento da nova fase do capitalismo citada pelo pensador, temos que: “[...] As técnicas necropolíticas da guerra progressivamente se tornarão indústrias biopolíticas para a produção e controle de subjetividades sexuais.” (PRECIADO, 2018, p. 27).

Preciado (2018, p. 28-29) detalha alguns acontecimentos marcantes desse período para a produção: em 1950 se intensifica o combate a homossexualidade (e, em conjunto, diversos estudos sobre a sexualidade); surgem estudos e produção de terapias hormonais pela indústria médico-farmacêutica; em 1957 John Money cria o conceito de “gênero”, em 1946 a primeira cirurgia de faloplastia no Reino Unido é feita e, em 1952, o tema da transexualidade chega à mídia; entre 1950 e 1960 o uso de hormônios era incentivado para a suposta cura da transexualidade (que na época era tratada como “transexualismo”) e, por fim, surge a pilula anticoncepcional, o que rompeu a ligação sexo/reprodução.



Esses impactos também foram notados no surgimento da pornografia como indústria (PRECIADO, 2018, p. 31-32): em 1953 surgiu a revista *Playboy* e, em 1959, a mansão Playboy (vista como utopia pelos homens estadunidenses); surgem também famosos filmes pornográficos, que foram amplamente vendidos (um exemplo dessas vendas é destacado por Preciado [2018, p. 31], com um filme que arrecadou 600 milhões em dólares); ademais, mais recentemente, a pornografia, com respaldo da indústria farmacêutica, gerou a indústria dos remédios estimulantes de *performance*, sobretudo para os homens.

Além disso, Preciado (2018, p. 32-33) descreve que experimentos testados durante guerras são apresentados para as populações, como foi o caso da realização de experimentos com eletrochoque e com psicotrópicos, cujo objetivo era o de “[...] identificar técnicas químicas capazes de modificar diretamente a subjetividade de prisioneiros, incidindo sobre os níveis de ansiedade, tontura, agitação, irritabilidade, excitação sexual ou medo” (PRECIADO, 2018, p. 32). Outro exemplo que Preciado (2018, p. 32-33) cita é a comercialização do analgésico de metadona (um opióide) e do sedativo de secobarbital (um barbitúrico). Preciado (2018, p. 34) destaca ainda que procedimentos cirúrgicos de reconstrução de pele feitos em soldados da primeira guerra mundial, passaram a se expandir para cirurgias voltadas para a estética.

Na esteira das teses de Haraway, Preciado ressalta que vivemos um período de sociedades humanas capitalistas com as seguintes características:

[...] Nossa economia mundial depende da produção e circulação interconectada de centenas de toneladas de esteróides sintéticos e órgãos, fluidos e células (tecnosangue, tecnoesperma, tecno-óvulo etc) tecnicamente modificados; dependente da elaboração e distribuição de novas variedades de psicotrópicos sintéticos legais e ilegais [...]; depende do fluxo de sinais e circuitos digitais da informação [...]. (PRECIADO, 2018, p. 36).

Ressaltando o desenvolvimento tecnológico da ciência, Haraway também detalha:

[...] Os estados modernos, as corporações multinacionais, o poder militar, os aparatos do estado de bem-estar, os sistemas de satélite, os processos políticos, a fabricação de nossas imaginações, os sistemas de controle do trabalho, as construções médicas de nossos corpos, a pornografia comercial, a divisão internacional do trabalho e o evangelismo religioso dependem, estreitamente, da eletrônica. (HARAWAY, 2009b, p. 66).

Considerando tal contexto na contemporaneidade, Donna Haraway ressalta que a ciência é *artefactual*, junção de realidades com ficções. Especialmente a natureza seria “[...]”

um *topos*, um lugar, no sentido de um lugar retórico ou tópico para consideração de temas comuns; a natureza é, estritamente, um lugar-comum.” (HARAWAY, 1992, p. 296, tradução nossa<sup>56</sup>). Nesse sentido, dada a dificuldade de pôr em prática a almejada objetividade científica, os discursos científicos criariam frequentemente visões de natureza aceitas socialmente como verdades no imaginário popular (SILVA, 2009, p. 56). Assim, até mesmo os corpos seriam como que construídos, tanto relacionalmente, dadas as diversas manipulações e inter-conexões com as biotecnológicas, quanto discursivamente, dadas as narrativas científicas (HARAWAY, 2018).

A proposta de Haraway (2009a) para combater a pseudo-cientificidade que acolhe preconceitos é a proposta de um fazer científico crítico e contextual, partindo de “saberes situados” que, em conjunto, compõem redes plurais de conhecimento. Arendt e Moraes detalham: “[...] O que significa esse adjetivo – situado? Indica de saída que não há conhecimento sem mediação, isto é, sem ser tecido num conjunto de relações, de conexões.” (ARENDR; MORAES, 2016, p. 18). Haraway também acrescenta que:

[...] saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". (HARAWAY, 2009a, p. 36).

Vale notar que, com isso, Haraway (2009a, p. 23-24) não pretende defender qualquer visão relativista e/ou negacionista das ciências. Segundo a pensadora, cairmos em relativismos seria, novamente, repetir erros tão presentes na ciência masculinista, que são as negações de responsabilidades e a ausência de pensamento crítico.

Ademais, Haraway apresenta tal ciência tecnológica problemática que ainda serviria para reforçar antigos dualismos, que deveriam ser alvo de crítica e de escrutínio a partir dos mais variados olhares. Haraway (2009b, p. 59-60) argumenta que no contexto de “informática da dominação” transitam os dualismos para uma visão tecnocientífica (HARAWAY, 2009b, p. 59-60) que devem, isso sim, ser problematizados. Destacamos algumas dessas transições, como: de organismo para componente biótico, profundidade e integridade para superfície e fronteira, pesquisa em biologia para práticas de biopoder, estudos de fisiologia para engenharia genética, eugenia para controle populacional, natureza e cultura para campos de diferença, mente para inteligência artificial, patriarcado capitalista branco para tecnologias

---

<sup>56</sup> “Nature is, however, a *topos*, a place, in the sense of a rhetorician's place or topic for consideration of common themes; nature is, strictly, a commonplace.” (HARAWAY, *promises of monsters*, p. 296)

informativos da dominação, entre outros (HARAWAY, 2009b, p. 59-60). Diante disso, Silva detalha:

[...] O trabalho de Haraway se coloca diante de uma contradição vivida na cultura ocidental no fim do século 20. Apesar de os caminhos traçados pela ciência provocarem uma série de rupturas nas fronteiras que organizam as tradicionais dicotomias do pensamento, o apelo à pureza, ao natural, permanece vivo na sociedade e na própria ciência, ainda alicerçando as mesmas hierarquias - avanços podem ser observados, mas nenhuma ruptura no projeto hegemônico está em curso. (SILVA, 2009, p. 77).

A partir de tal contradição, Haraway (2009, p. 35) propõe a (séria e, ao mesmo tempo, irônica) tese do *ciborgue*, que aponta que, ao final do século XX as fronteiras entre humanos e tecnologias foram borradas, dando lugar à pessoa híbrida chamada *ciborgue*. Haraway (2009, p. 36) argumenta que muitas vezes consideramos a existência de *ciborgues* apenas nas obras de ficção científica, sem nos atentarmos, no entanto, que a ciência contemporânea usualmente transforma tecnologicamente os corpos humanos em vários níveis. Como já destacamos, o corpo humano passou a ser visto como dispositivo composto por códigos manipuláveis (o “código” genético. HARAWAY, 2009, p. 36). Nesse sentido, o corpo “*ciborguiano*” seria um sistema “tecnovivo”, como destaca Paul Preciado (2018, p. 47).

Kunzru, por sua vez, detalha (2009, p. 26-27) que a tese do humano enquanto *ciborgue* pretende ressaltar que o ser humano, nessa intrínseca relação com as tecnologias no contexto do biotecnopoder, constrói a si mesmo e rompe com a ideia de um *eu* solipsista. Kunzru detalha:

As redes também estão dentro de nós. Nossos corpos, nutridos pelos produtos da grande indústria de produção de alimentos, mantidos em forma sadia – ou doentia – pelas drogas farmacêuticas e alterados pelos procedimentos médicos, não são tão naturais quanto a empresa Body Shop quer nos fazer crer. A verdade é que estamos construindo a nós próprios, exatamente da mesma forma que construímos circuitos integrados ou sistemas políticos – e isso traz algumas responsabilidades. (2009, p. 24).

Em especial, Haraway (2009b, p. 40) apresenta que o *ciborgue* surge após o rompimento de três fronteiras principais nas ciências, que borram as fronteiras do que é um corpo. O primeiro, situado no século XX, seria o rompimento das fronteiras entre seres humanos e outros animais: abordagens nas quais os seres humanos eram entendidos como hierarquicamente superiores a outros animais foram superadas (HARAWAY, 2009b, p. 40-41), embora ainda haja preconceitos, especialmente de cunho religioso, que negam as teses evolucionistas em que a suposta superioridade humana se fundamenta.

O segundo rompimento seria entre as fronteiras dos seres humanos e as máquinas. Aqui Haraway (2009b, p. 41-42) apresenta que, também no século XX, dado o avanço do *tecnobiopoder*, o natural e o artificial tornam-se conceitos nebulosos.

Por fim, o terceiro rompimento seria entre os conceitos de físico e de não-físico, dado estudos contemporâneos na área de física (HARAWAY, 2009b, 43) e os fenômenos que estão associados, por exemplo, à “realidade” virtual.

As teses da abordagem situada e incorporada da cognição e da tese do *ciborgue* implicam que as pessoas podem (e devem) se apropriar dos conhecimentos científicos e, assim, se transformarem (com responsabilidade e criticidade) e deixarem as suas posições socioculturais marginalizantes. Nesse sentido, o corpo é entendido como uma rede, a partir de heranças bélicas e preconceituosas, porém que podem ser ressignificadas pelo movimento ciborgue, que considera a parcialidade do conhecimento, as redes próprias dos membros de comunidades científicas e a criticidade que tais comunidades podem adotar em sua relação com o tecnobiopoder.

A partir das teses de Haraway, especialmente a tese do *ciborgue*, poderíamos falar de persistência identitária ao longo do tempo? A pensadora argumenta que as fronteiras do *eu* solipsista estariam rompidas dando lugar a coalizões. Haraway explica:

[...] Prefiro a imagem de uma rede ideológica – o que sugere uma profusão de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político. A ideia de “rede” evoca tanto uma prática feminista quanto uma estratégia empresarial multinacional – tecer é uma atividade para *ciborgues* opositoristas. (HARAWAY, 2009b, p. 76).

Nesse sentido, entendemos que a proposta de Haraway se assemelha à proposta que pretendemos defender de identidades em redes feitas em camadas, englobando os diversos contextos da pessoa. Considerando o que a pensadora defende, concordamos com ela quanto às concepções de identidades unívocas, universais e naturalmente determinadas serem altamente problemáticas. Com as teses de Haraway, conforme vimos, as dicotomias fundamentais das teses identitárias essencialistas poderiam ser dissolvidas, reconhecendo a possibilidade da personalidade ser concebida como componente de uma rede contextual em contato com outras redes, isto é, outras pessoas ou contextos socioculturais e ecológicos.

Apesar de possíveis incoerências e/ou problemas no vocabulário identitário, argumentamos em favor da preservação das noções de identidade e de personalidade, uma vez que ter uma identidade pessoal e ser uma pessoa implica diretamente questões de responsabilidade moral da pessoa, bem como na atribuição de direitos e deveres sociais.

Aceitar a não-linearidade das múltiplas propriedades identitárias da pessoa é aceitar que não possuímos uma identidade fixa e sujeita à lógica da transitividade, mas sim uma identidade transformativa da pessoa, que possui distintos graus de autonomia.

As teses de Haraway evidenciam que os grupos identitários marginalizados socialmente precisam ser considerados como agentes mediante a apropriação dos conhecimentos científicos. Com tais teses, Haraway nos apresenta um modo de fazer ciência responsável, colaborativo, em rede, e que pode abarcar/incluir pluralidades identitárias marginalizadas pelo discurso científico.

Para desenvolver ainda mais a nossa hipótese, no campo da biologia temos também importantes contribuições expostas por Anne Fausto-Sterling (1993; 2002), que detalham, a partir de um fazer científico responsável, como os corpos humanos não se reduzem ao binarismo estrito. Em *The Five Sexes: Why Male and Female are not Enough*, publicado em 1993, a pensadora argumenta que a identidade de gênero não pode se resumir apenas em “homens” e “mulheres”, uma vez que há diversos estudos científicos que explicitam pelo menos mais três tipos de identidades intersexuais. Tais identidades seriam *hermes*, *mermes* e *fermes*. *Hermes* configura a pessoa cuja identidade intersexual possui tanto testículos como ovários, *mermes* é a pessoa intersexual cuja formação sexual possui testículos, aspectos genitais considerados femininos, só que sem a posse de ovários e, por fim, *fermes*, cuja identidade sexual se desdobra em ovários e aspectos genitais considerados masculinos, sem, no entanto, haver posse de testículos (FAUSTO-STERLING, 1993, p. 2-3)

Em *Dualismos em Duelo*, Anne Fausto-Sterling (2002) argumenta que o conceito de sexo é mais complexo do que aparenta ser. A pensadora exemplifica essa asserção contando o caso da atleta Maria Patiño, que em 1988 foi impedida de competir nas Olimpíadas, pois descobriu ser intersexual. Maria Patiño possuía o cromossomo Y (considerado masculino), e, por isso, não possuía ovários e útero como usualmente era comum nas mulheres. Além disso, a atleta possuía uma genitália com traços masculinos e femininos conjuntamente. Como resultado dessa descoberta, Maria Patiño foi marginalizada tanto no contexto desportivo, como no contexto sociocultural e privado.

As pessoas intersexuais excedem as barreiras binárias de gênero e evidenciam a dinamicidade e complexidade da identidade psicobiosociocultural de gênero. No entanto, os contextos socioculturais costumam tratar a intersexualidade como anomalia. Desse modo, desde o nascimento de uma criança intersexual os processos de “normalização” de gênero binário são praticados pela medicina (muitas vezes por meio de procedimentos cirúrgicos irreversíveis, como apontamos). Os processos de “normalização” de gênero na infância, além

de problemáticos (porque são frutos da ideia de não aceitação da estrutura corporal da pessoa intersexual), não permitem nem ao menos que a pessoa tenha um grau mínimo de autonomia para decidir por si só se quer, ou não, alterar seu corpo. Anne Fausto-Sterling (1993) aponta que os processos de “normalização” de gênero em pessoas intersexuais ocorrem sob a justificativa de poderem diminuir o sofrimento futuro dessas pessoas, uma vez que se supõe que elas terão que lidar com problemas psicológicos e/ou sociais gerados da não aceitação coletiva de suas características corporais. No entanto, Anne Fausto-Sterling (1993) critica: o argumento do sofrimento se aplica a quem? Isto é, uma vez que a intersexualidade é uma organização sexual natural, não estaria sendo evitado, na verdade, o sofrimento da família, do corpo médico e/ou da sociedade, ao ver uma identidade que não se enquadra nos padrões do *status quo*?

Nesse sentido, Anne Fausto-Sterling (1993, p. 24) também questiona: “[...] por que deveríamos nos importar se há pessoas cujo material biológico lhes permite ter ‘naturalmente’ tanto o sexo masculino como o feminino? As respostas parecem residir numa necessidade cultural de manter a distinção clara entre os sexos.”. Anne Fausto-Sterling (1993, p. 24) argumenta que essa “normalização” forçada e arbitrária de adequação dos corpos intersexuais ao binarismo de gênero ocorre por questões de controle. Se as normas tradicionais de gênero ditam que as identidades de gênero se resumem ao masculino e ao feminino, a intersexualidade surge como uma anomalia, um empecilho categorial. Dessa maneira, os processos hetero-organizativos de binarização do corpo intersexual funcionam também para a manutenção das normas “inteligíveis”, conforme vimos nas seções anteriores (BUTLER, 2017).

Além disso, Anne Fausto-Sterling (1993, p. 24) argumenta que para a *visão tradicional de gênero*, a pessoa intersexual é reprimida porque, uma vez que possui uma identidade sexual externa com traços masculinos e femininos conjuntamente, essa pessoa pode ser associada a comportamentos homossexuais ao se relacionar afetivamente e/ou sexualmente com quaisquer dos gêneros binários. Mais uma vez, os estudos de Judith Butler (1993; 2017) se mostram adequados ao apontarem a influência da heteronormatividade compulsória para a construção sociocultural da identidade de gênero.

Conforme apontamos a partir das teses de Butler (2017), Anne Fausto-Sterling (2002) também critica a dicotomia entre sexo/gênero que foi amplamente difundida por teorias feministas. Se, por um lado, essa distinção permitiu a emergência de respostas a problemas sociais, políticos e econômicos, por outro, ela abriu espaço para esforços, tanto sociais como científicos, de justificação da suposta natureza binária de gênero, o que contribuiu para a

marginalização de pessoas intersexuais e pertencentes a gêneros contra-hegemônicos. Isto é, a dicotomia sexo/gênero colaborou epistemicamente com teses da *visão tradicional de gênero*, pois se os sexos masculino e feminino, considerados originais/naturais a partir das normas “inteligíveis” de gênero, não seriam alteráveis (uma vez que apenas o gênero, que é construído socioculturalmente, seria passível de ressignificações), os esforços coletivos dos defensores da *visão tradicional* culminaram em inúmeras tentativas de uniformização (e até mesmo de construção) de uma natureza sexual binária em corpos não-binários.

Nesse sentido, Anne Fausto-Sterling problematiza a noção de sexo:

[...] O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe o isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 15).

Isso significa que o que se preza como “natural” a partir da *visão tradicional de gênero* é, na verdade, tem como base normas construídas socioculturalmente. Assim, se a complexidade do corpo desafia a *visão tradicional*, os meios possíveis de padronizar o corpo (especialmente pela medicina) se mostram essenciais para a manutenção do *status quo*. Em especial, a partir da visão sistêmica propomos o entendimento do corpo que compreenda processos culturais como continuidade de processos naturais, em oposição às dicotomias modernas que estabelecem uma ruptura artificial entre a natureza e a cultura.

#### 2.4.2 Padrões de gênero e os parâmetros socioculturais de ordem e de controle

A partir da *visão tradicional de gênero*, podemos observar que existem muitos esforços sociais para a normatização dos processos corporais complexos da pessoa e para a aceitação do binarismo estrito. Esses esforços podem ser entendidos a partir da teoria sistêmica, sobretudo com base nas noções de *parâmetros de ordem* e de *parâmetros de controle*. Conforme apontamos na seção sobre identidade pessoal sistêmica, os *parâmetros de ordem* surgem de relações entre os elementos do sistema com intuito de gerar um padrão de nível coletivo. Quando um *parâmetro de ordem* emerge, por meio da causalidade circular, ele acaba retroalimentando o comportamento e a identidade das partes do sistema (que nesse caso são as *pessoas*). Vimos também que os *parâmetros de ordem* podem possuir *parâmetros de*

*controle*, que são *parâmetros* de nível micro que atuam como forças no sistema, podendo estar de acordo, ou não, com os *parâmetros de ordem* estabelecidos. Quando múltiplos *parâmetros de controle* compõem um *parâmetro de ordem*, o sistema se torna hierárquico. Acreditamos que essas duas noções são importantes para a análise dos traços identitários de gênero, sobretudo no que tange à normatização do binarismo sociocultural e biológico de gênero. Nesse sentido, acreditamos que, a partir da *visão tradicional*, os parâmetros de gênero estabelecidos parecem formar sistemas hierárquicos, com regras pré-estabelecidas, as quais possibilitam, em muitos contextos, baixos graus de autonomia para ressignificação identitária. Consideramos essa ideia porque a *visão tradicional de gênero* marginaliza a pessoa cuja identidade é ressignificada em traços que extrapolem o binarismo. Defendemos que a pessoa tem a capacidade auto-organizativa de ressignificar traços de gênero, mesmo em contextos opressivos, podendo atuar como uma força no sistema com intuito de influenciar mudanças nos *parâmetros de ordem* estabelecidos.

Como destacamos, Paul Preciado aponta em sua obra *Testo Junkie* algumas forças controladoras que influenciaram o reforço de padrões de gênero binários, no contexto pós-guerra fria. Segundo o pensador (2018, p. 42), o capitalismo contemporâneo possui três pilares principais que influenciam a construção dos padrões de gênero. Eles são a indústria da guerra, a indústria farmacológica e a indústria pornográfica. Por meio da indústria da guerra, no contexto pós-guerra fria de grandes avanços tecnológicos, as indústrias farmacológica e pornográfica tiveram seu grande desenvolvimento. Conforme vimos, Paul Preciado (2018) argumenta que a indústria farmacêutica reforçou a criação da suposta “natureza” de gênero binária, uma vez que os procedimentos estéticos-cirúrgicos e hormonais passaram a ser usuais para homens e mulheres que precisavam “reforçar” e/ou “arrumar” alguns de seus traços binários “naturais”. Já a indústria pornográfica estaria ligada a necessidade farmacológica estabelecida de “arrumar a natureza” do gênero, uma vez que os produtos dessa indústria passaram a ser consumidos massivamente e, conseqüentemente, pré-estabeleceu estereótipos ideais (a rigor inalcançáveis) de corpos masculinos e femininos e comportamentais de virilidade para homens e passividade para mulheres. Os padrões estéticos e de conduta fixados e reforçados pela indústria pornográfica encontraram apoio na indústria farmacológica, que possibilitou o suposto “melhoramento” de traços socioculturais de que, segundo a *visão tradicional*, são “naturais”.

Acreditamos que a influência das indústrias farmacêutica e pornográfica para a criação de estereótipos de gênero pode ser compreendida como *parâmetros de ordem* que direcionam e/ou reforçam a construção de traços identitários das pessoas. O sistema médico/farmacêutico



e o sistema pornográfico atuam como *parâmetros de ordem* sociais emergidos hierarquicamente por múltiplos *parâmetros de controle* que, por sua vez, passam a conduzir o comportamento coletivo das pessoas, fazendo com que elas incorporem frequentemente determinados traços identitários binários estilizados. Acreditamos que esses *parâmetros de ordem* são hierárquicos, pois, como argumentam Foucault (2001), Preciado (2018) e Haraway (1995), forças coercitivas ligadas a poderes sociais, econômicos e políticos conduziram ao longo da história à criação de normas sociais de gênero.

Nesse sentido, outros *parâmetros de ordem* socioculturais podem ser citados como influentes para a construção da identidade de gênero. Esses, por sua vez, são interligados a outros parâmetros, de maneira a formar a complexa rede psico/bio/social/cultural humana que produz traços identitários. Apresentaremos alguns *parâmetros de ordem*, que consideramos principais nas sociedades contemporâneas:

a. Sistema capitalista. Conforme já descrevemos em outras passagens do presente trabalho, especialmente com Preciado (2018) e Haraway (1992; 1995; 1997; 2009a; 2009b; 2018), os sistemas capitalistas influenciam os padrões de gênero e hiper-valorizando os padrões masculinistas, inclusive ao promoverem ou financiarem discursos científicos específicos, em detrimento de outros, corroborando na construção de narrativas “monstruosas” (no vocabulário de Haraway). Curiosamente, vivemos também em um momento no qual a diversidade de gênero se encontra presente na lógica capitalista, mas apenas enquanto oportunidade de negócios. No entanto, acreditamos que, embora em certos contextos capitalistas se mostrem “amigáveis” com a agenda da diversidade (podendo, realmente, incentivar diversas reflexões pessoais), seja importante notar que o objetivo, no fim, possa ser apenas o de reforçar a lógica do capital.

b. Sistemas das línguas naturais. As teses de Judith Butler (2018) destacadas no presente trabalho demonstram como as línguas naturais são capazes de criar e de reproduzir padrões preconceituosos de gênero. Reforçamos o entendimento delas como *parâmetros de ordem*. O sexismo linguístico é amplamente discutido pelas pensadoras feministas, sobretudo pós-estruturalistas, conforme apresenta Nye (1995). O próprio conceito de “homem” como sinônimo de “ser humano” e “humanidade” em muitas línguas naturais é um grande exemplo deste sexismo (NYE, 1995, p. 209). Baptista (1999), por sua vez, argumenta que os discursos preconceituosos de gênero, sobretudo aqueles fomentados por instituições, atuam como “amoladores” de “facas” que, posteriormente, violentam pessoas. Isto é, os significados preconceituosos presentes nas línguas naturais, por mais que em alguns momentos tenham um

caráter inocente de preconceito isolado, na realidade, seriam fundamentais para a manutenção e a perpetuação da violência estrutural de gênero.

c. Sistema religioso. A religião pode atuar como um *parâmetro de ordem* condutor de comportamentos/traços de gênero. Sociedades nas quais os dogmas religiosos têm forte influência no comportamento coletivo, sobretudo com amparo político-ideológico, mais *parâmetros de ordem* passam a conduzir a identidade de gênero. Um exemplo é citado por Campana e Miskolci (2017) sobre a ideia que tem se disseminado em sociedades contemporâneas de que os estudos de gênero, sobretudo da *teoria queer*, seriam, na verdade, uma “ideologia de gênero” contra a moralidade fundada em valores religiosos e familiares. Esse conceito, conforme apresentam Campana e Miskolci (2017), surge dentro da igreja católica em uma crítica aos movimentos feministas anti-essencialistas. O conceito de “ideologia de gênero” ganhou ampla aceitação na América Latina e atualmente tem sido utilizado para mobilizar debates de todo tipo, sobretudo políticos. Além de trazer desinformações, os defensores da existência de uma suposta “ideologia de gênero” têm possibilitado a emergência de movimentos preconceituosos (sobretudo com respaldo das redes sociais), o que contribui para a violência de pessoas com identidade de gênero transformativas. Até mesmo Judith Butler foi alvo do delirante movimento anti-ideologia de gênero ao visitar o Brasil em 2017 para ministrar uma palestra no SESC. Manifestantes que se posicionavam contra a pensadora carregavam cartazes ofensivos e mentirosos sobre como Judith Butler contribui para o desmonte dos moldes tradicionais e naturais do gênero e da família (desmonte, aliás, que consideramos essencial, inclusive para combater a violência de gênero).

d. Sistema político. O sistema político, quando ligado a movimentos dogmáticos e fundamentalistas, contribui para a criação de políticas públicas que prezam pelo binarismo em detrimento da diversidade de gênero. Novamente aqui o exemplo da “Ideologia de Gênero” pode ser frizado: com o crescente avanço desse conceito, forças políticas têm tentado coagir avanços a favor da diversidade de gênero, atacando, sobretudo, iniciativas inclusivas no sistema educacional por supostamente irem contra os padrões morais de gênero e da família.

e. Sistema educacional. O sistema educacional também pode ser entendido como *parâmetro de ordem* de gênero. Conforme nota Sylvia M. G. Amorim (2018), as escolas não são preparadas para lidar com a diversidade sexual e de gênero, permanecendo reduzidas ao ensino de biologia sexual estritamente binária. Nesse sentido, o ambiente educacional, que deveria ser de diversidade e autonomia, é cerceado pelas normas tradicionais de gênero.

Conforme Sylvia M. G. Amorim, a heterossexualidade compulsória é bastante presente no sistema educacional no Brasil:

[...] Atitudes de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda sexualidade que não seja a heterossexual se expressam de forma sistêmica na escola, o que faz com que esses alunos [quais sejam, com sexualidade homoafetiva] muitas vezes não consigam avançar nos estudos formais. (2018, p. 15).

Isso acarreta e/ou contribui para a marginalização de pessoas com identidades de gênero transformativas.

f. Sistema de entretenimento. O sistema do entretenimento também pode ser citado como um *parâmetro de ordem* que conduz a padrões de gênero. Filmes, novelas, seriados, músicas, entre outros, inseridos na lógica do binarismo da *visão tradicional de gênero*, muitas vezes acabam por reproduzir estereótipos preconceituosos de gênero, o que pode conduzir o comportamento coletivo dos expectadores/consumidores. Levando em conta o consumismo exacerbado e acrítico em sociedades capitalistas, o sistema do entretenimento pode reforçar muito as normas tradicionais de gênero, gerando, novamente, padrões irreais de masculinidade e feminilidade.

g. Sistema de moda/vestimenta. Os padrões de vestimenta podem ser compreendidos a partir dos *parâmetros de ordem*, uma vez que, conforme já apontamos, espera-se que homens e mulheres obedeçam regras de vestimenta socialmente cristalizadas. O sistema da moda/vestimenta é amplamente binário e de difícil escapatória: para ser aceita socialmente, a pessoa precisa, na maior parte dos contextos, se vestir de acordo com as roupas determinadas para seu gênero. Isto é, um homem, por exemplo, dificilmente poderá usar em contextos formais ou profissionais convencionais saias ou vestidos por serem roupas exclusivamente ligadas a padrões femininos, e vice-versa quanto aos padrões masculinos de vestimenta para as mulheres.

h. Sistema familiar. A família, tão defendida nos discursos fundamentalistas e dogmáticos, pode ser considerada um dos *parâmetros de ordem* que mantém a *visão tradicional de gênero*. Dentro do contexto familiar, com respaldo de outros *parâmetros de controle*, especialmente os religiosos, as pessoas em geral são conduzidas, por regras pré-estabelecidas, a se enquadrarem nos papéis de gênero considerados adequados ao seu gênero propriamente dito. Meninas e meninos educados por famílias heteronormativas recebem tratamento diferenciado, a partir de imposições de normas distintas. Até mesmo a diversão na infância é geralmente cerceada pelas normas binárias, o que direciona brinquedos e

brincadeiras como exclusivos de cada gênero (por exemplo, brincar com boneca é coisa exclusiva da menina e soltar pipa é algo exclusivo do menino). Ademais, é comum que, nesse contexto familiar, não haja a aceitação da diversidade sexual e de gênero. Pessoas cuja identidade sexual e/ou de gênero não se adequam às normas, são marginalizadas e/ou abandonadas.

A despeito dos muitos *parâmetros de ordem* e de *controle* sociais/culturais que atuam como forças condutoras de comportamentos binários de gênero, argumentamos que a pessoa tem diferentes graus de autonomia, ou capacidade auto-organizativa, para abandonar, alterar e/ou atualizar traços de gênero. Por mais que a autonomia da pessoa por vezes se encontre limitada por forças pré-estabelecidas hetero-organizativamente, consideramos que os sistemas sociais, tal como as pessoas, são dinâmicos e transformativos. Muitos dos *parâmetros* de gênero ao longo do tempo se atualizaram, mesmo de dentro da lógica da *visão tradicional de gênero*. As pessoas que resistem e ousam ressignificar a identidade de gênero atuam como forças que se opõem aos *parâmetros de ordem* de gênero. Essas identidades transformativas podem causar mudanças no sistema, rumo a atualizações e/ou ao seu desmantelamento. Talvez o medo da segunda opção contribua para os ataques às identidades transformativas. Judith Butler, em uma entrevista à revista *Carta Capital*, apresenta uma análise sobre esse ponto de vista:

Talvez “gênero” seja uma palavra que nomeia a circunstância de mudança nas normas sociais. O ataque ao “gênero” provavelmente emerge do medo a respeito de mudanças na família, no papel da mulher, na questão do aborto e das tecnologias para reprodução, direitos LGBTs e casamento homoafetivo. Para aqueles que acreditam que “homens” e “mulheres” são naturalmente dotados de traços que os levam necessariamente a participar de um casamento heterossexual e da formação de uma família, é desconcertante e, talvez, assustador perceber que algumas pessoas designadas ao nascer para as categorias “masculina” ou “feminina” não desejem permanecer naquela categoria, ou que algumas mulheres não queiram ter filhos ou que algumas famílias sejam formadas por gays. (BUTLER, 2017b. Não paginado.).

Ainda sob inspiração em teses de Judith Butler, consideramos que os *parâmetros de ordem* de gênero são possíveis também por meio de atos performativos, que influenciam a construção da identidade de gênero. Defendemos o forte papel da linguagem, conforme argumenta a pensadora, sem, no entanto, definir toda a identidade de gênero inteiramente a partir dela. Isto é, defendemos que realmente a linguagem atua como fator fundamental para a *visão tradicional de gênero*, contribuindo para a criação dos efeitos identitários da natureza ideal de gênero. As teses de Anne Fausto-Sterling ressaltam isso a partir da apresentação do

tratamento das pessoas intersexuais nas sociedades contemporâneas. No entanto, como defendemos em uma abordagem naturalista/sistêmica, o corpo é considerado como conjunto complexo que por si mesmo possui diversas camadas integradas que se atualizam por auto e hetero-organização.

Assim, em síntese, argumentamos que a pessoa possui graus de autonomia para atualizar sua identidade de gênero de vários modos, inclusive a partir da transgressão de atos performativos sociais/culturais inspirados no binarismo de gênero. Argumentamos também que a pessoa é uma rede psicobiosociocultural complexa, integrada e situada em contextos, que não se resume também ao binarismo estrito. Ademais, argumentamos a favor da pluralidade identitária de gênero e contra a marginalização das identidades transformativas, tais como das identidades intersexuais, transexuais e não-binárias.

Nesse sentido, conforme notado por Hasselager e Gonzalez (2002), defendemos que novos *parâmetros de controle* podem surgir, inclusive para atualizar os *parâmetros de ordem* problemáticos/hierárquicos/estereotipados/heteronormalizadores de gênero. Assim, se, por um lado, forças controladoras das políticas de gênero podem estar aumentando, por outro, movimentos sociais que lutam pela diversidade social de gênero podem estar, simultaneamente, criando novos *parâmetros de controle* que influenciem eficazmente os *parâmetros de ordem* sociais/culturais de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No **Capítulo 1** apresentamos uma análise do problema filosófico da identidade pessoal, sobretudo a partir da questão da persistência identitária e da pessoalidade. Na seção 1.1 expusemos as principais visões de identidade pessoal existentes: visão simples, ou não-reducionista, e visão complexa, ou reducionista. A visão simples, ou não-reducionista, se divide em abordagens metafísicas místicas (o corpo é completamente desconsiderado) e fracamente redutíveis (o corpo é reconhecido, mas sem possuir funções identitárias). Ambas abordagens consideram a identidade pessoal enquanto “fator adicional” mental e imaterial. Como exemplo dessa visão, apresentamos a tese ontológica cartesiana do *eu pensante*. De acordo com ela, o *eu* seria uma mente imaterial que anima o um corpo material. Conforme apontamos, a visão simples costuma ser alvo de objeções, sobretudo por conta de seu dualismo ontológico que, além de não permitir que a identidade pessoal seja explicada por processos físicos, também desconsidera os múltiplos papéis socioculturais do corpo físico-químico-biológico da pessoa.

A visão complexa, ou reducionista, é dividida entre abordagens psicológicas e fisiológicas. Em geral, abordagens psicológicas acabam por supervalorizar o cérebro e/ou suas funções e, sobretudo, costumam considerar a memória como elemento fundamental para a identidade pessoal. Como exemplo dessa abordagem, apresentamos teses Locke (2015) que sustentam que o ser humano possui uma identidade biológica, pessoal e substancial que, embora interligadas, se distinguem. A identidade do corpo seria a preservação do organismo humano, a pessoalidade seria a capacidade do ser humano de ser consciente e a substância imaterial permitiria à pessoa seus pensamentos/vida mental. Os críticos das abordagens psicológicas apontam que a memória pode ser imprecisa e que considerar apenas processos cerebrais pode ser insuficiente para compreender a constituição e preservação da identidade pessoal.

Abordagens fisiológicas são divididas entre abordagens físicas, que consideram a identidade como a persistência de um mesmo corpo ao longo do tempo, e somáticas, que consideram a persistência identitária a partir do mantimento dos órgãos e sistemas do corpo de maneira integrada. Os críticos das abordagens fisiológicas apontam a ineficácia de desconsiderar os processos mentais da pessoa e focar apenas na persistência do organismo.

Em especial, problematizamos que as visões simples e complexas podem incidir em problemas de continuidade linear quando elementos tidos como essenciais para a identidade

peçoal são perdidos e/ou ressignificados, mesmo com a persistência de outros elementos psicobiosocioculturais da pessoa.

Na seção 1.2 investigamos os diversos sentidos do conceito de pessoa (ALMEIDA, 2017), o que permitiu ressaltar o aspecto dinâmico desse conceito e sua importância para a vida social e moral. Em seguida, apresentamos os principais critérios de personalidade existentes na filosofia (DENNETT, 1976/2006), que consideram a pessoa como agente intencional. Em especial, a análise de Dennett (1976/2006) ressalta que o conceito de pessoa é normativo, mas essencial, sobretudo quando se trata de questões relacionadas à vida moral dos agentes. Por fim, na esteira de André Leclerc (2003), expusemos as principais abordagens de personalidade na filosofia contemporânea, que se dividem em internalistas e externalistas. Abordagens internalistas consideram que a pessoa é formada por propriedades intrínsecas, sem relação com elementos externos a ela. Como exemplo, apresentamos a abordagem proposta por Chisholm, que defende que uma pessoa é uma *entia per se*, não-transformativa e constituída por uma unidade de consciência.

Já as abordagens externalistas de pessoa sustentam que a personalidade é derivada de propriedades extrínsecas, o que pressupõe a existência relacional da pessoa com seus contextos. Como exemplos, apresentamos as teses de Strawson sobre os predicados-P e a tese de Baker sobre a pessoa ser um agente com perspectiva em primeira pessoa. Argumentamos a favor da abordagem de personalidade externalista proposta por Leclerc (2003), que considera a pessoa como agente instanciador de propriedades psicológicas extrínsecas e relacionais, a partir de uma perspectiva sistêmica.

Na seção 1.3 apresentamos dois novos elementos que consideramos relevantes de serem incluídos nas reflexões de identidade pessoal contemporâneas. O primeiro foi o advento das pluralidades identitárias no contexto da pós-modernidade, que são os movimentos de desconstrução da “unidade” identitária em nome das “identidades”, sobretudo culturais, que uma pessoa pode possuir (HALL, 2006; SANTOS; CARRIERI; 2016). Diferenciamos a pós-modernidade do pós-estruturalismo, porém ressaltamos que muitos pensadores e pensadoras da pós-modernidade que trabalham a questão identitária perpassam os estudos pós-estruturalistas que se apoiam na desconstrução da identidade. Em especial, vimos os jogos de identidade, que mostram que as identidades culturais acabaram por se transformar em identidades políticas e, até mesmo, em certos contextos, em identidades parciais e contraditórias. O segundo diz respeito aos estudos contemporâneos sobre o corpo integrado e situado. Apresentamos as teses da identidade fundadas na capacidade da propriocepção (HASELAGER; GONZALEZ, 2003) e, especialmente, as teses da abordagem da Cognição

Incorporada (RICHARDSON; CHEMERO; 2014, SHAPIRO, 2007; WILSON; FOGLIA, 2017), que ressaltam o corpo como uma rede integrada de inter-relação entre elementos internos e externos.

No **Capítulo 2** investigamos o problema da identidade pessoal e problemas de identidade de gênero a partir da perspectiva sistêmica. Na seção 2.1 propomos a hipótese (H1) de identidade pessoal enquanto sistema dinâmico, relacional e transformativo, formado por múltiplas camadas identitárias psicobiosocioculturais, que dispõe de graus de autonomia para se atualizar. Para isso, foram relevantes conceitos da teoria sistêmica, sobretudo os de comportamento coletivo complexo, emergência, auto-organização, hetero-organização, *parâmetros de ordem* e *parâmetros de controle*, que destacaram a capacidade transformativo da pessoa e, sobretudo, seus aspectos sociais e culturais.

Na seção 2.2 apresentamos a visão tradicional de gênero, amplamente aceita em sociedades contemporâneas. Conforme argumentamos, a visão tradicional pretende estar amparada em teses da biologia para justificar a defesa do binarismo estrito de gênero, mas, uma vez que ignora os novos estudos sobre a complexidade biológica dos traços de gênero que podem ser não-binários, essa visão acaba por ser meramente retórica e altamente problemática. Nesse sentido, apresentamos a argumentação de Judith Butler (2017) sobre a existência de normas “inteligíveis” que conduzem à formulação de identidades de gênero estritamente binárias. Conforme apontamos, essa visão repousa sobre a metafísica da substância, que considera a existência de uma “realidade ontológica” de gênero em um sentido essencialista/substancialista imutável. Apresentamos também a influência de teses dualistas ontológicas na perpetuação dos padrões de gênero binários que contribuem para o entendimento essencialista de gênero. Sobretudo, problematizamos a dicotomia sexo/gênero, uma vez que parece também recair em essencialismos, pois ela parte da dicotomia entre identidade corporal e identidade mental da pessoa (BUTLER, 2017).

Na seção 2.3 apresentamos e contextualizamos a trajetória dos estudos de gênero, primeiramente com os movimentos feministas (NYE, 1995). Em relação à primeira onda feminista, investigamos as principais teses do feminismo liberal e socialista, que visavam a obtenção de direitos políticos e trabalhistas para as mulheres. Em relação à segunda onda, analisamos três vertentes feministas: o feminismo existencialista proposto por Simone de Beauvoir (1970a; 1970b), o feminismo radical (NYE, 1995; RICH, 1993) e o feminismo psicanalítico (FREUD 1933 [1932]; NYE, 1995). No geral, apresentamos que a terceira onda se amplia para um debate sociocultural, mas tem como uma de suas consequências essencializar a identidade feminina. Tendo isso em vista, com a terceira onda surgiram os



estudos de desconstrução da identidade de gênero. Em especial, apresentamos os estudos pós-estruturalistas de Michel Foucault (2001), pensador que formula o conceito de biopoder na construção das identidades supostamente normais e nas identidades de gênero marginalizadas socialmente. Por fim, apresentamos as principais teses da Teoria *Queer*, com especial enfoque nas propostas de Judith Butler (1993; 2002; 2017; 2018), uma das pioneiras do movimento *queer*. Segundo a pensadora, a identidade de gênero seria resultante de constantes repetições de padrões de gênero que envolvem discursos e que geram efeitos identitários, especialmente a partir de concepções metafísicas essencialistas, a partir das quais foram formuladas as teses da binaridade estrita de gêneros, originais e imutáveis). Contra tais posições, a noção da performatividade foi destacada, uma vez que, segundo ela, todas as pessoas, com identidades de gênero binárias ou não, se mostram com identidades performativas e, assim, que podem ser complexificadas e ressignificadas.

Na seção 2.4, em uma tentativa de desenvolver uma abordagem naturalista e sistêmica de identidade de gênero, analisamos a identidade de gênero a partir de nossa hipótese (H1) de identidade pessoal. Assim, primeiramente apresentamos os desdobramentos da concepções de pessoalidade fundada em uma corporeidade psicobiosociocultural constituída como rede complexa e relacional, em consonância com concepções de Donna Haraway (1992; 1995; 1997; 2009a; 2009b; 2018) e Preciado (2018), especialmente quanto às teses relativas ao *technobiopoder* e ao conceito de *ciborgue*. Defendemos que tais teses caminham ao encontro da abordagem sistêmica, uma vez que consideram o agente sob uma perspectiva biotecnológica, quando em interação com elementos do *tecnobiopoder*. Também ressaltamos a complexidade do corpo, contrariamente ao que postula o binarismo estrito, a partir do estudo de Anne Fausto-Sterling (1993; 2002) sobre a intersexualidade e a multiplicidade de gêneros humanos, os quais, ressalte-se, são exemplo de um fazer científico crítico e responsável, conforme defende Donna Haraway (2009a).

Por fim, considerando a tese da *performatividade* de gênero, propomos que os padrões sociais e culturais de gênero fossem entendidos a partir dos conceitos de *parâmetros de ordem*, *parâmetros de controle*, hetero-organização e auto-organização. Consideramos esses conceitos importantes, pois, a partir da teoria sistêmica, os parâmetros de ordem e de controle dos sistemas sociais/culturais demarcam traços identitários para as pessoas inseridas nesses sistemas. Sistemas com mais parâmetros de controle podem reforçar padrões hetero-organizativamente e limitar a autonomia para atualização de traços de gênero, sobretudo no que tange às identidades de gênero contra-hegemônicas. Além disso, ressaltamos que os parâmetros de gênero indicam a natureza complexa e dinâmica da identidade de gênero,

mesmo quando as pessoas dispõem de baixos graus de autonomia para auto-organizar sua identidade. Nesse sentido, argumentamos a favor da pluralidade identitária de gênero a partir de processos auto-organizativos secundários. Assim, pessoas cuja identidade não se enquadre nos padrões de gênero convencionais podem atuar sistemicamente enquanto “forças” (isto é, compondo novos parâmetros de controle) nos sistemas sociais/culturais de gênero estritamente binários e opressivos, o que pode vir a contribuir na atualização gradual dos parâmetros de ordem social estritamente binários.

Assim, procuramos desenvolver uma abordagem sobre a identidade pessoal e, sobretudo, de identidade de gênero naturalista, sistêmica, crítica, interdisciplinar e responsável, de maneira a se opor a visões essencialistas e dicotomizantes. Em nossa abordagem, natureza e cultura mantêm relações de interdependência: são pessoas humanas, agentes situados e incorporados, que produzem cultura. Isto é, a própria natureza é transformativa (se compõe em redes dinâmicas) e os processos culturais instanciados são frutos das possibilidades humanas de transformação e ressignificação autônoma e auto ou hetero-organizativa.

Assim, acreditamos que a nossa análise possa contribuir para a dissolução de pseudo-dicotomias de gênero, preconceitos e estereótipos que marginalizam diversas pessoas cuja identidade de gênero não se encaixa nos padrões do *status quo*<sup>57</sup>, padrões esses que, pela violência, simbólica e física, que auxiliam a promover, se faz urgente problematizar, publicizar tal problematização e abandonar.

---

<sup>57</sup> Estudos arqueológicos e antropológicos, por exemplo, como os elaborados por Cintas-Peña e Sanjuán (2019), corroboram a tese de que a atribuição de papéis sociais distintos aos gêneros feminino e masculino, com a progressiva instauração da lógica patriarcal são construtos socioculturais muito recentes na história humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. T. Evolução histórica do conceito de pessoa – enquanto categoria ontológica. **Revista Interdisciplinar de Direito**, [S.l.], v. 10, n. 1, out. 2017. ISSN 2447-4290. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/202>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- ALMEIDA, S. L. Neoconservadorismo e liberalismo. In: Luis Felipe Miguel... [et al.]; GALLEGO, E. S. (Org.). [Ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni]. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32. (Tinta Vermelha)
- ALVES, M. A.; FARIA, S. H. G. Complexidade, Identidade e Informação: uma valoração da identidade social. **Complexitas – Revista de Filosofia Temática**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 28-47, jul. 2016. ISSN 2525-4154. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/3401/3993>. Acesso em: 06 jul. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/complexitas.v1i1.3401>.
- AMORIM, S. M. G. **Escola e Transfobia: vivências de pessoas transexuais**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018.
- ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- ARENDDT, R. J. J.; MORAES, M. O. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 11-24, jun. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082016000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- BAKER, L. R. **Persons and Bodies**. Cambridge University Press, 1944
- BAKER, L. R. The ontological status of persons. **Philosophy and Phenomenological Research**. vol. 65, no. 2, 2002, p. 370–388. Disponível em: [www.jstor.org/stable/3070997](http://www.jstor.org/stable/3070997).
- BATESON, G. **Mente e natureza**. Tradução de Cláudia Gerpe. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- BAPTISTA, L. A. S. A Atriz, o Padre e a Psicanalista - Os Amoladores de Facas. **A Cidade dos Sábios**, São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo. 1. Fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet e capa de Fernando Lemos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970a.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo. 2. A experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet e capa de Fernando Lemos. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970b.

BERREDO, L; FEDORKO, B. **O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual**. Série de publicações TvT, Volume 19 Outubro 2017. Disponível em: <https://transrespect.org/es/tvt-publication-series/>.

BRESCIANI, E. F.; D’OTTAVIANO, I. M. L. Conceitos básicos de Sistêmica. In: D’OTTAVIANO, I. M. L.; GONZALEZ, M. E. Q. **Auto-organização: estudos interdisciplinares**. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000. p. 283-306. (Coleção CLE, v. 30).

BRESCIANI, E. F.; D’OTTAVIANO, I. M. L. Sistema dinâmico caótico e Auto-Organização. In: SOUZA, G. M.; D’OTTAVIANO, I. M. L.; GONZALEZ, M. E. Q. **Auto-organização: estudos interdisciplinares**. Campinas, UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2004. (Coleção CLE, v. 38).

BUTLER, J. Imitation and Gender Insubordination. In: **Lesbian and Gay Studies Reader**. Henry Abelove, Michele Aina Barale, David M. Halperin (Ed.). New York: Routledge, 1993. p. 307-320.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, J. Judith Butler: “o ataque ao gênero emerge do medo das mudanças”. **Carta Capital**. 06 nov. 2017b. Entrevista concedida a José Antonio Lima. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/judith-butler-o-ataque-ao-genero-emerge-do-medo-das-mudancas/>. Não Paginado.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 637-657, Ago. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132019000200637&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132019000200637&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 mai. 2021. Epub Sep 23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/010318138655542019582>.

CAMPANA, M; MISKOLCI, R. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, Dec. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000300725&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

CARUTHERS, P. On being simple minded. **American Philosophical Quarterly**, 41: 205–220, 2004.

CARUTHERS, P. Meta-cognition in Animals: A Skeptical Look. **Mind and Language**, 23(1): 58–89, 2008.

CHISHOLM, R. **Person and object - a metaphysical study**. Illinois: Open Court Publishing Company La Salle, 1979.

CINTAS-PEÑA, M.; SANJUÁN, L. G. Gender Inequalities in Neolithic Iberia: A Multi-Proxy Approach. **European Journal of Archaeology**, 2019

COELHO, J. G. A "pessoa" de Rudder Baker é realmente incorporada?. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), v. 15, n. 23, p. 191-203, 24 set. 2010.

COSTA, C. **Filosofia da Mente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2005. (Coleção passo-a-passo).

DAVIDSON, D. Thought and Talk. GUTTENPLAN, S. (ed.), **Mind and Language**, Oxford: Oxford University Press, 1975.

DEBRUN, M. **Brazilian National Identity and Self-Organization: Identidade Nacional Brasileira e Auto-Organização**. D'OTTAVIANO, I. M. L.; GONZALEZ, M. E. Q. (orgs.). Campinas: Fapesp, 2009. (Coleção CLE, v. 53).

DENNETT, D. Conditions of personhood. In: RORTY, A. O. (ed.), **The Identities of Persons**. University of California Press, 1976.

DENNETT, D. Condições de pessoalidade. 1942 - In: **Brainstorms: ensaios filosóficos sobre a Mente e a Psicologia**. Tradução Luiz Henrique de Araújo Dutra. - São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DESCARTES, R. Meditações metafísicas. In: **Os pensadores**. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FALLER, J. J. O Conceito de Pessoa em Peter F. Strawson. In: **Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS** (7.:2011: Porto Alegre, RS). Anais [recurso eletrônico] / Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS. - Dados eletrônicos - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011

FARIA, S. H. G. **Uma caracterização do conceito de identidade social a partir do paradigma da complexidade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de filosofia e Ciências (Campus de Marília), 2017.

FAUSTO-STERLING, A. Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante (The Five Sexes: Why Male and Female are not Enough). Livremente traduzido por Alice Gabriel. **The Sciences** (March/April), 1993. Disponível em: <http://pinxit.com/page101/page103/downloads-7/files/The-Five-Sexes.pdf>

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cad. Pagu**, Campinas: n. 17-18, p. 9-79, 2002 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 de jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100002>.

FELDMAN, R.; FELDMAN, F. Roderick Chisholm. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, ZALTA, E. N. Zalta (ed.), 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/chisholm/>. Não Paginado.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FREUD, S. **Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise e outros trabalhos** (1933 [1932]).

GARRETT, B. **What is this thing called metaphysics?** New York: Routledge, 2006.

GALVÃO, P. Identidade pessoal. In: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R (eds.), **Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa Alameda da Universidade, Campo Grande: 2013

GREEN, D. G. Emergent behaviour in biological systems. In: GREEN, D. G.; BOSSOMAIER, T. J, (ed.), **Complex Systems - From Biology to Computation**. IOS Press, Amsterdam: 1993. p. 24-35.

GROSZ, E. Corpos reconfigurados. **Cadernos pagu**, n. 14, 2000. p. 45-86.

GIBSON, J. J. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Boston: Houghton-Mifflin, 1986.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro - 11. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, D. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. In: **Cultural Studies**. Grossberg, Lawrence; Nelson, Cary; Treichler, Paula A. (Orgs.). New York: Routledge, 1992. (p. 295-337)

HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza**. Tradução de Manuel Talens. Cultura Libre, Ediciones Cátedra, 1995.

HARAWAY, D.

**Modest\_Witness@Second\_Millennium.FemaleMan©\_Meets\_Oncomouse™: Feminism and Technoscience**. New York and London: Routledge, 1997.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009a.

HARAWAY, D. **Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano**. Organização e tradução Tomaz Tadeu - 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b.

HARAWAY, D. A biopolítica dos corpos pós-modernos: determinações do eu no discurso do sistema imunitário. In: **Gênero e Performance - textos essenciais Vol 1**. Maria Manuel Baptista (Org.). Coimbra: Grácio Editor, 2018.

HASELAGER, W. F. G.; GONZALEZ, M. E. Q. A identidade pessoal e a teoria da cognição situada e incorporada. (Personal identity and the theory of embodied embedded cognition). In M.C. Broens, C.B. Milidoni, (Eds.). **Sujeito e identidade pessoal: Estudos de filosofia da mente** (pp. 95-111). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

HASELAGER, W. F. G.; GONZALEZ, M. E. Q. Raciocínio Abdução, Criatividade e Auto-organização. **Cognitio: Revista de Filosofia**, [S.l.], n. 3, p. 22-31, jan. 2013. ISSN 2316-5278. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitifilosofia/article/view/13248>. Acesso em: 06 jul. 2020.

HOWARD, R. Dualism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, ZALTA, E. N. (ed.), 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/dualism/>. Não Paginado.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 27, p.13-34, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332006000200003>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 06 jul. 2020.

KORFMACHER, C. Personal Identity. **The Internet Encyclopedia of Philosophy**, ISSN 2161-0002, 2020. Disponível em: <https://www.iep.utm.edu/person-i/>. Acesso em: 30 abr. 2020. Não Paginado.

KUNZRU, H. “Você é um ciborgue”- Um encontro com Donna Haraway In: HARAWAY, D. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Organização e tradução Tomaz Tadeu - 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b. p. 19-32.

LECLERC, A. A concepção externalista de pessoa. In: BROENS, M. C.; MILIDONI, C. B. (orgs.). In: **Sujeito e identidade pessoal - Estudos de Filosofia da Mente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003. p. 139-151.

LOCKE, J. Ensaio sobre o entendimento humano - Livro II. 27 (Da identidade e da diversidade). Tradução por Flavio Fontenelle Loque. **SKÉPSIS**, ISSN 1981-4194, ANO VIII, Nº 12, 2015.

MARQUES, M. C.; XAVIER, K. R. L. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: **VI Seminário CETROS**, Anais, 2018.

MARTINS, A. P. A. , O Sujeito "nas ondas" do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4 n. 1 (2015): Jan./abr. 2015.

MARX, **O Capital - Crítica da economia política** (Livro primeiro - O processo de produção do capital, Tomo 2, capítulos XIII A XXV) Coordenação e revisão de Paul Singer e Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MASSMANN, D. F. **O problema da consciência: a abordagem neurocientífica do problema mente-corpo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, 2012.

MIGUENS, S. Qualia e Razões: Uma Teoria da Interioridade Natural. In: DUPUIS, M. *et al.* **Dor e Sofrimento - uma perspectiva interdisciplinar**. Porto. Campo de Letras: Editores S.A. ISBN 972-610-363-0., 2001. p. 235-275.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, Jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>.

MIRANDA, Anadir dos Reis. Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento iluminista a respeito dos direitos das mulheres. **Revista Vernáculo**, [S.l.], dec. 2010. ISSN 2317-4021. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20742/20618>>. Acesso em: 09 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rv.v11i26.20742>.

MITCHELL, M; NEWMAN, M. Complex systems theory and evolution. In: PAGEL, M. (ed.). **Encyclopedia of Evolution**. New York: Oxford University Press, 2002.

MITCHELL, M. **Complexity: A guided tour**. New York: Oxford University Press, 2009.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (orgs.). **Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003. p. 13-36.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOTTA, L. J. A relação entre ambiguidade, liberdade e condição humana em Simone de Beauvoir. **Filogênese**, Vol. 11, Marília: 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/revistas-eletronicas/filogenese/edicoes-anteriores/2018---volume-11/>

NOZICK, R. **The nature of rationality**. Princeton University Press, 1993.

NYE, A. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

OLSON, E. T., Personal Identity. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, ZALTA E. N. (ed.), 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/identity-personal/>. Acesso em: 06 de jul. 2020. Não Paginado.

PARFIT, D. Personal Identity and Rationality. **Synthese**, 53, 227–241, 1982. <https://doi.org/10.1007/BF004848991982>. Acesso em: 06 jul. 2020.



PARFIT, D. **Reasons and Persons**. Oxford: Clarendon Press. 1984.

PEREIRA, P. H. A. O. **Informação e ação moral**. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (Campus Marília), 2015.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença [uma introdução]**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 96 p. - (Coleção Estudos Culturais, 6)

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, P. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica da era farmacopornográfica**. 2018

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

RICHARDSON, M. J.; CHEMERO, A. Complex dynamical systems and embodiment. In: SHAPIRO, L. (ed.), **The Routledge Handbook of Embodied Cognition**. Routledge, 2014. p. 39-50.

RIDOLFI, R. F. V. **Identidade pessoal: uma análise crítica da teoria da memória**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, Abr. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=en&nrm=iso). access on 15 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>.

RYLE, G. **The concept of mind**. New York: Routledge, 2009.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo: A imaginação: Questão de método**. Tradução de Rita Correia Guedes, Luis Roberto Salinas Fortes, Bento Prado Júnior. - São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores)

SARTRE. **O ser e o nada - Ensaio de ontologia fenomenológica**. Tradução de Paulo Perdigão. 20. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, J.; CARRIERI, A. A desconstrução do sujeito na relação entre o pós-estruturalismo e a analítica queer. **Revista Sociais e Humanas**, 28(3), 08-22, 2016. doi:<https://doi.org/10.5902/2317175818393>

SHOEMAKER, S. Personal identity. **Britannica Academic - Encyclopædia Britannica**, 2017. Disponível em: [academic.eb.com/levels/collegiate/article/personal-identity/488122](http://academic.eb.com/levels/collegiate/article/personal-identity/488122). Não Paginado.

SHAPIRO, L. The Embodied Cognition Research Programme. **Philosophy Compass**, 2007. p. 338-346.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer: Seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Tradução de Heci Regina Candiani; Pós-fácio de Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (Argos, 2)

SNOWDON, P.; GOMES, A. Peter Frederick Strawson. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, ZALTA, E. N. (ed.), 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/strawson/>. Não Paginado.

SILVA, M. R. d. **Refigurando monstros: A perspectiva parcial de Donna Haraway como crítica da ciência**. (Dissertação de mestrado) 2009.

SOUZA, E. A. A Objetividade Científica sob a Ótica da Epistemologia Feminista. In: **Informação, conhecimento e modelos**. Marcos Antonio Alves, Maria Claudia Cabrini Grácio, Daniel Martinez-Ávila (org.). – Campinas : UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência ; Marília : Oficina Universitária, 2017. 330 p. : il. - (Coleção CLE ; 78). p. 153-180.

STRAWSON, P. **Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics**, Routledge, 1990.

VIANA, C. A. **O enigma filosófico da identidade pessoal**. Maceió: EDUFAL, 2011.

WILSON, R A.; FOGLIA, L. Embodied Cognition. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, ZALTA, E. N. (ed.), 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/embodied-cognition/>. Não Paginado.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução de Ivania Poncinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

YOUNG, F. C. On Dennett's conditions of personhood. **Auslegung 6**, Junho de 1979.